

Universidade Federal do Pará
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Laura Michele Serrão Lima Gomes

VIOLÊNCIA HOMICIDA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BRASIL: UM ESTUDO DE MARABÁ

BELÉM- PA
2014

Laura Michele Serrão Lima Gomes

VIOLENCIA HOMICIDA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BRASIL: UM ESTUDO DE MARABÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Adriana Azevedo Mathis

BELÉM- PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Gomes, Laura Michele Serrão Lima, 1980-
Violência homicida e a política de segurança pública
no Brasil: um estudo de Marabá / Laura Michele Serrão
Lima Gomes. - 2014.

Orientadora: Adriana Azevedo Mathis.
Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, Belém, 2014.

1. Segurança pública - Política
governamental - Marabá (Pará). 2. Violência
urbana - Marabá (Pará). 3. Homicídio - Marabá
(Pará). I. Título.

CDD 23. ed. 365.98115

Laura Michele Serrão Lima Gomes

VIOLÊNCIA HOMICIDA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO
BRASIL: UM ESTUDO DE MARABÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social da Universidade Federal do Pará como
requisito para obtenção do título de Mestre em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Adriana Azevedo
Mathis

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Adriana Azevedo Mathis
Orientadora - Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Junior
Examinador Externo - Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento
Examinadora Interna- Universidade Federal do Pará

Apresentado em: ____ / ____ / ____.

Conceito: _____

BELÉM- PA
2014.

Ofereço este trabalho aos jovens, vítimas de homicídios no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, pela família e pelos amigos que me oportunizou.

A minha mãe Graça e a minha irmã Luciana que incansavelmente me apoiaram e ajudaram para que eu pudesse me dedicar a este trabalho.

Ao meu marido Gustavo que compreendeu, com todo amor e carinho, minhas ausências, ficando ao meu lado nas horas em que mais me angustiei.

Aos meus sogros, tias, sobrinhos e amigos que sempre tiveram uma palavra amiga, de incentivo para que eu não desistisse. Aos meus primos, em especial Juninho que me fez compreender que podemos mudar o destino de nossas vidas e a prima Cristiane (*in memoria*) que fez compreender que apesar de nossas escolhas, existe uma força superior que comanda nossas vidas.

As amigas Ana Claudia, Tainã e Marizangela que dividiram comigo a experiência do mestrado, as leituras, as noites mal dormidas, a angústia e a felicidade de findar este processo.

Em especial meu agradecimento a Gessyca Baracho que dividiu comigo a experiência de intercâmbio em Recife por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), agradeço pelas longas conversas nas madrugadas e principalmente a amizade incondicional.

As amigas Bruna, Silvia e ao professor Sabá que compreenderam as minhas ausências no trabalho, muitas vezes ficando sobrecarregados de tarefas. Agradeço também o incentivo e a certeza do sucesso.

Aos sujeitos entrevistados na pesquisa de campo que foram de fundamental importância para a conclusão dessa dissertação.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em serviço Social (PPGSS) que contribuíram cotidianamente para meu desenvolvimento profissional e pessoal.

A professora Adriana Mathis, orientadora que contribui relevantemente para a conclusão deste trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização de mais um passo nessa longa caminhada.

Muito obrigada.

O fenômeno criminal está presente no âmago do corpo social, por ele é gerado, dele nasce e nele produz os seus efeitos. Estudar e pensar a violência implica em estudar e pensar a sociedade (OLIVEIRA, 2002).

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como objetivo refletir sobre o crescimento da Violência Homicida em Marabá e a Política de Segurança Pública, a partir de sujeitos que atuam em instituições de segurança pública, assim como, representantes da sociedade civil que atuam na defesa de direitos em Marabá, sudeste do Estado do Pará. Utilizando-se do método da teoria crítica realizou-se um panorama geral do quadro de violência homicida partindo do geral (Brasil) para o particular (Marabá), assim como, um panorama histórico da política de segurança implantada no Brasil do período ditatorial (violência e barbárie) até a pós- democracia, enfatizando os planos, projetos e ações que se efetivaram a partir da década de 90. Além disso, a pesquisa de campo, que enfatiza a fala de sujeitos que atuam na área de segurança pública e/ou em instituições de defesa de direitos no município, possibilitou compreensões acerca da violência homicida e da política de segurança em Marabá. O percurso metodológico utilizado realizou-se por pesquisa qualitativa, norteadas por pesquisas bibliográficas, documentais e pesquisa de campo. Para apreender a realidade vivenciada por Marabá realizou-se sete (7) entrevistas, com os sujeitos que atuam na área de segurança e com os sujeitos representantes da sociedade civil que atuam direta ou indiretamente na defesa de direitos da pessoa humana no município. A partir desse estudo infere-se que o processo democrático rompeu com práticas utilizadas no regime ditatorial pelos agentes do Estado, porém até hoje existem práticas cristalizadas de cunho coercitivo, repressivo e punitivo herdados da ditadura.

Palavras-chave: Violência Homicida. Política de Segurança Pública. Juventude.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the growth of Homicidal Violence in Marabá and the Politics of Public Safety, from individuals working in public security institutions, as well as representatives of civil society working in advocacy in Marabá, southeast of Pará State. Using the critical theory held a general overview of the framework of homicidal violence starting from the general (Brazil) to the particular (Marabá), as well as a historical overview of the security policy implemented method the dictatorial period in Brazil (violence and barbarism) to post-democracy, emphasizing the plans, projects and actions that they conducted from the 90s Moreover, field research, which emphasizes the speech of individuals who work in area and / or public institutions in advocacy in the city, security enabled understandings about homicidal violence and security policy in Marabá. The methodological approach used was performed by qualitative research, guided by bibliographic, documentary and field research studies. To grasp the reality experienced by Marabá held seven (7) interviews with the subjects working in the area of security and the subject civil society representatives who work directly or indirectly in advocacy of the human person in the county. From this study it appears that the democratic process has broken with the dictatorial regime practices by agents of the state, but even today there are carried practices coercive, repressive and punitive nature inherited from the dictatorship.

Keywords: Homicide Violence. Homicidal violence. Public Safety Policy. Youth.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Número de mortes diretas e taxas em conflitos armados no mundo por homicídios e arma de fogo no Brasil de 2004 a 2007	28
Quadro 2	Número de homicídios por década – população geral	29
Quadro 3	Taxas de número de homicídios na população não jovem e na população jovem	32
Quadro 4	Número de homicídios na população jovem (15 a 29 anos) por região no período de 2003 a 2012	33
Quadro 5	Quadro dos Estados mais violentos do Brasil, segundo a posição – 2014	35
Quadro 6	Orçamento dos programas da área de segurança pública	93
Quadro 7	Orçamento geral – política de segurança pública	93
Quadro 8	Municípios paraenses que superaram a marca de 100 homicídios por 100 mil habitantes, segundo a população jovem	109
Quadro 9	Percentual de homicídios registrados no município de Marabá no período de janeiro de 2010 a setembro de 2013 por faixa etária da vítima	109
Quadro 10	Percentual de homicídios registrados no município de Marabá por causa/motivo do crime no período de janeiro de 2010 a setembro de 2013	111

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Número de homicídios por década – população geral	30
Gráfico 2	Número de homicídios por região	31

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Localização geográfica do município de 99
Marabá

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Construção e Desenvolvimento
BIS	Batalhão de Infantaria de Guerra
BM	Banco Mundial
CESPDH	Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos
CONSEG	Conferência Nacional de Segurança Pública
CP	Casa Penal
CRAMA	Centro de Recuperação Benedito Nunes
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ENASP	Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNPS	Fundo Nacional de Segurança Pública
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
GEVAC	Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MS	Ministério da Saúde
NGI	Núcleo de Gestão Integrada
NEV	Núcleo de Estudos sobre Violência
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial de Saúde
OS	Organização Social
PAEFI	Serviço de Atenção e Atendimento Especializado a

	Famílias e Indivíduos
PC	Policia Civil
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PESP	Plano Estadual de Segurança Pública
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Programa Integrado de Colonização
PJ	Pastoral da Juventude
PM	Policia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança com Cidadania
PROTEJO	Proteção de Jovens em Território Vulnerável
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PT	Partido dos Trabalhadores
SDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SEPLANSEG	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINESP	Sistema Nacional de Informação de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
SMSPI	Secretaria Municipal de Segurança Pública Institucional
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUSIPE	Superintendência do Sistema Penitenciário
SUSP	Sistema de Segurança Pública
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFP	Universidade Federal do Paraná
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFSCar	Universidade de São Carlos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPOP	Universidade Popular

UNODC	Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	JUSTIFICATIVA	17
1.2	OBJETIVOS	19
1.3	METODOLOGIA	20
1.4	ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	23
2	DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA HOMICIDA E O ESTADO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO	25
2.1	QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA HOMICIDA	25
2.2	DISCUSSÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA	36
2.3	DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE FRENTE A VIOLÊNCIA HOMICIDA	45
2.4	ESTADO CONTEMPORÂNEO: NOTAS PRELIMINARES	52
2.5	VIOLÊNCIA NO BRASIL: “FACE CONTEMPORÂNEA DA BARBÁRIE”	57
3	DA DITADURA AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A SEGURANÇA NO BRASIL	65
3.1	ASPECTOS HISTÓRICOS DA DITADURA E DA VIOLÊNCIA NO BRASIL	65
3.2	PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA	71
3.3	INICIATIVAS EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA	78
4	A VIOLÊNCIA HOMICIDA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM MARABÁ	95
4.1	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, ECONÔMICAS DO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA	95
4.2	A VIOLÊNCIA EM MARABÁ NO PERÍODO DITATORIAL	104
4.3	A VIOLÊNCIA HOMICIDA EM MARABÁ	108
4.4	OLHARES SOBRE A VIOLÊNCIA HOMICIDA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM MARABÁ	113
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
	REFERÊNCIAS	153

APÊNDICES

1 INTRODUÇÃO

1.1 JUSTIFICATIVA

Violência Homicida e Política de Segurança Pública no Brasil, enquanto temas centrais desta dissertação de mestrado apresentam-se como fruto de muitas inquietações e reflexões existentes no decorrer da trajetória profissional da pesquisadora. Embora as condições como o reduzido tempo e a maturidade teórica possam representar limitações que dificultam maiores avanços na pesquisa que se propõe, o desejo de conhecer e investigar estas temáticas instigaram a busca por elementos que permitissem compreender melhor a realidade que se apresenta.

Observa-se, portanto, que a referida temática ainda não é recorrente no serviço social, apesar de muitos profissionais atuarem diretamente nesta área. A produção acadêmica ocorre em grupos específicos localizados na área central do país, como exemplo o grupo de estudos de criminologia crítica da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Núcleo de Estudo sobre Violência (NEV) da Universidade de São Paulo (USP), assim como, estudos conjuntos com outras áreas de conhecimento que se interligam e são compostos por equipe multidisciplinar, no qual os profissionais de serviço social estão inseridos, juntamente com a área da sociologia, direitos humanos e jurídica, a exemplo, o grupo de pesquisa da Universidade Federal do Paraná (UFP) denominado Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos (CESPDH), o da Universidade de São Carlos (UFSCar) denominado Grupo de Estudo sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC).

O início do exercício profissional ocorreu em 2007 na Polícia Civil do Estado do Pará, este momento permitiu a primeira aproximação da pesquisadora com a temática. Esta experiência se estendeu até 2009 e possibilitou o contato direto com policiais civis (investigadores, papiloscopistas, delegados) que atuavam nas delegacias, assim como, com as vítimas de violência urbana e ou os seus agressores.

A segunda experiência ocorreu entre os anos de 2009 e 2011, em determinada Organização Social (OS) onde trabalhava diretamente com os egressos

do sistema penitenciário na qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho desses sujeitos.

Oportunidade de trabalho semelhante ocorreu nos anos de 2011 e 2012 na Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (SUSIPE), no setor de Reinserção Social com o objetivo de garantir aos custodiados: assistência social, saúde, educação formal e/ou formação técnica e trabalho.

Este período possibilitou uma maior aproximação com o campo empírico, originando uma inquietude para o desvelamento das raízes da temática em questão, com o objetivo de criar possibilidades interventivas que pudessem trazer mudanças para a área, o que exigia compromisso, postura profissional ética para com a sociedade e, claro, conhecimento científico.

As visitas nas delegacias, atendendo as vítimas da violência urbana; o acesso irrestrito às penitenciárias do Estado; a relação direta com os presos, egressos do sistema penal e seus familiares permitiram reflexões acerca da política de segurança pública e da violência e instigaram a proposta inicial de uma pesquisa de mestrado que tratava sobre “Trabalho e Renda aos Egressos do Sistema Penitenciário”.

O afastamento com o tema inicial da pesquisa ocorreu principalmente em decorrência das observações empíricas adquiridas por meio dessas experiências profissionais, que constataram que a maioria dos custodiados do sistema penitenciário eram jovens do sexo masculino.

Não diferente disso, as vítimas de violência, principalmente a violência homicida, também apresentavam características semelhantes, dados que foram confirmados por documentos oficiais, entre eles, o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS), assim como documentos oficiais nacionais e internacionais e os Mapas da Violência.

Ressalta-se aqui que as leituras iniciais sobre a temática da violência homicida, assim como, a observação dos documentos sobre as estatísticas da violência no Brasil, apenas confirmavam que esta realidade vem de longo tempo, não é um assunto novo, da sociedade contemporânea. Autores como Muchembled (2012) indicam que após os anos 1960 a um nítido crescimento do número de homicídios com características semelhantes em matéria de sexo e faixa etária, o autor enfatiza que estas características não são exclusivas do cenário do século

XXI, estavam presentes no século XIII, no qual as variáveis de sexo e idade também eram constantes nos crimes de homicídios.

Assim, as inquietações e reflexões seguiam e estavam relacionadas, principalmente, ao crescimento da violência homicida na sociedade contemporânea, assim como, as constantes variáveis de sexo e idade, cada vez mais notória no país, sem contar com a expressividade da classe social das vítimas e dos presos no Brasil. Desta forma, tornava-se importante, não apenas uma investigação com os egressos do sistema penitenciário, mas uma pesquisa que permitisse tratar das ações propostas pela Política de Segurança Pública mediante o crescimento dos índices de violência homicida.

Diante da aproximação com a realidade paraense, em particular com o campo da segurança pública, chamaram atenção as estatísticas publicadas no Mapa da Violência 2012¹, no qual apontava o município de Marabá-Pá como a 3° cidade mais violenta do Brasil. A realidade de expressiva violência que estava atingindo o País sinalizava esta cidade paraense como um *locus* que necessitava ser investigado, sobretudo diante das demonstrações de um contexto econômico próspero constatado nas informações oficiais da região, a exemplo do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESP).

A partir disso, o conhecimento advindo da relação teoria e prática (práxis), os estudos, bem como as demonstrações estatísticas que particularizam o contexto do município de Marabá-Pá, no que se refere à temática da Violência Homicida e a Política de Segurança Pública, permitiram questões norteadoras, a saber: “O que ocorre em Marabá para que os índices da violência homicida sejam tão altos? “Como os sujeitos responsáveis na gestão desta política no município, assim como os representantes de ONGs compreendem a violência homicida e a política de segurança pública no município de Marabá-Pá”?

1.2 OBJETIVOS

Esta dissertação apresenta como objetivo geral:

- Refletir sobre o crescimento da Violência Homicida e sobre a Política de Segurança Pública brasileira, a partir de sujeitos, que trabalham direta ou

¹ O Mapa da Violência de 2012 analisa os dados referentes ao ano de 2010.

indiretamente na implementação da política de segurança pública no município de Marabá, sudeste do Estado do Pará.

Para isso, têm-se os seguintes objetivos específicos:

- Identificar os índices de Violência Homicida em Marabá-Pa;
- Analisar a Segurança Nacional no período ditatorial e a Política de Segurança Pública implantada no Brasil e no período pós-democrático;
- Conhecer as ações e propostas em torno da política de segurança pública no Brasil e em Marabá-Pá;
- Identificar os sujeitos que operacionalizam a política de segurança pública, assim como os sujeitos que atuam nas ONGs de defesa de direitos em Marabá-Pá;
- Refletir sobre a compreensão que os sujeitos que operacionalizam a Política de Segurança Pública e os sujeitos representantes da sociedade civil que atuam na defesa de direitos têm a respeito da Violência Homicida e da Política de Segurança Pública do município de Marabá.

1.3 METODOLOGIA

A análise sobre violência homicida e a política de segurança pública será orientada, nesta dissertação, pela teoria crítica dialética. Desta forma, serão utilizados teóricos que discutem a violência como uma das expressões mais visíveis da questão social, considerando o contexto das desigualdades e as contradições inerentes ao modo de produção capitalista.

O modelo da política de segurança pública brasileira traz ao longo da história as marcas de práticas autoritárias advindas desde o processo de colonização do país e intensificada em períodos como o ditatorial, no qual foram vivenciadas as mais diversas violações de direitos humanos.

No século XXI o enfrentamento da violência permanece atrelado à ação policial de cunho coercitivo e punitivo. O aumento do número de vagas nos presídios, o crescimento das frotas policiais e a implantação das UPPs são exemplos do que se prioriza no modelo de segurança pública praticado no país.

No Brasil observa-se a partir de documentos oficiais, que os jovens são as maiores vítimas de violência homicida. Esta realidade tem se intensificado e demonstrado que o fenômeno da violência homicida atinge não apenas as grandes cidades do país, mas, também municípios localizados no interior dos Estados.

A investigação empírica ocorreu no município de Marabá, mais precisamente em instituições governamentais e não governamentais ligadas à área de segurança pública, assim como representantes da sociedade civil organizada.

A opção em pesquisar o município de Marabá deve-se as observações dos altos índices de violência homicida apresentados nos últimos anos. Em 2010² Marabá ocupava o 3º lugar no *ranking* nacional e o 1º lugar do Estado quanto ao número de homicídios na população geral. Nas pesquisas realizadas referente ao ano de 2012³ o município de Marabá posiciona-se em 37º e 3º lugar respectivamente. Observa-se com os números que houve um decréscimo dos índices de violência no município, porém estes números continuam acima do que se considera aceitável pela sociedade.

Os espaços escolhidos para a pesquisa empírica foram os órgãos governamentais da área de segurança pública e representantes da sociedade civil que atuam na defesa de direitos humanos em Marabá.

Nas instituições governamentais foram visitados os seguintes locais: SMSPI, PC, CRAMA e Justiça Federal. Em relação a PM, não houve êxito na marcação da entrevista, ficando inviável uma nova visita a instituição.

As instituições não governamentais visitadas foram: OAB, PJ/igreja católica e a ONG “Movimento e Ação”. Ressalta-se que no momento da pesquisa de campo algumas instituições, que atuavam no referido município, como a SDDH e a UNIPOP não estavam mais exercendo atividades em Marabá, além disso, houve dificuldades no contato e acesso aos representantes da PC/Pastoral Carcerária/igreja católica no município.

A escolha dos sujeitos da pesquisa de campo ocorreu a partir da definição das instituições, todas relacionadas de forma direta ou indireta à Política de Segurança Pública no município de Marabá. Os sujeitos escolhidos foram os

² Os dados referentes ao ano de 2010 correspondem às publicações do Mapa da Violência de 2012.

³ Os dados referentes ao ano de 2012 correspondem às publicações do Mapa da Violência de 2014.

gestores das instituições que podem influenciar na tomada de decisão das ações na área de segurança pública para o município.

As informações oficiais consultadas foram: IBGE, Mapas da Violência, Mapa da Exclusão Social, SIM DATA SUS, Ministério da Saúde.

Fizeram parte da pesquisa bibliográfica autores como: Aluizio Leal, Adriana Mathis, Jose Paulo Neto, Maria Cecília Minayo, Marcelo Lopes Souza, Rodrigo Castelo, Robert Muchembled, Renato Sergio de Lima, Saint Clair Cordeiro Trindade Junior, entre outros.

A pesquisa empírica foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas, presenciais, com gravação de voz dos sujeitos que atuam como gestores na área de segurança pública municipal, assim como, representantes de ONGs e sociedade civil organizada. O convite inicial aos entrevistados foi realizado via contato eletrônico e ofício da UFPA, a participação na pesquisa ocorreu com a aceitação do sujeito, mediante as orientações acerca da pesquisa, além disso, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o termo para gravação de voz, documentos pelos quais os sujeitos autorizam a coleta de dados mediante alguns compromissos firmados entre as partes.

O roteiro de entrevistas⁴ apresentava dez (10) perguntas, considerando a relação do usuário em ações da área de segurança pública, o conhecimento sobre a realidade da violência homicida no município e ações pautadas na política de segurança pública, o objetivo era trabalhar questões que possibilitassem as reflexões acerca do tema principal.

As entrevistas foram realizadas em agosto e setembro de 2013 nas instituições já mencionadas acima, com sete (7) sujeitos, sendo quatro (4) representantes das instituições governamentais, todos os sujeitos entrevistados destas instituições são gestores e pode influenciar na política de segurança pública municipal; e três (3) representantes da sociedade civil organizada que atuam na defesa de direitos. O local da entrevista foi o ambiente de trabalho dos sujeitos e tiveram durabilidade de cinquenta (50) a sessenta (60) minutos cada. Todas as entrevistas foram transcritas e analisadas.

⁴ Roteiro de entrevista encontra-se no apêndice deste trabalho.

Os sujeitos foram identificados na pesquisa pelas instituições de atuação profissional e suas identidades foram preservadas, obedecendo, assim, os termos do compromisso firmado.

Na análise das entrevistas foram identificados os trechos mais expressivos e eloquentes que possibilitaram responder as questões levantadas por este estudo. Este processo investigativo busca analisar a política de segurança pública e o crescimento da violência homicida em Marabá.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Para responder as questões centrais da pesquisa, esta dissertação está estruturada em capítulos e seções, da seguinte forma:

O Capítulo 1 apresenta a aproximação com o objeto, objetivos geral e específicos e a metodologia utilizada na pesquisa.

O Capítulo 2 “Discussões sobre a violência homicida e o Estado contemporâneo brasileiro” apresenta uma análise geral dos índices de violência homicida partindo do contexto internacional, nacional e estadual. Apresenta uma discussão teórica sobre a violência homicida, direitos humanos e juventude, assim como, um estudo preliminar sobre o Estado com o objetivo de compreender a violência homicida e a política de segurança pública.

Nesse contexto, o capítulo apresenta discussões divididas em quatro seções: o primeiro denominado: “Quadro Geral da Violência Homicida” em que se fará uma análise geral dos índices de violência partindo do geral para o particular; a segunda seção dispõe de “Discussões acerca da violência” e trata sobre algumas discussões teóricas para compreender a violência homicida; a terceira trata sobre “Direitos Humanos e Juventude frente a Violência Homicida” esta seção traz uma discussão sobre direitos humanos, assim como, uma discussão teórica sobre a juventude; a quarta seção denominada “Estado Contemporâneo: notas preliminares” faz uma breve análise do Estado para compreender as relações existentes na sociedade e relacioná-las à violência homicida e a política de segurança pública implantada no Brasil e, por fim, a quinta seção “A violência no Brasil: face contemporânea da barbárie” que traz uma análise da violência enquanto

manifestação da “questão social” no Brasil e enquanto barbárie da sociedade contemporânea.

A partir dessas discussões, o capítulo 3 intitulado “Da ditadura ao processo de democratização da sociedade brasileira: a segurança no Brasil” apresenta uma análise geral da segurança desde o período ditatorial a partir de 1964 ao período pós-democrático.

O capítulo sintetiza a discussão em três seções, a primeira “Aspectos Históricos da Ditadura e Violência no Brasil” que faz uma análise histórica do período em questão, retoma as ações violentas do Estado pautadas na coerção e repressão; a segunda seção intitula-se “Processo de Democratização da Sociedade Brasileira” faz estudo da política de segurança pública, com a referência temporal da Constituição Federal de 1988 que formaliza a democracia no país; e a terceira seção “Iniciativas em torno de uma Política de Segurança Pública” identifica e contextualiza a política de segurança pública na democracia, os planos, programas e ações realizados nos governos de Fernando Henrique Cardoso(1995-2003), Luís Inácio Lula da Silva(2003-2010) e Dilma Rousseff (2010-2014).

E finalmente, o capítulo 4 “A Violência Homicida e a Política de Segurança Pública em Marabá” faz uma análise da violência homicida e da política de segurança pública de Marabá-Pá, assim como uma reflexão sob a temática a partir dos sujeitos que atuam na operacionalização e implementação direta da política de segurança pública municipal, assim como os sujeitos representantes da sociedade civil organizada e ONG.

O capítulo está dividido em quatro seções, o primeiro, denominado “Características Sociais, Econômicas de Marabá-Pá” faz uma análise socioeconômica do município; a segunda seção intitulada “A violência em Marabá no período ditatorial” traz elementos que caracterizam a violência neste município no período ditatorial; a terceira seção “A Violência Homicida em Marabá” traz dados sobre os índices e algumas particularidades do fenômeno da violência no município de Marabá; e finalmente a última seção “Olhares sobre a Violência Homicida e a Política de Segurança Pública em Marabá” faz uma análise das entrevistas realizadas com os sujeitos que atuam direta ou indiretamente na área de segurança pública do município.

2 DISCUSSÕES SOBRE VIOLÊNCIA HOMICIDA E O ESTADO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO

2.1 QUADRO GERAL DA VIOLÊNCIA HOMICIDA

O fenômeno da violência homicida, enquanto resultado de uma das contradições da sociedade capitalista, configura-se objeto de estudo desta dissertação. Na contemporaneidade é uma das manifestações da “questão social”, multifacetada e multicausal, pode estar em vários locais ao mesmo tempo, porém tem especificidades e singularidades dependendo do local de instauração.

Os elevados números de homicídios anunciados por fontes oficiais, que tratam sobre a violência homicida no contexto global, como o “*Global Study on homicide 2013*” elaborado pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crimes (UNODC), indicam que nas últimas décadas houve crescimento deste fenômeno, sinalizando no ano de 2012 um total de 437 mil homicídios no mundo.

A partir desta informação constata-se que a violência homicida não ocorre apenas no Brasil, ela está instalada em vários países do mundo com características que as diferenciam de acordo com o espaço, gênero e classe social, como demonstra alguns dados.

Ao relacionar estes dados com o número de habitantes por cada região, o documento revela que as taxas de homicídios em continentes como África e América equivalem mais que o dobro da média mundial. Calcula-se que terça parte (36%) desses homicídios ocorreram no continente americano; 31% na África e 28% na Ásia, indicações que vêm confirmando a realidade acerca dos elevados números de homicídios que atingem as sociedades.

O Estudo mostra também que 79% das vítimas de homicídios são homens, essa taxa é quatro vezes maior que os homicídios na população de mulheres⁵, destes, as taxas mais altas referem-se à América, que equivale à taxa de 30.0 para cada 100 mil homens.

Muchembled (2012) no livro “História da Violência: do fim da Idade Média aos nossos dias” afirma que os altos índices de violência entre os homens são explicados por modelos culturais imperativos que indicam que a brutalidade é

⁵Dados: “*Global Study on homicide 2013*” – A taxa mundial é de 9.9 homicídios em homens para 2.7 em mulheres para cada 100 mil habitantes.

característica do sexo masculino. Segundo o autor desde a idade média que os homens são educados para a defesa de sua honra, nesse contexto a violência viril era considerada normal.

Como mostra Muchembled (2012, p. 8):

Os homens são educados no ambiente de uma “cultura da violência”, repousando sobre a necessidade de defender a honra masculina contra os competidores. A brutalidade das relações humanas compõe uma linguagem social universal, considerada normal e necessária no Ocidente, até pelo menos, o século XVII. Antes de se encontrar lentamente monopolizada pelo Estado e pela nação a violência modela a personalidade masculina sobre o padrão nobre da virilidade e da virtuosidade [...].

A concepção do autor sobre a violência traz em seu bojo uma origem cultural e social pautada na defesa da honra masculina. A criação de um modelo de sociedade que tenta explicar a violência a partir das relações entre os homens.

As informações mundiais acerca dos homicídios têm revelado que, além do crescimento acelerado, existem diversas questões que tangenciam a realidade abordada.

Outro dado importante descrito no referido documento relaciona-se à idade da vítima, 43% de todas as pessoas que foram assassinadas tem entre 15 e 29 anos de idade e a cada sete vítimas está um jovem do continente americano com idade de 15 a 24 anos.

Muchembled (2012) explana que a violência é designada pelos crimes contra a pessoa e sua classificação é diferente em países e épocas, porém desde o século XIII o perfil dos culpados (mesmo que as motivações não sejam as mesmas) vem mudando. A violência até hoje ainda compreende características semelhantes, ou seja, trazem uma constante no que se refere à faixa etária e sexo: são homens jovens com idade entre 20 e 29 anos.

São sinalizadas significativas diferenças quando se relaciona os percentuais por sexo, destacando-se os homens como maioria das vítimas de homicídios quando comparado às mulheres; soma-se a isto a faixa etária, demonstrando estar situada entre a população jovem, ou seja, os indicativos são de que a maioria das vítimas de homicídios tem sexo e idades particulares: jovens de 15 a 29 anos do sexo masculino.

Isso não significa dizer que os números de homicídios entre as mulheres sejam baixos no Brasil. No decorrer de 30 anos (1980-2010) foram vítimas de homicídios 91.932 mulheres. De acordo com os dados retirados do Caderno

Complementar do Mapa da Violência 2012 intitulado “Homicídios de Mulheres no Brasil”, 40% das mulheres são assassinadas no interior da residência, ou seja, os homicídios que vitimam as mulheres são caracteriza como violência doméstica.

Os índices de violência homicida entre as mulheres trazem a tona uma discussão de gênero e uma questão cultural da superioridade do macho sobre a fêmea. Ainda hoje a mulher é vista como propriedade do homem, o que dá a ele neste contexto, “o direito” de fazer o que quiser com ela, inclusive matá-la.

Em decorrência do enraizamento dessa cultura machista e patriarcal é que apesar dos números de homicídios entre as mulheres quando comparado aos índices de homicídio entre os homens é bem menor, mesmo assim, ainda são números alarmantes e que demonstram a realidade vivenciada no Brasil ao que concerne a discussão de gênero, muito ainda tem que se alcançar.

Entre os 95 países do mundo com dados homogêneos fornecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2010, o Brasil assume a 7º posição do *ranking* mundial em números de homicídios. Na população geral a taxa é de 27,4 homicídios em 100 mil habitantes e na população jovem a taxa equivale a 54.8 homicídios por 100 mil jovens.

Os índices de morte violenta no Brasil vêm crescendo desde a década de 1980. Este fenômeno não é particularidade brasileira, ele vem ocorrendo de forma concomitante ao restante do mundo, dados dimensionados pelo Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde (MS) indicam um crescimento de homicídios com características similares na sociedade contemporânea.

Fonte de dados nacionais como o SIM/DATASUS, do Ministério da Saúde, demonstra que os jovens somavam mais da metade dos 52.198 mortos por homicídios em 2011 (27.471, equivalente a 52,63%), dos quais 71,44% eram negros⁶ e 93,03% do sexo masculino, situação que ratifica a realidade brasileira sobre os percentuais de homicídios permanecerem majoritariamente entre os homens negros e jovens, apontando para um contexto que se agrava de forma semelhante em âmbito global.

⁶Para compilação de dados sobre os homicídios de negros o SIM/DATASUS/ Ministério da Justiça adota a metodologia de classificação para negros do IBGE.

Muchembled (2012) afirma que o “Homicídio é uma construção social” hoje as forças repressivas do Estado a definem de acordo com sua interpretação e, além disso, privilegiam e sobressaltam aspectos que os interessa, deixando outros mais ocultos. Nesse caso o Estado tem como alvo principal dos crimes de homicídio a figura do jovem de sexo masculino, que transgride o código mais sagrado e o código penal, matando o seu semelhante.

Diante desse contexto de construção social da violência no qual o autor trata. O número de homicídios no Brasil vem crescendo e supera muitos outros países, inclusive supera o número de vítimas de homicídios dos países que vivem em guerra.

Soares (2004) afirma que no Brasil vem ocorrendo um verdadeiro genocídio. A violência é uma fatalidade para a sociedade e difunde o sofrimento e o medo causando danos terríveis a economia. Segundo o autor os efeitos mais graves dessa barbárie não são aleatórios, pois se distribui de forma desigual entre os jovens pobres, negros, do sexo masculino.

Segundo o Mapa da Violência 2012 intitulado “Os Novos Padrões de Violência Homicida no Brasil” (Mapa da Violência, 2012) foram assassinadas 192.804 pessoas entre os anos de 2004 e 2007, um número maior do que os doze maiores conflitos armados no mundo no mesmo período e o mais agravante é que os números de homicídios chegam próximos ao número de vítimas de 62 conflitos armados no mundo, como demonstra o Quadro 1 abaixo.

Quadro 1- Número de mortes diretas e taxas em conflitos armados no mundo por homicídios e arma de fogo no Brasil 2004-2007

Conflitos Armados	2004	2005	2006	2007	Total de mortes	do Total	Taxas médias % (100mil)
Total de 12 conflitos	34.683	33.238	47.016	54.637	169.574	11,4	11,1
Restante 50 conflitos	11.388	9.252	8.862	9.273	38.775	18,6	-
Total 62 conflitos	46.071	42.490	55.878	63.910	208.349	100,0	-
Brasil: homicídios	48.374	47.578	49.145	47.707	192.804		25,7
Brasil: armas de fogo	37.113	36.060	37.360	36.840	147.373		20,0

Fonte: Mapa da Violência (2012)

O quadro acima demonstra a realidade da barbárie em que vive o Brasil, quando se refere à violência homicida. Os números expostos até aqui evidenciam a

falta de uma política de segurança pública efetiva, assim como, outras políticas sociais que dê conta dessa realidade vivenciada.

Soares (2004) compreende o fenômeno da violência homicida como problemática grave e em decorrência disso existe um déficit na estrutura demográfica do Brasil, só vistas em países que vivem em guerra, ou seja, a consequência experimentada pela população no Brasil pode ser comparada as consequências típicas de uma guerra.

Os números de violência homicida e que tem em seu foco a juventude só vem aumentando ao longo do tempo, a estabilidade dos números em determinada época, não assegura melhoria dessa problemática a partir de uma política pública de segurança efetiva, apenas demonstra estabilidade a partir de ações focalizadas.

O Mapa da Violência 2014, denominado “Jovens do Brasil”, aponta a estabilidade dos índices. Segundo o referido documento desde a década de 1980⁷ registrou-se um crescimento dos índices de homicídios que permaneceram em 1990. Em 2000, embora tenha ocorrido estabilidade dos índices de violência homicida entre os jovens, é possível observar um aumento dos números reais durante este período e estas taxas ainda estão bem acima do que é considerado nível aceitável pela OMS.

Nesse contexto, que indica estabilidade com pouca variação das taxas por 100 mil habitantes, ocorre o aumento do número real de homicídios em percentual entre as décadas. De 1980 a 1990 houve um aumento de 130,0%; de 1990 a 2000, o aumento foi equivalente a 41,8%; e de 2000 a 2012 equivalente a 24,2%, como consta no Quadro abaixo.

Quadro 2 - Número de homicídios por década – população geral

Ano	Homicídios	Taxas (100mil)
1980	13.910	11,7
1990	31.989	22,2
2000	45.360	26,7
2010	52.260	27,4
2012	56.337	29,0

Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/DataSus/ Ministério da Saúde

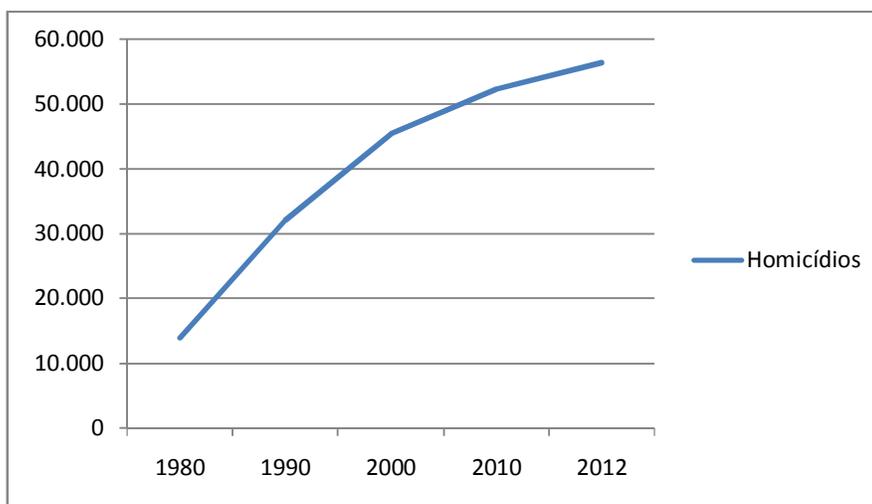
⁷ Importante ressaltar que os dados anteriores ao ano de 1996 não se encontram no SIM, por isso neste trabalho será utilizado os dados deste período que constam no Mapa da Violência 2012.

É possível verificar que em 32 anos houve um crescimento de 305,0% de homicídios na população geral e crescimento de 17,3 em taxa por 100 mil habitantes. Ou seja, na verdade se chegou a números exorbitantes e se estabilizou. Tanto os índices quanto os números reais ainda são muito elevados.

Em 1980, segundo o IBGE, a população brasileira era de 119.002.706 habitantes e em 2010 o número subiu para 190.755.799 habitantes, indicando um aumento populacional de 37.61%.

A realidade apresentada possibilita pensar acerca da violência homicida, como um fenômeno posto na realidade e que necessita ser desvelado, já que é possível notar uma tendência de crescimento que supera o crescimento populacional brasileiro. O Gráfico 1 aponta o crescimento da violência homicida por década segundo a população geral.

Gráfico 1- Número de homicídios por década – população geral



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/DataSus/ Ministério da Saúde

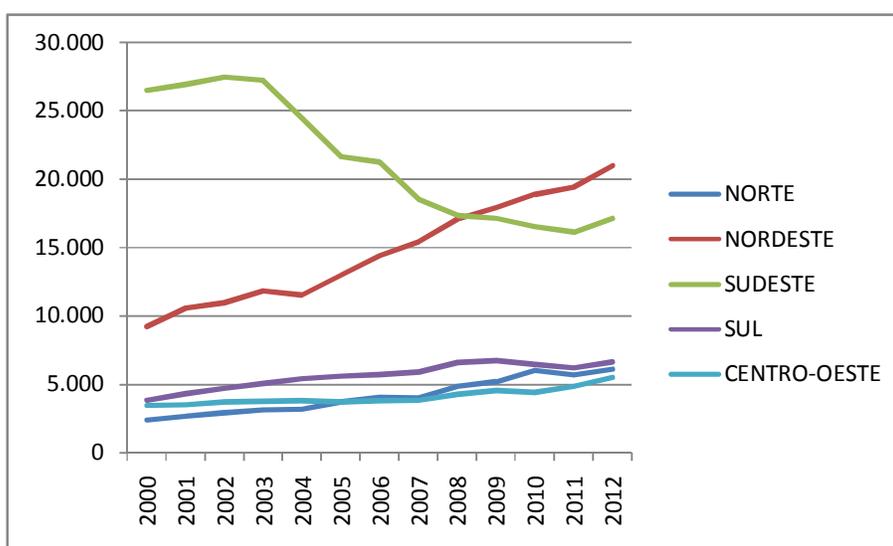
Sobre as regiões do país, no período de 2000 a 2010, observa-se que as regiões norte, nordeste, sul e centro-oeste apresentaram crescimento nas taxas de homicídios superiores a taxa nacional, apenas a região sudeste teve decréscimo de seus índices a partir do ano de 2004.

Estes dados demonstram que houve neste período o espalhamento da violência homicida para estas regiões. Isto pode ocorrer por diversos motivos, entre eles a diminuição das fronteiras de comunicação e informação, a implantação de empresas em regiões afastadas do centro, dinamizando áreas periféricas, como

exemplo, o município de Marabá, que encontra-se hoje no centro dinâmico da economia mundial, concomitantemente a isso as políticas públicas e sociais não conseguem dar conta das demandas existentes, além da precária infra-estrutura, entre outros.

As regiões norte e nordeste tiveram elevados índices de crescimento da violência letal, destacando-se os estados do Pará, Maranhão e Alagoas que triplicaram o número de homicídios na década analisada conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2- Número de homicídios por região



Fonte: Sistema de Informação de Mortalidade/DataSus/ Ministério da Saúde

Considerando as quedas dos números de homicídios da região sudeste, os Estados que estão com índice decrescente são principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Observa-se que o índice nacional não acompanha esta queda, isso ocorre devido ao aumento dos índices das mortes violentas em outras regiões do Brasil.

Tal situação pode ser confirmada com os dados da região norte do Brasil, onde as taxas cresceram com ritmos relativamente acelerados, principalmente nos estados do Pará e do Amazonas. Já no Nordeste, os índices aumentaram em todas as Unidades Federadas, exceto Pernambuco.

No Pará, no ano de 2000 ocorreram 806 homicídios na população geral, no ano de 2012 foram 3.261 homicídios, ou seja, um aumento de 304,5%. Esta mesma configuração teve o estado do Amazonas que em 2000 foram vítimas de homicídios 557 pessoas e em 2012 estes índices foram de 1.317, um aumento de 136.4% em doze anos.

Ao se comparar o número de homicídios por Estados de cada região, entre 2000 e 2012, nota-se que na região norte, o Pará é o Estado com maior índice de homicídios; no nordeste, Pernambuco é quem lidera a posição no ranking regional; no sudeste, São Paulo ainda apresenta os maiores índices da região, mesmo esta cidade tendo diminuído consideravelmente os seus números; o Estado do Paraná lidera a região sul e por último Goiás é o Estado com maior número de homicídios da região centro-oeste do Brasil.

Sobre a população jovem no Brasil, como já mencionado no início desta seção, esta acompanha o perfil mundial, quando se trata de homicídios, as taxas são intensas e progressivas e o perfil é semelhante: jovens entre 15 a 29 anos⁸, do sexo masculino.

O número de homicídios entre os jovens no Brasil em 2012 foi de 30.072, o que equivale a mais da metade do número de vítimas de homicídios que totalizaram 56.337 no país. O que ressalta a discussão evidenciada por Muchembled (2012) e Soares (2004).

Observa-se uma crescente dos índices da população não jovem⁹, porém na população jovem entre 15 a 29 anos, principalmente na década de 1980 a 1990 as taxas mais que duplicam. Conforme Quadro 3 abaixo:

Quadro 3- Taxas de homicídios na população não jovem e na população jovem.

Ano	Taxas Não Jovens	Jovens (15 a 29 anos)
1980	8,5	19,6
1990	14,7	41,2
2000	16,7	52,3
2010	17,4	54,5
2012	18,5	57,6

Fonte: Mapa da Violência 2014

⁸ Considera-se neste trabalho, para a categoria juventude, pessoas entre 15 e 29 anos, conforme estabelecido na Lei N° 12.852/2013 - Estatuto da Juventude

⁹ Considera-se neste trabalho, para a categoria Não Jovem pessoas menores de 15 anos e maiores de 29 anos, conforme estabelecido na Lei N° 12.852/2013 - Estatuto da Juventude.

De acordo com o Mapa da Violência 2014, os 52,2 milhões de jovens brasileiros em 2012 (IBGE) representavam 26,9% do total da população, mas os 30.072 homicídios de jovens registrados pelo SIM/DATASUS/2012 significam 53,4% do total de homicídios do país, isso demonstra as grandes proporções que este fenômeno vem tendo nas últimas décadas. Observa-se a seguir, no Quadro 4, o número de homicídios entre os jovens.

Quadro 4 - Número de homicídios na população jovem (15 a 29 anos) por região no período de 2003 a 2012

REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Norte	1.671	1.740	2.014	2.244	2.226	2.699	2.851	3.267	3.128	3.271
Nordeste	6.667	6.563	7.489	8.239	8.882	10.041	10.457	10.914	10.899	12.092
Sudeste	5.635	3.865	11.871	11.370	9.793	8.966	8.595	8.187	7.833	8.456
Sul	2.583	2.849	3.009	2.996	3.216	3.517	3.569	3.316	3.149	3.395
Centro-oeste	1.938	1.986	1.948	1.965	1.985	2.244	2.329	2.293	2.462	2.858
Total	28.494	27.003	26.331	26.814	26.102	27.467	27.801	27.977	27.471	30.072

Fonte: SIM/DATASUS/Ministério da Saúde

Estas taxas crescentes de violência homicida entre a população jovem representam a falta de investimentos em políticas públicas e sociais para este público. Na atualidade esta discussão encontra-se na pauta principal da agenda governamental demandada pelos movimentos sociais que apontam e caracterizam estes índices como “extermínio da população jovem¹⁰”.

Observa-se a partir do quadro acima que não há uma grande variação no total de homicídios entre as regiões, no entanto, é possível verificar em comparação ao nordeste e sudeste, que a região nordeste do país tem um crescimento do número de homicídios no período, já o sudeste tem um decréscimo desses números no mesmo período.

No período de 2011 e 2012, a taxa de homicídio entre a população jovem cresceu 8,5%. São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, que nos últimos anos apresentaram taxas decrescentes, tiveram algumas mudanças, por exemplo, São Paulo tem um surto, com crescimento de 14,8%; Rio de Janeiro, em 2012, mantém sua estagnação, mesmo com índice de 56,5 por 100 mil jovens; e Pernambuco continua seu processo de queda, diminuiu 6,8%, porém seus números de homicídios entre a população jovem é 73,8 por 100 mil jovens.

¹⁰ Esta discussão será abordada no capítulo final desta dissertação.

Observa-se a partir dos índices expostos sobre as regiões que houve um nivelamento das taxas de homicídios, regiões como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, centros econômicos tiveram decréscimo de seus índices, assim como, regiões mais afastadas do centro como o Pará e o Amazonas tiveram crescimento.

Esta situação pode ser explicada por variadas formas, uma delas e que já foi pontuado neste capítulo, o espalhamento da violência, considerando que outras áreas comecem a fazer parte do cenário econômico mundial e, além disso, em decorrência de ações policiais de controle nos territórios de tráfico de drogas, fazendo com que estes procurem outros locais com maior facilidade e com menos forças de controle.

Nesse contexto, Adorno e Dias (2014) sinalizam que ocorreu a ascensão e espalhamento da violência e crimes urbanos, atingindo as médias e pequenas cidades do país, de forma global atingiu os mais diversos locais.

Outro fator relevante observado nos índices de violência homicida no Brasil é o número de homicídios entre homens e mulheres. Em 2012, dos 56.337 homicídios registrados pelo SIM, 4.719 eram referentes a mulheres, e 51.544 referente aos homens. Estes dados significam que, do total de homicídios, 8,3% eram de mulheres e 91,4% de homens.

No Estado do Pará, o fenômeno da violência homicida tem chamado atenção, em razão dos altos índices que este fenômeno apresentou nos últimos anos. De acordo com os dados estatísticos de órgãos governamentais e instituições representantes da sociedade civil, o Pará encontra-se entre os Estados mais violentos do Brasil.

Análises dos dados do SIM/DATASUS/MS e do Mapa da Violência 2014, apontam que o Pará assumiu em 2012 a 7ª posição no quadro dos Estados mais violentos do Brasil referente à taxa de homicídios (Quadro 5), perdendo apenas para os estados de Alagoas (1º), Espírito Santo (2º), Ceará (3ª), Goiás (4ª), Bahia (5ª) e Sergipe (6ª).

Quadro 5- Quadro dos Estados mais violentos do Brasil, segundo a posição- 2014

Estados Brasileiros	Posição
Alagoas	1º
Espírito santo	2º
Ceará	3º
Goiás	4º
Bahia	5º
Sergipe	6º
Pará	7º

Fonte: Mapa da violência 2014

Ainda conforme este dado oficial, na década de 1980, o Pará tinha uma taxa inicial de homicídios de 8,9 em 100.000 habitantes, um índice inferior à taxa nacional, nesta mesma década os índices da região metropolitana foram superiores aos do interior.

No período de 1999 a 2010, ocorreu um intenso crescimento das taxas de violência no Estado, apresentando um crescimento de 324,4% homicídios, já em 2005, o Estado ultrapassou a média nacional com o crescimento em 228,2% no interior, dado que demonstra um alargamento de ocorrências da violência homicida nas áreas do interior do Estado.

Os índices gerais de mortes violentas no Brasil conseguem manter-se sem grande oscilação entre os anos (2000 a 2010), mesmo que a variação não seja elevada, os números brasileiros são muito altos, acima do que a OMS considera como epidemia, apesar dos esforços do Estado em controlar este fenômeno, os números revelam que não há grandes alterações dos resultados gerais brasileiros.¹¹

Nesse contexto, ratifica-se a problemática da violência no país, Pochmann (2004, p.234) diz que no Brasil, o conjunto de mortes violentas constitui a primeira causa no total de mortalidade verificada na faixa etária de 5 a 39 anos. Desse segmento as mortes ocasionadas por homicídios somente entre os jovens de 15 a 24 anos, além de possuírem ainda maior significância relativa, vêm crescendo a cada ano, conforme atestam diversos estudos realizados no Brasil.

Em síntese, as mortes por homicídios no Brasil têm características comuns nas Unidades Federativas, são em sua maioria de jovens, do sexo masculino, entre

¹¹ Ressalta-se que cidades como Rio de Janeiro e São Paulo tiveram suas taxas decrescentes a partir de 2003.

15 e 29 anos. Hoje estes dados já são considerados como caso de saúde pública e aprofundamento de violação de direitos humanos.

Observa-se que este fenômeno vem se acentuando na contemporaneidade, indicando progressões instigantes que necessitam ser evidenciadas e discutidas, não apenas no contexto global e nacional, mas principalmente na realidade regional, onde o fenômeno é potencializado de acordo com suas particularidades. Para isso, se faz necessário uma discussão teórica para compreender o fenômeno ora tratado.

2.2 DISCUSSÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA

Mediante o quadro apresentado na seção anterior sobre os índices de violência homicida que se apresentam hoje na sociedade contemporânea e principalmente no Brasil, se faz necessário refletir sobre tal questão, para assim buscar alternativas interventivas para o enfrentamento dessa problemática. É claro que as discussões contidas neste trabalho não expressam a magnitude do fenômeno, apenas indicam algumas análises, a partir de sua representação mais visível: os homicídios.

Segundo Muchembled (2012) a palavra violência surgiu no século XIII e deriva do latim *vil*, que designa “força” ou “vigor”, é uma relação de força que tem como objetivo submeter ou constranger alguém.

A OMS define a categoria violência como o uso de força física ou poder, ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação.

O conceito de homicídio segundo Pinzón (1971) é a morte de um homem por outro homem. A palavra vem do latim *homicidium*, composta de dois elementos: *homo* (homem) e *caedere*, do qual se deriva o sufixo *cidium* (matar), ou seja, para violência homicida o resultado único é a morte.

Para Hungria (1955), homicídio é o crime no qual sua ação é contra a vida, considerada a mais cruel violação do senso moral médio da humanidade civilizada. O Homicídio é considerado como a mais brutal das violências, pois ela leva a morte de outra pessoa.

O Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940) define homicídio simples como a “ação de matar alguém” e homicídio qualificado como a ação de matar “mediante promessa de pagamento ou recompensa, ou por motivo torpe; por motivo fútil; por meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum [...]”

As análises de Slavoj Zizek (2014) no livro “Violência: seis reflexões laterais” trás reflexões mais profundas da violência, a diferencia no que concerne à violência objetiva e subjetiva, ele não analisa a violência em seu aspecto físico, que é mais visível e sim em sua forma mais ampla, como sustentadora do funcionamento do Estado, ela afirma que a “violência sistêmica” tem consequências muitas vezes mais catastróficas e esta no cerne da sociedade do capital.

Slavoj Zizek (2014, p.24) trata sobre a violência inerente a um sistema: “não só da violência física direta, mas também das formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e exploração, incluindo a ameaça de violência”.

O autor compreende que os sinais da violência mais evidentes são aqueles que concernem em atos de crime, terror, confrontos civis e conflitos internacionais, porém o engodo fascinante é a violência “subjetiva”, ela não aparece de forma evidente, muito menos aparece nos discursos das relações de dominação.

Para o autor a violência encontra-se em uma forma mais fundamental pertencente à linguagem, imposto por certo universo de sentido, além disso, o que ele denomina de “violência “sistêmica” que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nosso sistema econômico e político” (ZIZEK, 2014, p.17).

Para o autor a violência objetiva e subjetiva não pode ser compreendida por uma mesma ótica. “A violência subjetiva é experimentada enquanto tal contra um pano de fundo de um grau zero de não violência. É percebida como uma perturbação do estado de coisas “normal” e pacífico. Contudo, a violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento. Assim a violência sistêmica é de certo modo algo como a célebre “matéria escura” da física, a contrapartida de uma violência subjetiva (demasiado) visível. Pode ser invisível, mas é preciso levá-la em consideração se quisermos elucidar o que parecerá de outra forma explosões “irracionais” de violência subjetiva (p.18).

Diante das discussões teóricas sobre violência, diferentemente de Zizek (2014), Minayo (2010) define a violência em sua forma mais concreta, que se vê e percebe no cotidiano da sociedade, a sua forma objetiva.

A autora indica que não existe uma definição precisa e cabal para a violência, o que existe são vários conceitos que podem coincidir ou divergir, pois é um fenômeno complexo e multicausal, que possui particularidades determinadas por épocas específicas. A violência consiste no uso da força, poder e dominação submetendo e provocando danos a outros indivíduos, grupos e coletividade.

Segundo Minayo (2005) a reflexão sobre violência é fundamentada na complexidade, polissemia e controvérsia. Para a autora este objeto de estudo possui muitas teorias, porém quase todas são parciais, a maior problemática enfrentada para se estudar a violência é a sua etiologia e pluricausalidade. O fenômeno da violência é “eminente social, ela nasceu com a sociedade. Todos os mitos originários conhecidos da humanidade, em alguma medida, tratam sobre a luta fratricida como elemento constitutivo das organizações sociais” (Minayo, 2005, p.57).

Parafraseando Minayo (2005) a violência é um fenômeno permanente na história da humanidade, sua forma de manifestação é diferente de acordo com o tempo e o espaço. Sua natureza é múltipla e complexa e sua expressão máxima no Brasil se manifesta de forma hegemônica através dos homicídios.

Apesar da autora dizer que a forma de violência no Brasil ocorre de forma homogênea, concomitantemente a essa afirmação Minayo (2005) pontua também que a distribuição e expressão dessa violência no Brasil não tem uma totalidade homogênea e apresenta fortes componentes de classe, gênero, faixa etária, ocupação de espaços degradados da cidade e exclusão social das vítimas.

Observa-se, portanto que a forma homogênea do risco de ser assassinado no Brasil é apenas aparente, pois há categorias definidas vulneráveis a violência em seu cotidiano: jovens, negros de classes populares. Além dessas categorias existe outra que não estão retratados neste trabalho, mais possuem alto grau de vulnerabilidade quanto à disposição à violência: mulheres, crianças, idosos e homossexuais.

Segundo a autora a naturalização da violência e a impunidade dos atos infracionais das classes abastardas reproduzem uma “cidadania forjada na arbitrariedade e nos privilégios que gozam” (Minayo, 2005, p. 60). Em síntese a

autora indica que existe um processo de exacerbação das relações sociais que atinge principalmente a população mais pobre e indica o crescimento da desigualdade, do desemprego, da falta de perspectiva de trabalho.

O exacerbado crescimento desse tipo de violência no Brasil, no qual tem como público preponderante, não apenas como vítimas, mas também como agressor, jovem, do sexo masculino, oriundos de classes populares, está causando um sentimento de medo e insegurança na população em geral. Estudos de instituições governamentais e não governamentais comprovam através de dados quantitativos o crescimento de crimes e das graves violações de direitos humanos que está sendo vivenciada no País nas últimas décadas.

Almeida (2004) no texto “Violência e Direitos Humanos no Brasil” aponta que a violência se expressa de variadas formas e envolve sujeitos com inserção determinada em um conjunto de relações sociais concretas constituídas em uma cultura particular que institucionaliza os processos de violência no Brasil. Para a autora a violência se instala na vida social e se dirige a indivíduos que corporificam relações sociais determinadas.

Observa-se na realidade brasileira que algumas formas de violência são recorrentes, mesmo que a conjuntura seja diferenciada, algumas práticas tornam-se institucionalizadas como, por exemplo, a tortura nos presídios, o auto de resistência adotado por policiais para encobrir assassinatos praticados em ações policiais por resistência do criminoso. Pode-se inferir que na sociedade brasileira em cenários distintos como no período ditatorial ou mesmo em período democrático, agentes repressores protagonizam um cenário de barbárie, intransigente ao direito da pessoa humana.

Parafraseando Almeida (2004) a violência e a criminalidade no Brasil são produtos de relações históricas advindas do processo de colonização e por um passado escravocrata recente.

A herança escravocrata deixa marcas profundas que podem ser observadas principalmente na atuação policial, em sua maioria estas ações perpassam reciprocamente a questão de classe, raça e gênero e potencializam as relações sociais contraditórias, reproduzindo a estrutura de exploração e dominação da sociedade capitalista.

Para Almeida (2004):

As relações são fortemente hierarquizadas, autoritárias e arbitrarias, enraizadas em uma concepção patrimonialista, que minam as fronteiras entre o público e o privado, pela imposição dos atos mais arbitrários e da sua institucionalização pela via legal (os atos institucionais, os processos contra os “terroristas, enfim a combinação de terror e legalidade), o que nos lega como patrimônio coletivo a banalização da vida, a naturalização da morte e a cultura da impunidade (ALMEIDA, 2004, p.49).

Observa-se, portanto uma força tarefa na construção de uma ideologia para dissociar a violência de seu processo histórico, das determinações estruturais. A violência passa a ser restrita ao desejo e vontade do indivíduo. Uma visão reducionista e psicologizante.

Segundo Almeida (2004) as particularidades do Brasil possibilitam determinadas formas de violência e criminalidade, com uma apropriação ideológica pela mídia que espetaculariza e simplifica a realidade, naturalizando-a e retirando-a de seu sentido histórico.

Dessa forma, a cultura da violência passa a fazer parte de espaços íntimos e coletivos da vida social, enraizando uma forma de sociabilidade pautada na luta diária contra a violência, a partir de um Estado forte, pautado no combate a criminalidade, na coerção e repressão, deixando de lado garantias constitucionais.

Almeida (2004) chama a atenção para os dados e indicadores da violência homicida e da criminalidade, pois revelam determinações classistas, sexista e racista e são dirigidas a frações de classe subalternizadas. O crescimento e a institucionalização da violência incidem sobre outras expressões da questão social, que podem ser qualificadas como formas brutais de violência, como exemplo, a fome, a indigência, o desemprego. Nas palavras da autora (2004, p.53) “a violência é uma das expressões mais visíveis da questão social”.

A autora comunga da ideia de Ianni (2004) e Slavoj Žižek (2014) quando ela afirma que, além da violência no que concerne à agressão, seja ela física, psicológica, simbólica, entre outras, a base da violência está nas desigualdades sociais, interferindo diretamente na dinâmica das formas de sociabilidade, ou seja, a violência está na base da sociedade. Ela é estrutural.

Comumente registra-se violência e criminalidade relacionada à pobreza, segundo Almeida (2004) esta é uma associação errônea, alguns estudos que fazem um balanço de argumentos sobre a questão indicam que não há elementos

analíticos que estabeleça a relação entre criminalidade e pobreza urbana; existe um contexto geral de violência, onde se isola e focaliza as áreas pobres, o que influencia a hipótese da relação entre violência e pobreza.

Para esta autora, a relação feita entre pobreza e violência/criminalidade baseia-se no senso comum. Nesta concepção encontra-se inerente uma ideia discriminatória que se reproduz na sociedade de forma danosa para as classes subalternas¹².

Esta é uma forma de simplificar e naturalizar a violência, distanciando-a da relação histórica, construindo assim, premissas ideológicas que se distanciam da relação de desigualdade e da relação antagônica estrutural da sociedade capitalista. A complacência e a omissão do Estado sobre a institucionalização da violência são formas de naturalizar e banalizar a violência que incidem desigualmente sobre a sociedade brasileira.

Segundo a autora a associação ideológica entre pobreza, criminalidade e violência tem uma repercussão profunda nas classes subalternas, estas além de não terem acesso a políticas públicas básicas, passam por processos discriminatórios e repressivos, e internalizam uma concepção mistificadora.

Segundo Almeida (2004, p.42), a violência é um:

Fenômeno que se expressa sob várias modalidades envolvendo sujeitos com inserção determinada em um conjunto de relações sociais concretas. Essas relações são constituídas em uma cultura particular e conformam os processos de institucionalização de violência no Brasil.

Morfino (2008), compartilhando esta discussão, no texto “A sintaxe da violência entre Hegel e Marx”, diz que a celebre expressão de Marx a propósito da violência, que constitui o ponto de partida da análise, encontra-se no capítulo 24 de *O Capital* quando trata da Acumulação Primitiva. Para o autor:

Marx exclama que a violência [Gewalt] é a parteira [Geburtshelfer] de toda velha sociedade que trás uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência [Potenz] econômica” (Marx, 2005 Apud Morfino, 2008, p.19).

Adorno e Dias (2014) sinalizam que a ascensão da violência e crimes urbanos não foi privilégio das metrópoles brasileiras, ela se espalhou, seguindo as tendências de urbanização atingindo as médias e pequenas cidades do país.

¹² Termo utilizado por Almeida (2004)

A violência tornou-se global atingindo os mais diversos lugares, está intrínseca na sociedade e dependendo das especificidades e particularidades locais, muitas vezes atinge o seu mais alto grau de gravidade.

Os autores afirmam que concomitantemente aos avanços modernos, desenvolveu-se “bolsões” de pobreza e enclaves nos centros urbanos e periferias das cidades com a precarização de serviços urbanos e suporte social e institucional, ocasionando condições diretas e indiretas para explosões de conflitos violentos.

A afirmativa de Adorno e Dias (2014) fortalecem a afirmativa de Almeida (2004) e Ianni (2004) quando relacionam violência/criminalidade à pobreza. Ressalta-se aqui a violência como fenômeno intrínseco da sociedade, problemática de cunho estrutural, mas que por omissão e naturalização do Estado, os efeitos do fenômeno da violência passam a incidir de maneira desigual sobre a sociedade brasileira, atingindo os grupos com maior vulnerabilidade social.

Nesse contexto Adorno (2002) compreende que é bastante contestada a tese de causalidade entre pobreza, delinquência e violência, porém o autor afirma que não pode deixar de reconhecer as relações entre a concentração de riqueza e a concentração precária de qualidade de vida coletiva nos bairros periféricos das grandes cidades e o crescimento da violência fatal.

Segundo o autor na década de 90, uma pesquisa sobre violência nas grandes capitais brasileiras indicava que as taxas de homicídios eram sempre mais elevadas nos bairros aonde não havia infra-estrutura urbana de serviços de lazer e cultura e postos de trabalho.

Para Adorno (2002) a desigualdade social, a concentração de riqueza, a crise fiscal ocorridas na década de 90 causaram fortes restrições da capacidade do Estado na aplicabilidade de leis e garantia de segurança, assim como, em políticas de redução da violência, ao estímulo de desenvolvimento socioeconômico, a expansão de postos de trabalho e a garantia de um mínimo de qualidade de vida para parte da população.

O autor explicita que não são poucos os estudos que reconhecem a incapacidade do sistema de justiça criminal na contenção do crime e da violência no Estado democrático de direito. Houve uma evolução dos índices de violência e o sistema de justiça não acompanhou esta tendência. O poder público não consegue conter o monopólio estatal da violência que se alastra na atualidade.

Nessa perspectiva Dornelles (2011) evidencia que a violência nunca se apresentou de forma tão disseminada e como realidade marcadamente presente em sociedades contemporâneas. Uma violência que se expressa de diferentes formas e se expande por diversos espaços da sociedade, muitas vezes sem causa aparente.

Para Dornelles (2011) a cultura da violência e a sua banalização criam um ambiente onde se dá a impressão de que ela aparece como um fim em si mesmo, como um valor em si mesmo, se expressando apenas como uma prática de violência aparentemente sem motivação, até mesmo, muitas vezes, de forma lúdica.

Parafraseando o autor, a violência passou a ser uma linguagem, uma expressão, a ser utilizada em um ambiente de “caos”, de fragmentação, de ruptura das referências existenciais, de flexibilização de todas as dimensões da vida, da modernidade líquida. A realidade passa, assim, a ser povoada por imagens de medo da violência e da insegurança.

De acordo com Dornelles (2011) existe uma relação direta entre a transnacionalização dos processos produtivos, a sua ideologia neoliberal e a generalização da violência. Para ele direta ou indiretamente, a violência se alimenta das desigualdades e tais desigualdades produzidas pela globalização hegemônica neoliberal expandem a exclusão social, a precarização da vida, por meio da abstenção do Estado, sendo pré-condição para a generalização e fragmentação da violência.

Dornellis (2011) e Wieviorka (1997) possuem a mesma opinião quanto à existência de um novo paradigma da violência, e o que nos permite precisar esta ideia são as suas novidades radicais: o fato de ser ao mesmo tempo globalizada, visto que relativa a fenômenos planetários, e localizada.

Wieviorka (1997) no texto “O novo paradigma da violência” afirma que o caráter singular da violência contemporânea nos obriga a refletir pelos extremos: do sócio-histórico ao centrado na pessoa. A violência deve ser concebida com a mais viva consciência de uma nova situação histórica e política.

Para o autor, a tarefa da sociologia da violência é mostrar as mediações, os sistemas de relações, no qual a ausência ou enfraquecimento criam o espaço da violência. Se estes demonstram-se escondidos, incompreendidos ou ignorados que realmente carentes ou ausentes, significa que a sociedade a qual pertence recusam reconhecê-los e debatê-las.

Neste contexto, o autor indica que a violência deve ser analisada como uma representação, como a subjetividade dos grupos ou de toda a sociedade, quando estes não conseguem compreender o que os cerca, a violência passa a se constituir como uma forte realidade objetiva.

A análise de Wieviorka (1997) traz duas dimensões da violência, primeiramente refere-se ao crescimento das violências instrumentais, no nível infrapolítico, ou seja, quando a ordem se desfaz, a violência passa a ser o principal recurso na luta de todos contra todos; a segunda dimensão tratada é quando não são estritamente instrumentais.

Ressalta-se aqui o pensamento do autor quando indica que a violência na contemporaneidade se desloca para fenômenos infra e metapolítico. O caráter infrapolítico relaciona-se a degeneração do processo político, a favor de uma privatização ligada aos desejos econômicos de consumismo, ou vingança social.

O caráter infrapolítico da violência expressa em vão aquilo que a pessoa ou o grupo aspiram afirmar, é a negação da alteridade, ao mesmo tempo da subjetividade daquele que a exerce. “Ela é a expressão desumanizada do ódio, destruição do outro, tende a barbárie dos purificadores étnicos ou dos erradicadores” (WIEVIORKA, 1997, p.37).

Segundo Soares (2004), o país está vivenciando um verdadeiro genocídio. A violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento, generalizando o medo e produzindo danos profundos na economia.

Entretanto, os efeitos mais graves dessa barbárie cotidiana não se distribuem aleatoriamente. A violência explicita a contradição da sociedade capitalista, remetendo a reflexão marxiana de que as relações sociais são relações entre os sujeitos determinados historicamente pelos locais que ocupam na sociedade.

Nesse contexto, observa-se a premissa marxiana, principalmente no que se refere às características da violência homicida, posta hoje na sociedade, pois traz características próprias e similares de um determinado sujeito: “sobretudo são os jovens, pobres e negros do sexo masculino, entre 15 e 29 anos, que têm pagado com a vida o preço da insensatez coletiva” (SOARES, 2004, p.130).

Neste cenário deve-se pensar a violência a partir de uma estrutura macro, que atinge toda a sociedade, dessa forma, poderá, então, buscar formas de controle

e minimização deste fenômeno na sociedade contemporânea. Para isso, se faz necessário tangenciar a discussão sobre direitos humanos e juventude, considerando que a forma de minimização dessa violência pelo estado se dá pelas vias mais cruéis e atinge principalmente os mais vulneráveis, os jovens, negros e pobres.

2.3 DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE FRENTE À VIOLENCIA HOMICIDA

A Declaração dos Direitos Humanos de 1948 ¹³ representou o reconhecimento contemporâneo, após duas grandes guerras mundiais, de valores como igualdade, liberdade e fraternidade.

Dentre os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, destaca-se o artigo três no qual afirma que “*todo homem tem direito a vida, a liberdade e à segurança pessoal*” e o artigo vinte e dois que assegura que:

Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização de recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Estes artigos colocam em pauta, direitos essenciais, como a dignidade do homem, acessibilidade a serviços sociais e o principal deles o direito a vida.

A tradição marxista compreende a ideia dos direitos do homem como conquista, a partir da luta contra as tradições históricas. Os direitos do homem não são nenhum dom da natureza, nenhum dote da história passada, mas o prêmio da luta contra o acidente do nascimento e contra os privilégios que a história até agora transmitiu de geração a geração (Marx, 1989, p.21).

¹³ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de Dezembro de 1948, através da Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos. Desde sua adoção, em 1948, a DUDH foi traduzida em mais de 360 idiomas – o documento mais traduzido do mundo – e inspirou as constituições de muitos Estados e democracias recentes. A DUDH, em conjunto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus dois Protocolos Opcionais (sobre procedimento de queixa e sobre pena de morte) e com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e seu Protocolo Opcional, formam a chamada Carta Internacional dos Direitos Humanos.

Na obra marxiana “A questão Judaica” Karl Marx (1989) faz uma análise dos direitos humanos presentes na Revolução Francesa e na Revolução Americana e diz que se refere ao homem egoísta, centrado na propriedade. De acordo com o autor a emancipação política é sem dúvida, um grande progresso. Não constitui a forma final de emancipação humana dentro da ordem mundana até agora existente.

Marx (1989) afirma que nenhum dos supostos direitos dos homens vai além do homem egoísta, o homem enquanto membro da sociedade civil. O homem está longe de, nos direitos do homem, ser considerado como um ser genérico; pelo contrário, a própria vida genérica - a sociedade - surge como sistema externo ao indivíduo, como limitação da sua independência original.

Como evidencia Marx (1989) a emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (*forces propres*) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política (Marx, 1989, p.30)

Um dos estudiosos da obra de Marx, Netto (2012) em sua análise sobre o livro “Questão Judaica” diz que a emancipação política é sem dúvida, um grande progresso; ela não é, decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma da emancipação política no interior da ordem mundial até aqui. Entende-se: nós falamos aqui de emancipação real, de [emancipação] prática.

Os direitos sejam eles políticos, sociais ou econômicos, têm um caráter classista, de conservação dos interesses de uma minoria, nasce com o capital e com o objetivo de perpetrar a propriedade privada nas mãos de poucos, é insuficiente para se chegar à emancipação humana.

Como afirma Trindade Lima (2011a) o discurso dos direitos humanos de plataforma generosa e universal, como a burguesia o apresentara quando necessitava mobilizar o entusiasmo e a energia do povo, muito rapidamente se convertera em ideologia legitimadora de uma nova dominação social (TRINDADE a, 2011, p.117).

Destarte, nas palavras de Trindade Lima (2011b) a burguesia “revolucionária” não tinha interesse em transformar a igualdade formal em igualdade

real, os direitos sociais, não foi incluída entre os “direitos naturais e imprescindíveis dos homens, pois isto mexeria com a estrutura da sociedade.

Partindo de uma análise crítica da origem, história e o papel dos direitos humanos, este aparece como mero formalizador da emancipação política em uma sociedade dividida em classes sociais, porém não podemos desqualificar a importância que os direitos humanos representam na contemporaneidade e a sua progressiva universalização desde a revolução francesa.

Comparato (2013) intelectual da área jurídica, estudioso da temática dos direitos humanos, explana em sua obra que a Revolução Francesa de 1789 representou a emancipação e ascensão histórica do indivíduo. A sociedade liberal assegurou a garantia da igualdade de todos perante a lei. Mas essa isonomia revelou-se inútil para a legião crescente de trabalhadores, compelidos a se empregarem nas empresas capitalistas. Patrões e operários eram considerados pela lei, como contratantes perfeitamente iguais em direitos, com inteira liberdade para estipular o salário e as demais condições de trabalho. A lei assegurava imparcialmente a todos, a possibilidade jurídica de prover livremente à sua subsistência e enfrentar as adversidades da vida. O resultado dessa atomização social foi à total pauperização das massas proletárias.

Comparato (2013) evidencia em seu texto que o reconhecimento dos direitos humanos de caráter econômico e social foi o principal benefício que a humanidade recolheu do movimento socialista, iniciado na primeira metade do século XIX. O titular desses direitos, com efeito, não é o ser humano abstrato, com o qual o capitalismo sempre conviveu. É o conjunto dos grupos sociais esmagados pela miséria, a doença, a fome, a marginalização que se intensificou ainda mais no século XX com as atrocidades das duas grandes guerras mundiais.

Os Direitos Humanos na atualidade não mostram as contradições existentes na vida social, não está posto como garantia de direitos, é apenas um horizonte, um ideal. Ideia de que o direito a vida é natural e inalienável, porém na sociedade contemporânea o ser humano não possui mais nem o direito a própria vida, este passa a ser um direito privado.

As políticas que viabilizam direitos são focalizadas e compensatórias, apenas a uma parte da população, que esteja dentro dos critérios de elegibilidade

recomendados pelas agências internacionais, sendo assim suprimi-se a universalização e a ideia de cidadania social.

Parafraseando Barroco (2008, p.7) uma das políticas decorrentes do contexto neoliberal é o de criminalização da pobreza, ou seja, de culpabilização dos pobres pela sua situação social; o que caminha ao lado da naturalização da pobreza (a ideia de que essa condição é natural, isto é, sempre foi assim e sempre será) e da tolerância zero, que segrega aqueles que a priori são culpados: os negros, os imigrantes, os homossexuais, os usuários de drogas, todos “os diferentes”.

A ideia expressa por Barroco é fundamental para a compreensão da sociedade atual. Existe uma criminalização e culpabilização dos pobres, na contemporaneidade os pobres passam a ser responsáveis por sua miséria, a individualização faz com que se sintam incapazes de prover sua própria subsistência.

Ainda com Barroco (2008, p.7) esse contexto gera uma cultura de desigualdade e de violência cujos resultados para os direitos humanos se expressam sob a forma de um crescente processo de desumanização que expressa à miséria material e caminha ao lado da mais assustadora miséria espiritual.

No entanto, ao analisar os altos índices de violência homicida, principalmente, entre os jovens de 15 a 24 anos, percebe-se contradições no que preconiza os artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois os elevados números de violência letal indicam a negação de direitos sociais, conquistados ao longo da história da humanidade.

Ao discutir e refletir a questão da violência homicida na atualidade, impossível não remeter a teoria clássica liberal de Thomas Hobbes, a partir do Estado Absolutista e do Individualismo Possessivo, que é o germe da teoria liberal e esta intrínseca no neoliberalismo e distante dos direitos humanos, principalmente no direito a vida. Alguns elementos da teoria liberal reverberam na sociedade atual, a partir de um pensamento conservador e um discurso ideológico pautado em medidas de cunho repressivo e coercitivo, na defesa da propriedade privada.

Quando se trata do fenômeno da violência, a sociedade clama por um Estado repressor que dê à sociedade a sensação de segurança. As ações do Estado contemporâneo para “garantir a paz” tão almejada pela população esta presente através de ações policiais e repressivas, como exemplo, número maior

de policiais na rua, pacificações de favelas, diminuição da maioria penal, construção de presídios.

Estas ações estatais pautadas na repressão e coerção são totalmente avessas ao que dispõe a Declaração dos Direitos do Homem, a ideia de se propaga é a individualização do problema da violência, para que cada pessoa possa ser responsável por sua segurança e integridade. Para o senso comum, o indivíduo deve estar “atento” para não ser assaltado, não pode estar com as janelas do carro abertas, muito menos falar ao celular na rua, ou seja, o que está posto é um Estado que criminaliza a pobreza e individualiza a violência.

O modelo neoliberal permite à exposição dos homens a violência, e prega a ideologia de uma competitividade incessante, um pensamento voltado para a meritocracia, e a ideia contemporânea do individualismo, no contexto social da atualidade, onde o homem passa a ser o único responsável por seus atos.

Esta ideia conservadora deixa de lado a vulnerabilidade socioeconômica dos jovens que fazem parte das estatísticas oficiais do Estado no que concerne à violência homicida. Em um país onde a desigualdade social é gritante e as políticas públicas e sociais são em grande parte insuficientes, inadequadas e fragmentadas é muito mais fácil partir de um pensamento que responsabilize unicamente o próprio homem pelas suas mazelas do que compreender qual a responsabilidade do Estado frente ao fenômeno da violência em relação à juventude.

Para melhor compreender a perspectiva de juventude e violência, que será tratado aqui, esta dissertação apropriar-se-á das afirmações de Cara e Gauto (2014) no texto “Juventude: percepções e exposição à violência” que consideram jovens os que estão entre 15 e 29 anos. Para os autores ser jovem não é apenas uma questão determinada única e exclusivamente pela faixa etária, por isso debatem-se juventudes e não juventude, no sentido de que esta fase encerra experiências sociais, culturais, econômicas e políticas que vão influenciar diretamente o desenvolvimento individual e social da forma de se relacionar com o mundo.

Os autores trazem a compreensão da UNESCO (2004, apud Cara e Gauto, 2014, p. 177) sobre juventude “é possível compreender juventude como uma construção social relacionada também a diferentes formas de ver o outro, inclusive por estereótipos, momentos históricos, referências diversificadas e situações de classe, gênero, raça etc.

Cara e Gauto (2014) afirmam que existe uma forte relação entre desigualdade social e violência. Os centros urbanos criam expectativas de vida para a população, sem que haja o atendimento das demandas e necessidades. Os jovens, segundo os autores, são expostos a mídia e a apelos de consumo e não possuem condições de suprir estas necessidades incorporadas pelo desejo do ter.

Os jovens são vítimas deste processo de exclusão, considerando o não acesso a espaços de trabalho, educação, cultura e lazer. São hoje, como já demonstradas nesta dissertação através de dados estatísticos, às principais vítimas e acusados dos homicídios no Brasil.

A ideia conservadora deixa de lado a questão estrutural e trata as vítimas e culpados dos homicídios como único responsável pelo problema, como se dependesse exclusivamente de sua vontade individual.

Para os autores o problema concerne na dinâmica social que reproduz permanentemente um processo de exclusão social. Aos jovens é negado a condição de sujeito de direitos e a violência aparece como sintoma de convulsão social e principalmente como uma maneira de comunicar a sociedade essa degradação social e comunitária.

Cara e Gauto (2014) afirmam que os jovens principalmente da periferia convivem com um conflito cultural, pois de um lado são bombardeados por uma cultura de consumo, por outro lado convivem em seu cotidiano com a cultura da violência que enaltece o crime como única forma de realizar as necessidades de consumo.

A fase da juventude esta ligada a formação da identidade, a busca por afirmação pessoal e sentimento de pertencimento. A violência aparece como um recurso de afirmação da auto-imagem, de compartilhamento e inserção de grupos, o que é fundamental, pois garante apoio e proteção, além de afirmação da identidade desse jovem (Cara e Gauto, 2014).

Segundo Fraga (2006) os homicídios entre os jovens não podem ser considerados apenas como conflitos interpessoais, ganharam o caráter de extermínio de população supérflua. O autor se apropria dos estudos de Hannah Arendt que afirmam que população supérflua é aquela que pode ser eliminada, considerando que já foram excluídos da convivência humana. Para o autor a

violência tem como característica a impossibilidade de construção de uma esfera pública e a produção exacerbada do individualismo.

Grosso (2000 apud Souza e Goldmeier 2008) assegura que a juventude enquanto categoria social tem grande importância para compreensão das sociedades modernas. O movimento e a transitoriedade são suas marcas, identificando-a a essa era em que impera a velocidade, a fluidez e o caráter transitório e polimórfico dos acontecimentos. A adolescência é, inclusive, uma invenção da modernidade, sendo sempre a passagem entre o que é e o que deverá ser. Relaciona-se ao período de transição da fase de ingresso na sociedade para a maturidade. Assim, carrega uma função social de maturação do indivíduo para torná-lo integrado à sociedade moderna.

Para Souza e Goldmeier (2008) as mortes de jovens hoje são corriqueiras, as marcas desses eventos são apagados dos espaços urbanos e tornam-se sem sentido denotando uma indiferença geral. Isso se dá principalmente em decorrência da mídia que desempenha este papel quando expõem e massifica imagens da violência com o objetivo de causar impacto, sem, no entanto, trazer uma discussão e reflexão sobre o tema.

Segundo os autores os dados sobre os homicídios entre a juventude, enfatizam principalmente os jovens que cometeram os crimes, a imprensa destaca principalmente os aspectos negativos da juventude, porém os dados reais indicam que para cada jovem que comete um assassinato, cinco deles são vítimas desse mesmo crime. Quando são vítimas, a mídia coloca-os como consequência natural de atos criminosos, como se o assassinato ocorresse como se fosse revanche.

A naturalização do fato pela mídia e o enaltecimento do jovem enquanto criminoso cria uma atmosfera de desejo da população geral para que algo seja feito. Por isso hoje se encontra na agenda de demandas urgentes a questão da redução da maioria penal.

Segundo Oliveira (2005 apud Souza e Goldmeier 2008) a violência juvenil é tratada de forma descontextualizada e por isso, não é vista como fenômeno social, e sim de forma isolada, desconexas, transformando-a em um evento individual anômalo e como caso de polícia.

Oliveira (2006, p. 22 apud Souza e Goldmeier 2008) afirma que "para uma sensibilização, o que importa é saber quem é morto e por quem, os indivíduos

anônimos não comovem". Segundo o autor existe "certo anonimato dos jovens, de quem pouco sabemos, seja quando matam, seja quando morrem".

A violência homicida que vitimizam jovens chegou a patamares alarmantes, o Estado através das instituições de segurança pública desempenha papéis contraditórios que ao invés de diminuir a violência engrossam os números das estatísticas de homicídios. O "monopólio estatal da violência" carrega consigo as marcas profundas de uma estrutura pautada no autoritarismo, no medo, na coerção e punição. Para melhor compreender esta relação a seção a seguir tratará sobre o papel do Estado na contemporaneidade.

2.4 ESTADO CONTEMPORÂNEO: NOTAS PRELIMINARES

Ao tratar sobre os índices e características da violência homicida, materializa-se o conflito vivenciado na relação Estado e sociedade, onde expressa nitidamente as relações sociais entre os sujeitos determinados historicamente.

Sobre este aspecto, Engels (2010, p.150) no livro "A origem da família, da propriedade privada e do Estado", quando trata da gênese do Estado Ateniense, fala de uma "força pública separada da massa do povo". Este é um traço característico e essencial do Estado. A "força pública" em forma de polícia (exército popular e uma frota equipada diretamente pelo povo) de caráter repressivo foi instituída para deixar afastados os inimigos e garantir a obediência dos escravos¹⁴.

Engels (2010) diz que a forma polícia é tão velha quanto o Estado e por isso os franceses do século XVIII falavam de nações policiadas ao invés de nações civilizadas, uma afirmativa que traz à tona a origem e a formação do Estado com o principal intuito de garantir a propriedade privada, criando-se o aparelho repressivo do Estado legalmente constituído e dotado de poder para coerção e repressão.

Embora Engels (2010) sinalize o papel do Estado voltado para coerção e repressão, é preciso evidenciar que o Estado contemporâneo apresenta como uma de suas funções a mediação entre capital, trabalho e sociedade, entre outras, principalmente na concessão de políticas públicas e sociais pautadas pelos

¹⁴Friedrich Engels no livro: "A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado" no capítulo V sobre a Gênese do Estado Ateniense/ O Estado Ateniense era escravista.

movimentos sociais. É o desenvolvimento econômico e social para a produção e manutenção do sistema do capital.

Mészáros (2011), compartilhando desta discussão, na obra intitulada “Para Além do Capital”, diz que o Estado moderno é altamente burocratizado e complexo pelo seu maquinário legal e político. Para o autor, o Estado é pré-requisito para o funcionamento permanente do sistema do capital, e na forma de reciprocidade dialética, o Estado é condição para a subsequente articulação de todo o conjunto.

O Estado para Mészáros (2011) é vital para controlar os antagonismos que surgem da dualidade dos processos necessários à tomada de decisão, sem o qual o sistema do capital não funcionaria adequadamente, porém o autor chama a atenção no que poderia ser um equívoco: “considerar simplesmente ser o próprio Estado idêntico à estrutura de comando do sistema do capital”.

Segundo Mészáros (2011, p.124):

O Estado moderno – na qualidade de sistema de comando político abrangente do capital – é, ao mesmo tempo, o pré-requisito necessário da transformação das unidades inicialmente fragmentadas do capital em um sistema viável, e o quadro geral para a completa articulação e manutenção deste último como sistema global. Neste sentido fundamental, o Estado – em razão de seu papel constitutivo e permanentemente sustentador – deve ser entendido com parte integrante da própria base material do capital. Ele contribui de modo significativo não apenas para a formação e a consolidação de todas as grandes estruturas reprodutivas da sociedade, mas também para o seu funcionamento ininterrupto.

Ainda com Mészáros (2011) o Estado moderno é inconcebível sem o capital como função sociometabólica, suas estruturas reprodutivas influenciam tudo, como exemplo, os instrumentos repressivos/materiais, as instituições jurídicas do Estado, entre outros. Existe uma relação recíproca e de correspondência, em que de um lado o Estado moderno é base sociometabólica do sistema do capital e do outro é estrutura totalizadora de comando político da ordem produtiva e reprodutiva estabelecida.

Pereira (2008) ao estudar sobre as abordagens teóricas sobre o Estado em sua relação com a sociedade e a política social, indica que a conceituação de Estado é tão complexa que se deve evitar tratá-lo de forma parcial e linear. É necessário especificá-lo para conceituá-lo, pois, apresenta diferentes configurações, sendo um fenômeno em constante movimento e mutação.

Nesse sentido, a autora menciona que no Estado capitalista os interesses e objetivos são diversos e se confrontam, assim, a principal tarefa é administrá-los

garantindo desta forma a sua legitimação e assumindo o caráter de poder público que controla política e ideologicamente todas as classes.

Parafraseando Pereira (2008), deve-se pensar o Estado como processo histórico, que contém muitos elementos do passado convivendo com novos elementos recém-incorporados. A relação exercida tem caráter dialético, pois, comporta simultaneamente, antagonismos e reciprocidades permitindo, assim, que forças desiguais e contraditórias se confrontem e interajam, marcando-se mutuamente.

Nesse contexto, o caráter dialético é visualizado nas estruturas do Estado, no que concerne, simultaneamente, à manutenção da classe dominante no poder, à reprodução da exploração da força de trabalho e à expressão da luta de classes.

A partir das discussões evidenciadas por Mészáros (2011) e Pereira (2008), compreende-se que o Estado é vital para a produção e reprodução do capital, controlando os antagonismos e as contradições do sistema e garantindo a manutenção do poder nas mãos de uma classe determinada.

Ao tratar sobre a função do Estado no capitalismo atual, Melo (2012) indica que as leituras de obras de Marx, Rosa Luxemburgo e Mészáros¹⁵ deixam claro que os direitos sociais, políticos e civis e as reformas democráticas são formas de defesa intransigente dos interesses da burguesia e manutenção da reprodução e exploração do trabalho pelo capital.

Assim, em resposta às lutas de classe, implementam-se reformas políticas e sociais à classe de trabalhadores que se organizam politicamente para enfrentamento do Estado capitalista, que gera riqueza de um lado e, simultaneamente, provoca miséria do outro. É a perversa lógica deste processo de acumulação do capital.

Não se pode deixar de lado o papel mediador do Estado entre capital e trabalho, na concessão (a partir dos movimentos sociais) de políticas sociais e benefícios à classe trabalhadora com o objetivo de desenvolvimento socioeconômico e político da sociedade. A concessão de políticas sociais realizadas pelo Estado é resultado de um processo histórico de luta dos trabalhadores.

¹⁵ Karl Marx, intelectual e revolucionário alemão, fundador da doutrina comunista, atuou como economista, filósofo, historiador, entre outros/ Rosa Luxemburgo, filósofa e economista marxista, polonesa, tornou-se cidadã alemã pelo casamento./Istvan Mészáros filósofo húngaro, marxista, foi assistente de Lukács no Instituto de Estética da Universidade de Budapeste.

É possível observar que a dinâmica do Estado no capitalismo esta a favor do capital, e para isso criam-se possibilidades, estratégias e formas de manutenção por meio de ações sistemáticas do Estado (ações administrativas e de assistência social), efetivadas a partir da luta dos movimentos sociais organizados e, além dessas, a coerção e opressão são garantias de estabelecer a ordem social vigente¹⁶.

Além das estruturas estatais criadas nas áreas de assistência social, saúde, educação e moradia, que garantem o atendimento de necessidades básicas ao cidadão, as instituições criadas na política de segurança pública, como exemplo, a polícia, o exército e as penitenciárias, também, fazem parte deste aparato de controle e repressão estatal.

Nesta discussão, ressaltam-se pensamentos como o de Coutinho (2008), apontando que o Estado capitalista se legitima por meio de uma política autoritária e centralizadora a serviço dos interesses privados. Sua dimensão pública deve atender e satisfazer os interesses da classe trabalhadora, na instituição de direitos sociais, porém as ações governamentais posicionam-se contrariamente a estas demandas sociais e manifestam-se em favor do capital.

Coutinho (2008), apropriando-se de categorias gramscianas para explicar a formação do Estado brasileiro, indica que até décadas atrás o Brasil ainda tinha características de um Estado extremamente forte e autoritário e uma sociedade débil, primitiva e amorfa¹⁷, herdadas do início de sua história, de um modelo de construção do Brasil que se realizou pelo alto, a partir do Estado e não das massas populares, o que trouxe, até o momento atual, a prevalência de características únicas para o Estado brasileiro.

Para Montaño e Duriguetto (2011), que discutem sobre a ampliação das funções do Estado no livro “Estado, Classe e Movimento Social”, estes papéis são decorrentes das demandas sociais e trabalhistas, incorporando não apenas atividades coercitivas, mas a função de integração das classes subalternas

¹⁶A autora exemplifica no texto leis contra a mendicância (legislação sanguinária) para penalizar violentamente os trabalhadores que foram expulsos de suas terras e separados dos seus instrumentos de produção e das condições de realização do trabalho autônomo, levando muitos a se transformarem em vagabundos e pobres.

¹⁷Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo/ Carlos Nelson Coutinho; Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influencia no Serviço Social/ Ivete Semionatto.

(consenso). O Estado passa a ter a função de produzir o consenso social, para então, legitimar a ordem vigente¹⁸.

Os autores ressaltam que a instituição de direitos sociais e políticas públicas pelo Estado à sociedade não é um processo único, realizado somente pelos interesses do capital, são produtos de permanentes luta de classes, no qual se exige respostas para as necessidades dos trabalhadores e da população em geral.

De acordo com Montaño e Durigueto (2011, p.145):

A organização estatal (e dentro dela as políticas sociais) reflete então a *síntese das lutas sociais* históricas que incorporam conquistas dos trabalhadores e setores subalternos, confluem num projeto político-econômico da (fração de) classe hegemônica (o capital monopolista) para a reprodução da ordem, em face das necessidades de superação das *crises econômicas* – reproduzindo e ampliando a acumulação de capital – e políticas- legitimando o sistema perante as demandas populares e reduzindo os níveis de conflitividade. A constituição do Estado na fase monopolista, e a dos modos de regulação social são, portanto, o resultado de um processo histórico conformado por profundas lutas de classes.

Para os autores, o Estado não pode ser compreendido nem como “organização supra classista”, “neutra”, nem como mero “instrumento de dominação” direta de uma classe sobre a outra. O Estado é o resultado das lutas de classes, em que se manifestam interesses contraditórios, ou seja, é uma correlação de forças entre as classes sociais, no qual o Estado incorpora demandas sociais e passa a ter uma dinâmica de concessão, ora para a classe dominante, ora para a classe trabalhadora.

As concessões realizadas pelo Estado à classe trabalhadora são frutos dos movimentos sociais, e se concretizam através de políticas públicas e sociais como trabalho e renda, educação, moradia, saúde, transporte, segurança pública, entre outros. Montaño e Durigueto (2011) afirmam que esta constituição não é ausente de conflitos, muito menos apenas o resultado de um governo que concede “benefícios” à população. Esse é um fenômeno contraditório, que combina concessão e conquista.

Conforme Montaño e Durigueto (2011) o Estado passa a assumir e intervir em novos espaços, ocupando novas funções como a criação de infraestrutura para garantir a produção; a repressão e coerção a qualquer tipo de ameaça a reprodução

¹⁸O consenso entre as classes, do qual trata os autores se dá pela ampliação de direitos sociais, assim como pode se observar, na atualidade, o total apoio da mídia, com programas e propagandas que incentivam a violência, legitimada pela classe trabalhadora, que vê nas ações coercitivas do Estado a solução para a diminuição da criminalidade.

do capital; a integração das classes subalternas e a legitimação da ordem. É a reprodução ideológica da classe hegemônica.

Juntamente a estas novas funções do Estado criam-se, segundo Montaño e Duriguetto (2011), novas estratégias que se sustentam em três pilares fundamentais e articulados, no atual contexto de crise e mundialização do capital, que são: a ofensiva contra o trabalho e suas formas de organização e lutas; a reestruturação produtiva; e a (contra)reforma do Estado.

Assim, a nova configuração do Estado contemporâneo traz arraigados processos já conhecidos para a manutenção da ordem capitalista, apenas com nova roupagem, eliminam algumas restrições anteriormente existentes. São estruturas e elementos do passado que se atrelam a novas características sociais, políticas e econômicas da realidade atual, principalmente, no que concerne à expansão desenfreada do capital e às manifestações da “questão social”. É diante deste cenário que as análises serão tratadas, considerando as discussões acerca da violência enquanto “face contemporânea da barbárie”.

2.5 A VIOLÊNCIA NO BRASIL: “FACE CONTEMPORANEA DA BARBÁRIE”

Na reflexão de Neto (2010) no texto “Uma face contemporânea da barbárie”, o autor fala que as transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo esgotaram todas as possibilidades civilizatórias identificadas por Marx no século XIX e este esgotamento se manifesta na barbárie da sociedade atual, nas formações econômico-sociais tardo capitalista. Neto (2010) diz que o desenvolvimento capitalista produz a “questão social” e os diferentes estágios desse desenvolvimento produz em diferentes manifestações da mesma.

Neste estudo, a violência homicida é uma dessas manifestações da “questão social”, o grau máximo de barbárie vivenciado na sociedade brasileira atual; são as contradições postas pelo mundo capitalista, na sociedade de classes, onde as relações sociais são determinadas historicamente.

Não se pode esquecer que a “questão social” é determinada pela característica própria e peculiar do modelo do capital pautado na exploração. A “questão social” não é transitória ou passageira desse regime, ela é constitutiva e indissociável da dinâmica do capital; não é um fenômeno recente, ela é inerente ao

processo de acumulação capitalista, é a expressão das desigualdades sociais. No contexto social atual surge de forma multifacetada, na realidade contraditória da sociedade capitalista.

Para Neto (2010, p.8),

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podiam suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações sociais de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação) e do caráter mercantil que reveste obrigatoriamente os valores de uso. A “questão social, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada haver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade (uma “natureza humana” conclusa, dada para todo o sempre); tem haver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital.

Segundo Neto (2010), a conjunção “globalização/neoliberalismo” demonstra que o capital não tem “compromisso social”, ele rompe com a regulação política, com a democracia e com os direitos adquiridos ao longo da história.

Este descompromisso em estabelecer para a sociedade direitos sociais universais faz parte das características natas do modelo neoliberal, as transformações societárias ocorridas na contemporaneidade, já mencionadas em tópicos anteriores, diz respeito também e principalmente às mudanças ocorridas no chamado “mundo do trabalho”, à revolução técnico-científica, à revolução informacional, que envolvem a totalidade social e configuram a sociedade burguesa que surge com a restauração do capital.

Segundo Neto (2010), a “desregulamentação” e a “flexibilização” implementada pelo capital, propicia uma “produção segmentada, horizontalizada e descentralizada”, além disso, há implementação de novos processos produtivos, que implicam a redução de trabalho vivo.

Os pólos produtivos se fixam em locais onde têm maiores vantagens, como: mão de obra barata, redução de impostos, entre outros. Isso leva ao grau máximo de exploração da força de trabalho em decorrência da mão de obra excedente, este processo é explicado por Marx (2008) ¹⁹ no Livro I, volume I, (O Processo de

¹⁹Marx (2008, p.570) explica que: “[...] a transformação capitalista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores; o instrumental de trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria ao trabalhador, e a combinação social dos processos de

Produção do Capital) capítulo VII de “O capital: crítica da economia política”, que trata sobre a taxa de mais valia²⁰.

Juntamente com a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal, prega o “Estado mínimo” para o social e o “Estado máximo” para o capital. Sobre este aspecto, Neto (2010, p.17) esclarece que:

As corporações imperialistas, o grande capital, implementam a erosão das regulações estatais visando claramente à liquidação de direitos sociais, ao assalto ao patrimônio e ao fundo públicos, com a “desregulamentação” sendo apresentada como “modernização” que valoriza a “sociedade civil, liberando-a da tutela do “Estado protetor” – e há lugar, nessa construção ideológica, para a defesa da “liberdade”, da “cidadania” e da “democracia”.

Segundo Neto (2010) os grandes capitalistas estruturam uma “oligarquia financeira global” que concentra poder econômico e político. Há o controle das riquezas sociais e das instâncias democrático-formais do estado de direito. O autor explana que as transformações ocorridas nos últimos quarentas anos não modificaram a essência exploradora do capital/trabalho, e “a ordem do capital esgotou completamente as suas potencialidades progressistas, constituindo-se, contemporaneamente, em vetor de travagem e reversão de todas as conquistas civilizatórias” (NETO, 2010, p.19).

O processo de transformação societária ocorrido com o neoliberalismo tem como consequência mais grave o aumento do desemprego estrutural, que leva à precarização do trabalho. Muitos trabalhadores são obrigados a aceitar as condicionalidades do capital para continuarem no mercado de trabalho, e os que não conseguem são empurrados para o mercado informal, sem direitos trabalhistas e nenhuma proteção social.

Os trabalhadores desempregados passam a fazer parte de uma população que vive à margem do processo produtivo, agravando os níveis de pobreza e a degradação das condições de vida. São empurrados para as filas das ações governamentais, seletivas e focalizadas. Tais ações têm por objetivo minimizar e conter a população para que não entre em conflito direto com o capital, além de

trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual (MARX, 2008, p.570).

²⁰Marx (2008, 254) A taxa de mais-valia é a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista.

evitar que homens e mulheres cheguem ao grau de degradação máxima da vida humana.

Observa-se no atual contexto a degradação e a banalização da vida humana na contemporaneidade, a barbárie representada através da violência em seu mais alto grau, a que leva à morte de forma mais cruel. Os números mostram, como já retratado neste trabalho, que o Brasil está entre os países que possuem os maiores índices de violência homicida do mundo²¹.

Neto (2010, p.21) diz que “na visão marxiana, desenvolvimento capitalista é avanço civilizatório fundado na barbárie”, para o autor há “o exaurimento das possibilidades civilizatórias da ordem do capital”. Observa-se, assim, uma visão catastrófica, segundo o autor não existem alternativas neste modelo atual do capitalismo avançado para a humanidade.

A barbárie está posta e afeta a totalidade da vida social, e como exemplo na sociedade contemporânea tem-se as ações estatais de repressão às classes populares. Neto (2010) chama estas ações de “militarização da vida social”. Estariam no foco desta “militarização da vida social” os chamados “excluídos” compostos pelos trabalhadores desempregados, expulsos do processo de produção, que engrossam as filas dos desempregados e ações governamentais, sem esquecer das celas carcerárias brasileiras, superlotadas com um público alvo definido.

A repressão adotada pelo Estado é histórica, está na raiz da sociedade moderna. A coerção e o controle surgem em nome do “bem geral” e da manutenção da ordem societária, as ditas “classes perigosas” da década de 1970, compostas de mendigos, desempregado, migrantes, hoje com a adição de outros segmentos sociais, como dependentes químicos, jovens de favelas e morros, movimentos sociais, entre outros, estão sob constante vigilância e regulação do Estado.

O controle e a repressão do Estado por meio da instituição de Segurança Pública podem ser observados em vários cenários da história brasileira, como será referenciada neste trabalho, a ditadura é um exemplo concreto desta atuação.

Na atualidade estas práticas podem ser observadas na forte atuação do Estado nas periferias de cidades como o Rio de Janeiro, com as UPPs, nas abordagens dos policiais a pessoas que residem nestes bairros, e também o

²¹ Dados Brasil de violência homicida/ população total e população jovem/ contexto mundial

enfrentamento às manifestações populares que vêm ocorrendo desde junho de 2013 no Brasil.

A polícia usa o seu poder de força e tem o monopólio do uso legítimo da violência, utilizado em seu cotidiano na perpetuação dos interesses do capital, porém, isto só é questionado e discutido quando ultrapassa os limites do privado e vem à tona principalmente pela mídia²².

Vale ressaltar que, mesmo com toda barbárie existente no contexto social atual, o Brasil vive uma democracia formal, um Estado de direito. A Constituição Federal de 1988 é o instrumento que concretiza e assegura a democracia. Nesse sentido é fundamental que se crie estrutura de defesa efetiva na realização de direitos da pessoa humana.

Ianni (2004) fala de uma violência institucionalizada, de uma disciplina quase militar nos locais de trabalho, vigilância policial contínua sobre o desempregado, brutalidade policial relativa ao trabalhador negro, nativo, branco, árabe, asiático. Neste contexto, a violência revela-se uma poderosa força produtiva.

Para Ianni (2004), na passagem do século XX ao século XXI, tanto as sociedades nacionais contemporâneas quanto a sociedade global tornaram-se um vasto cenário de violência e com variadas formas das mesmas.

A ideologia da militarização da vida social é tão forte, que a própria população (que sofre os diversos tipos de violência todos os dias) se apropria e reproduz essa ideia no seu cotidiano: os linchamentos, a luta da população pela diminuição da idade penal, a aclamação por maiores números de policiais nas ruas, por mais vagas em presídios, as UPP's, o aumento dos condomínios residenciais fechados e o aumento da segurança privada, são alguns exemplos típicos dessa militarização da vida social.

A violência para Ianni (2004, p.169):

Revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história. Desdobra-se pervasivamente pelos poros da sociedade e do indivíduo. É um evento heurístico de excepcional

²² Como exemplo tem-se os seguintes casos: Amarildo Dias de Souza ²², ajudante de pedreiro, desapareceu no dia 14 de julho de 2013, após ter sido detido por policiais militares e conduzido da porta de sua casa, na Favela da Rocinha, em direção à sede da Unidade de Polícia Pacificadora. O assassinato de Claudia Ferreira²², baleada por policiais militares em confronto no "morro da congonha" (Rio de Janeiro) e arrastada pelo carro dos policiais quando era levada ao hospital. A morte de Douglas Rafael²² na comunidade conhecida como "pavão-pavãozinho" (Rio de Janeiro) também em confronto com a polícia militar.

significação, porque modifica as suas formas e técnicas, razões e convicções de conformidade com as configurações e os movimentos da sociedade, em escala nacional e mundial. [...] Revela a alucinação escondida na alienação de indivíduos e coletividades. Nasce como técnica de poder, exercita-se também como modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade, adquire desdobramentos psicológicos surpreendentes no que se refere aos agentes e às vítimas. Entra como elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e as massas. Sob vários aspectos, os atos de violência revelam aspectos recônditos, insuspeitados e fundamentais de como se formam e transformam os jogos das forças sociais, as tramas das formas de sociabilidade, levando indivíduos e coletividade como em um vendaval em fúria.

Neste sentido, Ianni (2004) esclarece que a violência se faz presente em diferentes setores da vida social, as formas e as técnicas de violência são notáveis e surpreendentes na contemporaneidade. Para o autor é óbvio que a base da violência está nas desigualdades sociais, que constitui uma das demandas e exigências dos movimentos sociais. “É a violência como componente constitutivo da fábrica da sociedade nos tempos modernos, sempre envolvendo os jogos das forças sociais e a dinâmica das formas de sociabilidade”. (Ianni, 2004, p.201)

Segundo Ianni (2004, p.203):

[...] Quem morre de fome no Brasil é assassinado. [...] Há uma guerra de classes no Brasil. São 40 mil assassinatos por ano, de acordo com as estatísticas do Ministério da Justiça. Há uma guerra social aqui. Para a ONU, 15 mil mortos por ano são um indicador de guerra.

Ressalta-se que além dos assassinatos por inanição²³ no Brasil deferidos da desigualdade social, da pobreza e da miséria, vem crescendo substancialmente nas últimas décadas, outro tipo de violência, que cristaliza o medo e a insegurança na sociedade hodierna. A violência em seu mais alto grau (a que tira a vida do outro, leva à morte), a violência letal passa a fazer parte do cotidiano da vida social, nesse panorama global é agudizado na dinâmica neoliberal.

A violência homicida está entre as manifestações da “questão social” em escala mundial. E segundo os dados das mais variadas fontes, sejam elas nacionais e internacionais (Mapa da Violência, estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)) seus estudos e análises apontam para o mesmo padrão do grupo atingido pela violência homicida: as vítimas da violência letal são homens jovens, negros e pobres.

²³ Debilidade extrema por falta prolongada de alimentação.

Os dados são tão alarmantes que o Estado brasileiro reconhece este fenômeno e o mesmo passa a fazer parte da agenda política governamental. Em agosto de 2013, a Presidente Dilma Rousseff declarou em rede nacional, concomitantemente a publicação do Estatuto da Juventude que reconhece o genocídio da juventude negra no Brasil e que medidas serão tomadas para minimizar este problema.

Diante de dados que retratam o perfil da violência homicida mundial e nacional, constata-se a barbárie dos tempos contemporâneos, a globalização da violência. Observa-se com isso a naturalização e banalização da vida, que algumas vezes causam indignação, porém logo esquecidos diante do cotidiano.

Ianni (2004) explica que a sociedade habitua-se à barbárie e ao mesmo tempo com o choque e a indignação, passa a conviver de forma naturalizada por meio de um processo de aceitação.

Neste sentido, Ianni (2004, p.293) esclarece que “a barbárie não aparece como tal barbárie, em todas as suas implicações, para todos, indivíduos e coletividades. Suas manifestações mais ou menos brutais, sejam elas, físicas, sociais ou mentais, revelam-se fragmentariamente para uns e outros.”

Ainda, Ianni (2004, p.31):

As dimensões transnacionais do capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social, mercado, planejamento e violência, entre outras forças produtivas, intensificam e generalizam os processos de integração e fragmentação, em escala mundial. Esse é o cenário em que se forma e desenvolve a “globalização da questão social”; [...]. Esta em curso o desenvolvimento desigual e combinado, bem como as mais diferentes formas de não-contemporaneidade, de par em par com processos de transculturação.

Nesse contexto, Ianni (2004) esclarece que são visíveis as condições sociais, em que se dão as mais variadas formas de violência e a discussão e debate são importantes para o seu esclarecimento e busca de alternativas para reduzir os índices, por isso a importância da educação e profissão, saúde, habitação, entre outros.

Para o autor, é necessário reconhecer que apesar do esclarecimento de suas manifestações e das condições em que ocorre, a violência continua a existir, ela reitera-se, transforma-se e se multiplica. Isto significa que ela é muito mais profunda, e desafia o *status quo*, as suas raízes estão nas mesmas raízes da sociedade moderna.

De acordo com Ianni (2004, p.215):

É muito provável que a violência, sob muitas das suas formas, tenha raízes no próprio tecido social. Pode agravar-se ou reduzir-se, segundo as condições de vida e trabalho de indivíduos e coletividades. Pode agravar-se ou reduzir-se segundo os níveis educacionais, as oportunidades de emprego e desemprego, as condições de saúde, habitação e educação, de trabalho e alienação. Mas é muito sintomático que em toda a sociedade latino-americana, assim como, asiática, africana, europeia e norte-americana, subsistam, reiterem-se, transformem-se ou multipliquem-se as manifestações de violência. Novamente se coloca a questão: as raízes mais profundas da violência germinam de conformidade com o tecido social, as formas de sociabilidade, os jogos das forças sociais, ou as relações, os processos e as estruturas de dominação política e apropriação econômica, com as quais se forma, conforma e transforma a sociedade moderna, burguesa e capitalista? Sim, as raízes mais profundas da violência situam-se e nascem, manifestam-se e florescem na “fábrica da sociedade”, entendendo-se que a fábrica da sociedade tem sido cada vez mais uma fábrica não só nacional, mas também mundial, frequentemente está subsumindo aquela. Uma parte decisiva dessa fábrica está lançada direta e decisivamente no âmbito da economia política do globalismo, do novo ciclo de globalização do capitalismo. Aí medram condições, técnicas de manifestações da violência. O sequestro, a violência urbana, o narcotráfico, os diferentes terrorismos e outras manifestações medram na mesma fábrica em que se processa a “destruição criativa”, a “dissociação do Estado e da sociedade”, a “geopolítica da supremacia do capitalismo”, produzindo e reproduzindo desigualdades sociais, de gênero, étnicas e outras, com as quais se alimentam a alegria e a beleza, bem como a alienação e a tristeza.

Estas discussões permitem compreender que a violência, seja qual for a sua forma, está imbuída neste processo de militarização da vida social, ou seja, pautada em ações de cunho repressivo e coercitivo. Neste sentido, a política de Segurança Pública da sociedade contemporânea brasileira, embora traga perspectivas embasadas sob o olhar dos direitos humanos parece continuar com estratégias coercitivas e repressivas.

3 DA DITADURA AO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: A (IN)SEGURANÇA NO BRASIL

Este capítulo tem como foco um estudo sobre a segurança nacional, considerando a análise do período ditatorial, que perpassa sua herança autoritária, repressiva e coercitiva do Estado, assim como o estudo da política de segurança pública, com a referência temporal da Constituição Federal de 1988 que formaliza a democracia no país e efetiva direitos e deveres políticos, sociais e individuais da pessoa humana.

Para melhor compreender as mudanças de conjuntura na sociedade global, a lógica financeira do sistema capitalista que agudiza a concentração de renda, a desigualdade social e a extrema pobreza. Será realizada uma retrospectiva histórica sobre as transformações societárias que ocorreram no Brasil, a partir da década de 60(ditadura militar) aos dias atuais (neoliberalismo) com a nova configuração do Estado capitalista, dando ênfase à violência exercida pelo Estado no sistema ditatorial, e o modelo de política de segurança público vigente.

Este capítulo tem por objetivo trazer os aspectos históricos da ditadura no Brasil (o autoritarismo, a coerção e a violência que representou o período da década de 1960) para compreender o processo atual das ações da Política de Segurança Pública, assim como a violência, considerando que ainda hoje, características do período ditatorial reverberam nas ações da segurança pública da democracia. Apesar da forma da violência entre os períodos se darem de forma diferenciada, pois a década de 60 é marcada por uma violência política e na atualidade ela ocorre de forma infra ou metapolítica, como já tratado anteriormente, suas raízes autoritárias e coercitivas são comuns e enraizadas na atualidade.

3.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA DITADURA E DA VIOLÊNCIA NO BRASIL

A sociedade brasileira na década de 60 viveu sob o domínio do regime ditatorial, que teve origem com o golpe em 01 abril de 1964. Foi um ato violador de direitos e normas constitucionais que tirou, por meio de um golpe, o presidente Jango–João Goulart²⁴ do poder. Este fato foi totalmente apoiado e incentivado por

²⁴O período de governo do presidente João Goulart correspondeu aos anos de 1961 a 1964.

países imperialistas (principalmente os Estados Unidos), que de forma ideológica fomentavam um movimento de contrarrevolução preventiva, para conter a “ascensão comunista” no Brasil.

Na verdade, o principal objetivo imperialista era impor sua política socioeconômica aos países da América Latina. O golpe de abril aumentou e consolidou os níveis de desigualdade social e econômica no Brasil. Foram 20 anos de tutela, em que o Estado emanava poder, violência e medo sobre a população.

Ao discutir sobre a ditadura no Brasil, na obra intitulada “Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática”, Nogueira (2011, p.21) faz um apanhado geral do golpe de 64 e dos governos militares, expressando que a “ditadura foi antidemocrática e anticomunista, prendeu, espancou e torturou a torto e a direito, disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão”.

Em termos econômicos, Nogueira (2011) diz que no período de 20 anos de ditadura o país expandiu as suas forças produtivas, com a internacionalização da economia, dinamização da agricultura, industrialização, urbanização e crescimento do proletariado industrial. Segundo o autor, o Brasil se tornou neste período uma sociedade de massas, e aprofundou enclaves de miséria, os índices de analfabetismo e mortalidade infantil continuaram absurdos, além disso, interferiu no modo de vida das pessoas e alterou padrões de relacionamento.

Em consonância ao desenvolvimento da economia aumentava a desigualdade social e a injustiça na distribuição de renda. A ditadura no Brasil foi um período do uso de grande violência para imposição de uma política industrial dinâmica, que beneficiava países estrangeiros. Isso trouxe ao país grande desenvolvimento econômico aliado ao terror e, concomitantemente a isso, uma população amedrontada e miserável.

Para Nogueira (2011) os acontecimentos de 1964 não foram apenas um golpe no Brasil, foi bem mais complexo, houve alteração das formas de Estado e na qualidade do processo sociopolítico, onde ocorreu uma combinação conjunta com o grande capital monopolista e os grupos dominantes mais atrasados com o objetivo de promover uma rápida e desigual modernização a um elevado custo social.

Segundo Nogueira (2011), até o início da década de 70 o regime militar teve consenso entre os empresários e a camada média, pois atendia algumas reivindicações e expectativas desse público, porém este quadro mudou com a

falência do “milagre brasileiro” e a intensificação de uma grave crise de caráter recessivo. Este consenso gerou descontentamento da classe média e do operariado, surgindo, então, novos sujeitos sociais.

Observa-se que após o fracasso do “milagre econômico” vivenciou-se um período de agudização de um processo violento e de tensão, em que os governos militares reproduziram a repressão e a perversidade, o autoritarismo e o controle do Estado, características natas do governo ditatorial. Ressalta-se que traços dessa violência vivenciada no país durante a ditadura entre Estado e a sociedade civil reverberam até hoje na sociedade democrática.

Segundo Nogueira (2011), a sociedade brasileira não estava preparada para paralisar o controle do Estado e romper com o autoritarismo e a ditadura impulsionando o processo democrático de maneira rápida e impetuosa. Mesmo com o avanço da consciência democrática e a ampliação da participação popular, havia uma reduzida capacidade organizativa entre os diversos interesses sociais. A sociedade civil não conseguia estabelecer vínculos orgânicos com a sociedade política.

Conforme este autor, a necessidade de neutralizar as forças estatais aproximou os democratas, obrigando-os a renovar-se e a rever os velhos modelos de partidos políticos. Ocorreu neste momento no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) o fortalecimento de um projeto político de organização de partidos com boa base parlamentar e fundado sem aspecto político e ideológico, já o PT (Partido dos Trabalhadores) teve uma estruturação partidária a partir de sindicatos e movimentos populares.

A igreja católica se fortaleceu com os setores populares e frutificaram-se os movimentos sociais surgindo uma nova disposição participativa de mobilização e organização autônoma em relação ao Estado.

Analisando este período ditatorial no Brasil, Neto (1998) em seu texto: “Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social pós-64” diz que a ditadura brasileira emergiu em um contexto internacional, em que havia uma sucessão de golpes de Estado, patrocinados pelos países imperialistas comandados pelos Estados Unidos, para eliminar os movimentos de libertação nacional e social nos chamados *países de terceiro mundo*.

O objetivo da contrarrevolução era: submeter os países aos padrões de desenvolvimento econômico capitalista de internacionalização do capital; paralisar os países (terceiro mundo) que resistiam à inserção subalterna ao sistema capitalista; e, enfim, dinamizar e acelerar as tendências contra revolução e o socialismo.

Neto (1998, p.17) indica que o significado do golpe de abril, também deve ser buscado nas particularidades da história brasileira. Para enfatizar esta afirmação o autor explana algumas forças que confirmam esta particularidade: a subalternidade da economia brasileira ao mercado internacional, desde o período colonial; o não rompimento com o estatuto colonial, a questão da terra e latifúndios no Brasil, industrialização tardia, entre outros.

Vale ressaltar que o golpe de abril de 1964 tinha total apoio dos países imperialistas, principalmente dos Estados Unidos, com o processo de contrarrevolução preventiva, além disso, perpassava o contexto da guerra fria e a mudança de conjuntura da nova Divisão Internacional do Trabalho, porém não se pode esquecer, o cenário brasileiro de luta de classes, no qual a burguesia, juntamente com o grande capital nacional e internacional e os latifundiários foram atores responsáveis pelo golpe de abril e pela disseminação da violência entre a população.

O golpe de abril de 1964 foi marcado pelo terror e violência, pessoas, que de alguma forma mostravam-se a favor das reformas de base foram presas e submetidas a torturas. Locais de cunho privado e instituições públicas foram invadidas e destruídas pelos militares. Em nome da democracia e de uma ideia anticomunista atrocidades foram cometidas.

No livro “Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)”, Neto (2014) faz uma análise sobre a ditadura brasileira indicando que existe um grave erro quando se associa e caracteriza a ditadura brasileira somente ao militarismo. Na verdade, a ditadura foi o regime político que atendeu da melhor forma aos interesses do grande capital, por isso deve ser entendido como uma forma de autocracia burguesa²⁵, ou ditadura do grande capital²⁶.

²⁵ Interpretação de Florestan Fernandes.

²⁶ Análise de Octavio Ianni.

Para Neto (2014, p.77), o profundo significado do golpe é “a liquidação da possibilidade de reverter à dependência e à vinculação da economia brasileira aos interesses imperialistas e de democratizar substantivamente a sociedade brasileira”.

O golpe de 1º de abril, para Neto (2014), impossibilitou o Brasil de atingir um desenvolvimento econômico e político que poderia romper com traços deletérios e negativos da origem do país sem, no entanto, colocar em risco os fundamentos da sociedade privada e do capitalismo.

Para este autor, os desdobramentos do golpe de abril, não apenas manteve a dependência macroeconômica em face dos interesses imperialistas, ou a exclusão da população dos processos de decisão política, mas a principal consequência do golpe foi a refuncionalização em atender aos interesses do capital na nova conjuntura da Divisão Internacional do Trabalho, submetendo o país às exigências imperialistas na dinâmica do capitalismo internacional.

A ditadura pode ser considerada um regime político altamente autoritário que teve características natas como violência e coerção. Representava os interesses das classes sociais mais abastardas como os grandes e médios burgueses, banqueiros, latifundiários e, principalmente, os interesses imperialistas.

O governo da ditadura se uniu com o corpo de tecnocratas que planejava e implementava políticas públicas a favor do grande capital, as forças armadas serviram de instrumento principal de coação para implementação e continuidade de tais projetos.

Segundo Neto (2014), a concepção ideológica usada pelo governo militar na ditadura brasileira era a Doutrina de Segurança Nacional, sua matriz básica é similar à doutrina norte-americana com algumas modificações, por exemplo, no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional não estava voltada apenas para a guerra externa, mas, e principalmente, voltava-se para as ações revolucionárias, era o que os militares chamavam de “subversão interna”, era a guerra psicológica contra o comunismo. O inimigo era quem pretendia promover as transformações sociais.

Algumas características da Doutrina de Segurança Nacional²⁷ dos tempos da ditadura foram herdadas da doutrina norte-americana e permanecem arraigadas até hoje em instituições de Segurança Pública, como o caráter repressivo utilizado

²⁷É valido ressaltar que a Doutrina de Segurança Nacional, foi uma política de Estado, além disso, foi o instrumento mais eficaz utilizado pela ditadura para continuidade do poder da “autocracia burguesa”. Seu principal objetivo era de coação e repressão àqueles que de alguma forma estavam contra o sistema implantado.

por policiais militares, além disso, o fortalecimento do sistema capitalista a partir de uma forte intervenção do Estado na economia e consolidação militar.

O regime civil-militar foi marcado não apenas pela violação de direitos democráticos, mas principalmente pela violência, repressão e truculência a milhares de vítimas. Ações do próprio Estado, no que eles qualificavam como combate aos inimigos do governo resultou em verdadeiro atentado aos direitos humanos e políticos dos brasileiros.

Foi no período da ditadura, na promulgação da Constituição de 1967, que se consagrou o conceito de Segurança Nacional impondo o controle das secretarias estaduais de segurança nacional aos oficiais do exército, militarizando as polícias estaduais.

Entretanto, mesmo com toda a violência exercida pelo Estado (torturas, massacres, prisões), organizações e agrupamentos foram às ruas brasileiras lutar pelo fim do sistema ditatorial, cenário este que se intensificou com a morte do estudante Edson Luís²⁸. Após o episódio, grande parte da população se posicionou contra a ditadura, adicione-se a esta luta a igreja católica que se deslocou para oposição e distanciamento da violência realizada pelo sistema ditatorial, dando apoio aos movimentos e organizações.

Conforme Neto (2014), inúmeras manifestações foram realizadas em 1968 e a maior delas foi à passeata dos cem mil que tinha liderança estudantil e grande apoio popular. Concomitante ao processo de violência exercido pelo Estado o Brasil esteve entre as dez maiores economias do mundo. O “modelo econômico” brasileiro teve forte investimento do Estado em setores não lucrativos ou com baixa lucratividade, porém com importância significativa para o grande capital.

Segundo o autor, o crescimento econômico tinha por objetivo um Estado militarmente forte e este modelo de crescimento implantado no Brasil não estava preocupado em atender as necessidades básicas da população. A indústria brasileira fortalecia-se pautado no tripé: empresas estatais, grandes capitais estrangeiros e nacionais e desnacionalização da economia.

Vale ressaltar neste momento que o estabelecimento do “milagre econômico” durante o período da ditadura no Brasil só foi garantido pelo modelo

²⁸ Estudante Edson Luís, assassinado por militares no pátio da Universidade.

estatal implantado pela Segurança Nacional, ou seja, o terrorismo do Estado brasileiro deu condições para a implantação do modelo econômico da época.

Nesse contexto, Neto (2014) afirma que foi a partir da década de 70 que surgiu no seio da massa trabalhadora um novo proletariado, que estava desenvolvendo uma consciência corporativa e se articulava com os movimentos sindicais com o objetivo de enfrentar a política salarial e trabalhista implantada na ditadura, assim como o patronato, foi o protagonismo do movimento dos trabalhadores que alterou a correlação de forças políticas no Brasil tornando o processo de autorreforma da ditadura um processo de democratização.

O movimento das “Diretas Já” demonstrava a insatisfação geral da população, o desgaste do regime da ditadura era inevitável, os partidos de oposição se uniram transformando a luta pelas “Diretas Já” em uma campanha de massa, os movimentos e organizações populares se fortaleciam neste momento na sociedade, ganhando novos espaços de atuação.

Os movimentos e organizações sociais consagraram e ampliaram direitos sociais universais, que foram efetivados principalmente com a Constituição Federal de 1988, onde estabeleceu um Estado democrático e de direito que tinha como característica principal a soberania popular, a livre manifestação e organização política e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana. Em seus artigos, ficou clara a organização e a participação da sociedade civil nas decisões do país.

3.2 PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

A Constituição Federal de 1988 aboliu a política de Segurança Nacional e implantou a Política de Segurança Pública no Brasil, uma política distinta dos objetivos e instrumentos da Política de Estado de Segurança Nacional do sistema ditatorial, como evidenciado anteriormente.

Além disso, a Constituição de 1988 viabilizou através de seus artigos as políticas sociais de saúde, educação, moradia, entre outros. Direitos estes que, embora adquiridos a partir da luta dos movimentos sociais organizados, são cumpridos minimamente, o que ratifica a presença de um Estado de caráter neoliberal.

No Brasil, não se viveu plenamente um Estado de bem-estar social, semelhante ao vivenciado na Europa, pois, no momento que se consolidava a democracia brasileira em meados da década de 80, o mundo, principalmente a Europa e os Estados Unidos, já viviam o modelo neoliberal, que em pouco tempo (década de 90) teria seu início no país.

Sobre a ofensiva neoliberal, Neto (2012) no livro “A crise do socialismo e ofensiva neoliberal” explana que a falência do socialismo real apresenta um traço particular do final do século XX, a ruína de um modelo de sociedade que identificou “socialização com estatização, que colonizou a sociedade civil mediante a hipertrofia de Estado e partido fusionados, que tentou articular direitos sociais sobre a quase inexistência de direitos civis e políticos [...]” (Neto, 2012, p.74)

Neto (2012, 74) afirma, ainda, que “a crise do Estado de bem-estar é a expressão de algo muito mais fundamental [...] é a curva decrescente da eficácia econômico-social da ordem do capital”. Ela não representa apenas uma crise sociopolítica no âmbito da ordem capitalista, ela destaca que para reproduzir a dinâmica capitalista é necessária progressivamente a eliminação de garantias sociais.

Conforme o autor, o patamar de desenvolvimento capitalista é incompatível com o movimento das instituições sociopolíticas. A manutenção da ordem do capital implica, cada vez com mais intensidade, o ônus sócio-humano.

Na compreensão de Neto (2012) a crise do Estado de bem-estar, concedeu aos teóricos neoliberais o combustível para colocar em xeque as funções do Estado enquanto indutor de crescimento econômico e garantidor de bem-estar, assim como as ações reguladoras macroscópicas do Estado, tornando-as centro dos ataques do neoliberalismo.

Sobre esta discussão, o historiador marxista Anderson (1995), no texto “Balanço do Neoliberalismo”, aponta que a origem do neoliberalismo ocorreu logo após a 2ª guerra mundial na Europa e América do Norte. Alguns teóricos como Hayek, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Michael Polanyi, entre outros, fundaram uma sociedade para discutir sobre o neoliberalismo e preparar as bases para outro tipo de capitalismo.

Segundo o autor, estes teóricos compreendem que o igualitarismo promovido pelo Estado de bem-estar social destruía a liberdade dos cidadãos e a livre concorrência, para eles a desigualdade era um valor positivo.

Anderson (1995) sinaliza que as ideias neoliberais começaram a ganhar força com a crise do pós-guerra em 1973, Hayek e seus companheiros afirmavam que, o poder dos sindicatos, o movimento operário, e as reivindicações sobre os salários aumentavam os gastos sociais do Estado e corroía a base de acumulação capitalista. Para remediar tal processo, era necessário manter o Estado forte para enfrentar e romper o poder dos sindicatos, controlar e conter os gastos com bem-estar social e as intervenções econômicas.

Os países imperialistas para implantar o modelo neoliberal no mundo, de acordo com Anderson (1995), incluíram como componente central de seu ideário, o anticomunismo, seu papel fundamental ideológico era combater “o império do mal”, esta estratégia fortaleceu e consolidou o poder político do neoliberalismo nos países de capitalismo avançado.

A partir do pensamento de Anderson (1995), compreende-se que a hegemonia deste programa só aconteceu no final dos anos 70 com o governo Thatcher na Inglaterra, e Reagan em 1980 nos Estados Unidos. Na América Latina, o Chile de Pinochet foi o pioneiro do ciclo neoliberal, uma década antes de Thatcher, na Inglaterra.

No Brasil é somente após a década de 90 que o Estado passa a fazer parte da nova ordem mundial neoliberal, o que marca inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas, passando a desempenhar um papel que se configura por meio de exigências internacionais para a acumulação do capital.

O presidente Fernando Collor definiu a posição do Estado brasileiro e rompeu com o modelo de Estado intervencionista, efetivou as primeiras medidas reducionistas e de minimização do Estado. Este modelo foi aprofundado com o presidente Fernando Henrique Cardoso que priorizou em seu governo as reformas constitucionais, além da reestruturação econômica e produtiva, colocando o Estado brasileiro nos novos moldes do capitalismo central.

Sobre este aspecto, Behring e Boschetti (2007) indicam que os anos 90 até a atualidade são caracterizados por contrarreforma do Estado, em que as conquistas da Constituição Federal de 1988 foram obstaculizadas e/ou redirecionadas em um

contexto no qual as condições políticas também foram destruídas pelo aumento do desemprego e da violência.

As reformas que se dão a partir da década de 90 no Brasil estão inseridas na lógica do capital, com o objetivo de perpetuação do sistema e garantia de acumulação e lucro. Como nos modelos inglês e americano, serão implantadas aqui medidas do programa neoliberal como privatizações, elevação das taxas de juros, concessões fiscais aos capitalistas, minimização do Estado em políticas sociais.

Para efetivação do projeto neoliberal são utilizadas estratégias ideológicas como “nova ordem social e econômica”, “mundo sem fronteiras”, este discurso escamoteia a verdadeira face do neoliberalismo, como exemplo, a fragmentação do movimento dos trabalhadores que ocorre através do aumento do desemprego, precarização e flexibilidade das relações de trabalho, entre outros.

É importante assinalar que o papel desempenhado pelo Estado na era neoliberal, de produção e reprodução do capital, é o mesmo papel desenvolvido outrora. Na contemporaneidade, apenas intensificam-se as contradições existentes entre capital e trabalho. São desenvolvidas novas formas para alcançar velhos objetivos: lucro, permanência e avanço do capital.

Nesse contexto, ressalta-se que o modelo neoliberal apenas agudiza as manifestações da “Questão Social”, um problema arcaico, que tem origem nos primórdios do sistema capitalista.

Nas discussões acerca do Regime de Acumulação Flexível, Montaño e Duriguetto (2011) apontam o Neoliberalismo como resposta do capital à crise e a uma ofensiva contra o trabalho, na busca de estratégias para reestruturação do capital e um novo sistema de acumulação e tem como pilares de sustentação a minimização do Estado que garante direitos sociais e políticos e a liberdade de mercado.

Dentre as estratégias neoliberais, de acordo com Montaño e Duriguetto (2011), são adotadas pelo capital algumas medidas contra o trabalho: enfraquecimento das organizações sindicais e trabalhistas; desprestígio e desqualificação das lutas das organizações dos trabalhadores perante a opinião pública; desregulamentação do mercado de trabalho e precarização do emprego que ocorre pela “flexibilização” e (contra)reformas na legislação trabalhista, o neoliberalismo acomete contra os direitos do trabalhador.

Sobre as características gerais do modelo de produção flexível, Montaño e Durigueto (2011) destacam: tecnologia avançada; redução da demanda de trabalho vivo; trabalhadores qualificados, polivalentes e multifuncionais; produção variada, heterogênea e personalizada, para atender demandas individuais; desterritorialização das unidades produtivas para maior lucratividade através da exploração da força de trabalho; a gestão da força de trabalho se dá pelo envolvimento e participação dos trabalhadores no processo de trabalho.

Para Montaño e Durigueto (2011) a “reforma do Estado” configura-se como um verdadeiro processo de (contra)reforma do Estado, pois se baseia nas necessidades de acumulação do grande capital, na reestruturação produtiva e altera as bases do “Estado de Bem-Estar Social” e do conjunto da sociedade, construídas no “Regime de Acumulação fordista-keynesiano”, além disso, há o desmonte das bases de regulação das relações sociais, e de conquistas sociais, trabalhistas, políticas e econômicas.

A partir do pensamento desenvolvido pelos autores, observa-se neste processo neoliberal o dismantelamento de políticas públicas e sociais, que pautadas em modelos externos e orientadas por organismos internacionais apresentam critérios focalizados e seletivos no atendimento da população. Assim, compreende-se que as ações e medidas utilizadas na Era neoliberal têm como objetivo central a reestruturação do sistema de acumulação pela recuperação do lucro do grande capital e para isso impõe à classe trabalhadora todo o tipo de exploração e restrições.

Conforme os autores, para os Estados nacionais serem inseridos na dinâmica mundial do capital, é preciso se submeter às exigências das instituições financeiras internacionais de Bretton Woods²⁹, a saber, FMI (Fundo Monetário Internacional), BM (Banco Mundial) e Bird (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento), que impõem a (contra)reforma do Estado e exigem dos países

²⁹Montaño e Durigueto (2011, p.210): Com o intuito de orientar esses processos-fundamentalmente nos países latino-americanos - em novembro de 1989, realizou-se uma reunião entre os organismos de financiamento internacional de Bretton Woods (FMI, Bird, Banco Mundial), funcionários do governo americano e economistas e governantes latino-americanos, para avaliar as reformas econômicas da América Latina, o que ficou conhecido como Consenso de Washington. As “recomendações” (impostas pelo FMI aos governos devedores) dessa reunião abarcaram dez áreas: 1) disciplina fiscal, 2) redução dos gastos públicos, 3) reforma tributária, 4) juros de mercado, 5) regime cambial de mercado, 6) abertura comercial, 7) eliminação de controle sobre o investimento direto estrangeiro, 8) privatização, 9) desregulação de leis trabalhistas e 10) institucionalização da propriedade intelectual (ver Carcanholo, in Malaguti ET AL; 1998, p.25)

garantias e condições mais atrativas aos investimentos estrangeiros, como infraestrutura, privatizações e desnacionalização de empresas públicas, redução e restrição do gasto público com políticas e serviços sociais, desregulamentação das relações de trabalho, desobrigação, desoneração e remuneração do capital.

Como consequência da política neoliberal há a desregulamentação das forças produtivas e aumento do desemprego, empurrando trabalhadores para o mercado informal, sem garantias de direitos trabalhistas. Soma-se a isto, a precarização e restrição de gastos públicos em políticas e serviços sociais básicos como saúde, educação e segurança pública.

Segundo Coutinho (2008) na Era neoliberal há a existência de uma suposta “terceira via” que estaria entre o liberalismo puro e a social democracia “estatista”. O autor diz que os ideólogos do neoliberalismo se apropriam da ideia de “reforma” que era utilizada anteriormente ao neoliberalismo como garantia de direitos, proteção social e atualmente significa: cortes, restrições e supressão de direitos.

Compartilhando deste debate, Coutinho (2008), considera o neoliberalismo um processo de contrarreforma, pois não destrói totalmente algumas conquistas do *Welfare State*, já que existe a “preocupação” com as consequências das políticas neoliberais via políticas sociais compensatórias e paliativas, que são estratégias utilizadas pelo modelo neoliberal, como forma de garantia e perpetuação do poder da classe dominante.

Ao tratar da “questão social” e o social-liberalismo brasileiro, Castelo (2007) sinaliza que em pleno século XXI há a expansão global das desigualdades sociais, pois o pauperismo é elevadíssimo e exige ações políticas e teóricas por parte das classes dominantes para seu combate, pois tal fato pode transformar-se em fator de desordem e desequilíbrio da dominação capitalista.

Castelo (2007) indica que a partir da década de 90 as agências de finanças mundializadas passam a defender uma “globalização com face humana”. Aparelhos ideológicos como BIRD, FMI, OMC com políticas neoliberais passam a defender o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, as aberturas comercial e financeira, o desmonte do *welfare state* e um amplo processo de privatizações e combate às organizações operárias.

Assim, Castelo (2007) esclarece que no plano ideológico, o Estado mínimo passa a ter função reguladora das atividades econômicas e operacionalizaria em

parceria com o setor privado, políticas sociais, emergenciais, focalizadas e assistencialistas, intitulado a nova fase do neoliberalismo de social-liberalismo, no qual o Estado passa a intervir de forma mais ativa na chamada “questão social”.

Neste momento da história surgem as teses chamadas de “terceira via” que seria um sincretismo entre mercado e Estado com o objetivo de promover o bem-estar social a partir da fórmula: desenvolvimento econômico relacionando dinamismo do mercado e equidade social.

Segundo Castelo (2007), no Brasil o chamado social-liberalismo está relacionado diretamente às determinações externas do mercado mundial que teve início na era Collor, porém sua expressão foi intensificada a partir de 1994 com o governo de Fernando Henrique Cardoso que inseriu o Brasil na nova Divisão Internacional do Trabalho seguindo os padrões globais da acumulação capitalista.

Ainda Castelo (2007) expõe que os ideólogos do social-liberalismo são considerados importantes interlocutores do debate sobre as expressões e o enfrentamento da “questão social” possuem legitimidade e credibilidade frente à opinião pública, fato este consumado pelo papel social desempenhado por estes ideólogos na sociedade contemporânea. A estratégia é transformar o sistema de ideias com capacidade de orientar e definir as ações da política social e do desenvolvimento econômico brasileiro.

Segundo Castelo (2007), as principais teses desses intelectuais são relacionadas às causas do pauperismo, entre elas, a principal concerne à desigualdade da distribuição dos recursos nacionais e das oportunidades de inclusão social, além disso, defendem a tese de que as causas da desigualdade entre os membros da sociedade estão nas diferenças das características naturais e adquiridas do indivíduo, mecanismos de mercado de trabalho, imperfeições nos mercados capitais e fatores demográficos.

Na explanação de Castelo (2007) para estes ideólogos a “solução” de combate à pobreza seriam as políticas sociais compensatórias operadas tanto pelo Estado quanto pelo terceiro setor. O pauperismo está relacionado às falhas de mercado e a não-dotação de certos ativos por parte dos pobres, não deve ser atribuído à dinâmica de acumulação capitalista, ou seja, a solução da “questão social” recorre a expedientes de natureza administrativa e burocrática.

A partir da leitura de Castelo (2007, p.30) observa-se que a ideologia dos teóricos do social-liberalismo reduz o pauperismo, a natureza da “questão social”, desqualificando teorias sociais totalizantes, deixando de lado as elaborações teórico-sistêmicas que buscam as causas da “questão social”. Para eles a “questão social” é uma questão de “pequenos detalhes”, de um “choque de gestão”.

Vale ressaltar que a ideologia da social-democracia, tem o apoio da mídia nacional e internacional e por isso as explicações para o pauperismo são aceitas muito facilmente pela população de modo geral.

Tratando-se de “Capitalismo, violência e terrorismo”, Ianni (2004) explica que no século XXI muitos estão empenhados em compreender e explicar o que acontece na sociedade global (as relações, rupturas, processos e estruturas). Para o autor a sociedade global constitui-se em uma nova, ampla e contraditória totalidade. “Uma ‘totalidade’ simultaneamente histórica e teórica, ou seja, uma formação social e uma categoria que adquirem uma predominância crescente sobre umas e outras formações sociais: locais, nacionais e regionais”. (Ianni, 2004, p.20)

Segundo Ianni (2004), a era neoliberal insere todos em um novo mapa do mundo, por meio de um vasto e predominante processo histórico-social, econômico, político e cultural. É um novo cenário, no qual se desenvolvem o “progresso e a decadência, a prosperidade e a miséria, a pauperização absoluta e a pauperização relativa, a civilização e a barbárie”(Ianni, 2004, p.29).

3.3 INICIATIVAS EM TORNO DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tratar sobre o conceito de Segurança Pública não é nada fácil, pois apesar de inúmeros estudos sobre esta política, não há um conceito único, pois possui inúmeras dimensões onde está em jogo projetos de classes distintos.

Ressalta-se que, mesmo a Segurança Pública não tendo um conceito único e definido, é na Constituição Federal de 1988 que, pela primeira vez, enfatiza-se a universalização do direito à segurança, assim como, o reconhecimento do Estado como responsável por garantir esta política pública aos cidadãos.

A segurança passa a ser considerada direito fundamental da pessoa humana, com objetivos definidos e claros. O Estado a partir de suas diversas instituições deve manter a ordem pública e a segurança nacional como

anteriormente já era definido, mas, e principalmente, prevenir e controlar o crime e a violência na sociedade, na tentativa de garantir segurança à população.

Segundo Costa e Lima (2014), a segurança pública é constituída por um grupo de organizações, que buscam direta ou indiretamente soluções para enfrentar os problemas referentes a esta temática, são organizações do campo do sistema financeiro, do sistema partidário e universidades, vale lembrar que as organizações não se limitam às instituições policiais e nem pode ser confundida com o sistema de justiça.

De acordo com Costa e Lima (2014) o termo “segurança pública” foi utilizado pela primeira vez na Constituição Federal de 1937³⁰ (artigo 16, inciso V). Outras Constituições Federais brasileiras, como a de 1934 e a posterior, a de 1937, dispunham sobre “segurança interna” para tratar sobre o controle da ordem.

Mesmo estabelecido pela Constituição Federal de 1937 a “segurança pública” pelo que se entende hoje, não se institucionalizou, mantendo a mesma prática de segurança interna que vigorou anteriormente e posterior a esta Constituição, ou seja, defesa apenas do Estado nação frente às ameaças externas e internas.

Este quadro só se modificou com a Constituição Federal de 1988, pois resgata o termo de segurança pública, porém segundo Costa e Lima (2014) ela não define o seu conceito, apenas define no artigo 144 as instituições e organizações encarregadas de prover a segurança pública do país, e a função prática de cada instituição.

A Constituição Federal de 1988 prevê em seu capítulo III, artigo 144:

A Segurança Pública dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I- polícia federal; II- polícia rodoviária federal; III- polícia ferroviária federal; IV- polícias civis; V- polícias militares e corpos de bombeiro militares (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988, p.95).

Como consequência da não definição concreta do conceito de segurança pública pela Constituição Federal de 1988, Costa e Lima (2014) declaram que na

³⁰A Constituição Federal de 1937, conhecida como Polaca (modelo implantado no Brasil copiado do sistema autoritário da Polônia) foi instituída pelo presidente Getúlio Vargas para constituir o Estado Novo (Estado autoritário), a Doutrina jurídica não a considera uma Constituição e sim uma Carta Ditatorial. Em seu artigo 16 dispõe que “compete privativamente a União o poder de legislar sobre as seguintes matérias: V – o bem-estar, a ordem, a tranqüilidade, e a segurança públicas, quando o exigir a necessidade de unia a regulamentação uniforme”.

inexistência de contrapontos, o *modus operandi* das organizações da área são reinterpretados e mantidos desde a constituição de 1937 e pelo Decreto Lei n. 317 de 13 de março de 1967³¹ na formação da agenda das políticas de segurança pública no país.

Para Costa e Lima (2014, p.484):

“[...] segurança pública” é ainda um conceito frouxamente formulado e recepcionado na legislação brasileira e nas normas que regulam o funcionamento das instituições encarregadas de instituir direitos, ordem e tranqüilidade. Não há consenso sobre o seu significado e as instituições não estão informadas por ele.

O conceito de segurança pública, ainda utilizado na atualidade, é um conceito herdado desde a colonização do país, com o modelo escravocrata, e fortalecido no período ditatorial, este conceito relaciona-se à manutenção e ao controle da ordem social, via política da Segurança Nacional, marcado por características como intransigência, autoritarismo e coerção.

Aparta-se a partir disso que, a confusão existente na discussão da política pública de segurança ocorre principalmente pelo fato de que a segurança pública, disposta no artigo 144, está dentro do título V da Constituição Federal de 1988 “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, ou seja, junção de segurança pública e defesa nacional no mesmo Título, como se os conceitos não fossem distintos, o que faz com que as ações se confundam entre si, dificultando a definição do papel que deve ser realizado pelos órgãos institucionais ligados à defesa nacional e à segurança pública.

Segundo Costa e Lima (2014) por não ter um conceito de segurança pública definido, organizações internacionais como Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Internacional para construção e Desenvolvimento (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), entre outras, têm tentado difundir o conceito de segurança “cidadã” com o objetivo de causar rupturas políticas neste cenário e reformas policiais, introduzindo novas práticas pautadas na democracia, transparência, além do controle da sociedade civil. Estas ações vêm ocorrendo desde o final da década de 90 em países da América Latina, inclusive no Brasil.

³¹A Lei n. 317 de 13 de março de 1967 regulamentou a Constituição de 1967 no que tange a atuação das polícias/ Ver: LIMA, Renato Sergio. RATTON, José Luiz. AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

Lima (2011) diz que a Constituição Federal de 1988 avançou na tentativa de instrumentalizar o Estado no acesso à justiça e garantia de direitos, porém na prática, a estrutura burocrática e as ações institucionais foram pouco alteradas.

A passagem do sistema ditatorial ao sistema democrático não garantiu de forma rápida e eficiente uma mudança na estrutura da política de segurança, mesmo em um Estado democrático e de direito, ainda perpetua as ações autoritárias, resultado de uma herança do regime de 1964 e a permanência do modelo bipartido das polícias (civil e militar).

Para Lima (2011, p.30):

[...] o debate sobre segurança pública é reduzido, mesmo após 1988, quase que exclusivamente ao debate legal e normativo, abrindo margens para a emergência da chamada “legislação do pânico” toda vez que uma tragédia ganha as manchetes da mídia impressa e eletrônica [...]. A atribuição de responsabilidades e o monitoramento das políticas públicas se diluem num rol de múltiplas esferas de Poder e de Governo, cabendo às Polícias o papel de vidraça da ineficiência de um sistema bem mais amplo.

Avanços na política de segurança pública podem ser vistos a partir de meados da década de 1990, porém é apenas nos anos 2000 que realmente estas mudanças começam a se efetivar, principalmente no que concerne aos direitos humanos e à participação da sociedade civil e dos movimentos sociais na efetivação, regulação e controle dos planos e ações governamentais na área.

Faz-se necessário redefinir o real papel do Estado no atendimento das necessidades da população na política de segurança pública, garantindo respeito e a defesa intransigente dos direitos humanos. Isto vai ocorrer a partir do debate político sobre segurança pública, quando este tema passa a ser foco na agenda política brasileira, em decorrência dos altos índices de violência que permeiam a sociedade na atualidade.

O contexto da Política de Segurança Pública no Brasil começou a mudar a partir de 1993 quando ocorreu a Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena e como resultado deste evento criou-se em 1996, no Brasil, o Programa Nacional de Direitos Humanos e em 2000 o Programa Nacional de Direitos Humanos II, incorporando direitos econômicos, sociais e culturais.

A sociedade civil clamava por uma política de segurança pública que estivesse pautada no respeito e na garantia aos direitos fundamentais da pessoa humana, em conformidade com a Constituição Federal. Nesse contexto, foi

relevante a criação de instituições dentro do Estado na área de direitos humanos, mediante a pressão dos movimentos sociais.

Ressalta-se que a organização da sociedade civil na área de segurança pública a partir dos conselhos, se deu com um atraso temporal em relação a outras políticas sociais como saúde e educação. Este distanciamento ocorreu principalmente em decorrência das atrocidades cometidas pelos militares na ditadura, e pela compreensão de que segurança pública estava atrelada à gestão dos militares, sendo que a sociedade civil organizada pós 64 compreendia que o distanciamento era a melhor forma de mostrar a indignação e a discordância das ações da área de segurança pública.

Os teóricos de esquerda no Brasil se afastaram da política de segurança pública, pois a relacionavam com retrocesso e autoritarismo, este tipo de comportamento fortaleceu a elite conservadora na gestão desta política.

Além do que foi exposto no parágrafo anterior, a participação social na área de segurança pública muitas vezes foi deslegitimada, em função da raiz histórica e cultural do modelo de segurança pública, pautado principalmente no reforço e permanência do universo jurídico e policial na execução de projetos, planos e ações impostos por grau de hierarquia (de cima para baixo).

Em resposta às demandas que se colocavam na agenda do Estado, frente aos índices crescentes de violência no Brasil na década de 90, o Governo Federal criou em 1995 a Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública (Seplanseg), que passou a ser chamada, em 1998, de Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão executivo que tinha por objetivo a implementação desta política nacional nos entes federados.

Com o crescimento de índices da violência e em resposta à sociedade brasileira, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos em 1997 passa a realizar um estudo avaliativo do sistema de segurança pública, com o objetivo de propor medidas urgentes. Esse estudo tem como produto final um documento intitulado “Medidas Mínimas de Reforma da Segurança Pública”, que indicam 43 propostas para a política de segurança pública.

A proposta desencadeou dentro da área de segurança pública uma grande crise nas instituições policiais, principalmente no que concerne às condições degradantes de trabalho e à desvalorização profissional, à falta de infraestrutura e

ao sucateamento desta, à periculosidade do exercício profissional dos profissionais, entre outros.

Além disso, desencadeou confronto de ideias no que tange à desmilitarização das polícias, assim como, a extinção da polícia militar como força auxiliar do exército e principalmente a distinção de segurança nacional e segurança pública, temas que se encontram vinculados em um mesmo capítulo na Constituição Federal de 1988.

Nesse contexto, o Governo Federal redefine e constrói um modelo de política pública que atenda os anseios da sociedade civil, pautado principalmente na defesa dos direitos humanos.

A década de 1990 foi marcada por vários avanços no que concerne à construção e implementação de órgãos e secretarias voltadas para a Política de Segurança Pública, pois o Estado precisava dar uma resposta à sociedade demandada pelos altos índices de violência, porém, apesar disso, os direitos não foram concretizados na prática e as conquistas sociais foram depreciadas.

Apesar de toda a demanda da sociedade civil para implantação de uma política de segurança pública pautada na Constituição Federal 1988, ela não apresentou condições de ser traduzida na prática, tal qual ela estava na lei, não obteve aplicabilidade e assim a maioria das conquistas sociais foram aviltadas.

Segundo Lima e Sinhoretto (2011), as reformas institucionais no campo da segurança pública que eram para ser efetivadas desde a redemocratização do Brasil com a Constituição de 1988, somente são retomadas nos anos 2000 quando passou a fazer parte das campanhas eleitorais presidenciais, em decorrência do aumento generalizado da violência no país.

Para Carvalho e Silva (2011), a segurança pública é uma demanda social que se efetiva através de estruturas do Estado e organizações da sociedade civil. O sistema de segurança pública é composto por instituições ou órgãos estatais, que adotam um conjunto de ações estratégicas definidas em planos e programas com a finalidade de garantir segurança individual e coletiva da sociedade.

Segundo Carvalho e Silva (2011), as ações da segurança pública devem ser articuladas e dinâmicas envolvendo o ciclo burocrático do sistema de justiça criminal. Segundo os autores, sem a articulação entre seus entes (polícias, prisões e

judiciário, sociedade civil organizada) dificilmente se terá eficácia e eficiência nas ações de controle da criminalidade e da violência.

É a partir de então, e principalmente com os Planos Nacionais de Segurança Pública (década de 2000), que esta política passa a ser pensada efetivamente, como responsabilidade das três esferas de governo (federal, estadual, municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

A estratégia de divisão de responsabilidades dá suporte e principalmente subsidia os municípios a utilizarem mecanismos de controle da violência e da criminalização, assim como realizarem ações em consonância com a realidade local e junto com a comunidade.

Segundo Lima (2011), foi um desafio superar o paradigma de segurança nacional e inserir o tema de segurança pública no processo democrático institucional, assim como a mudança de concepção das atividades policiais, passando a ser protetivas e garantidoras de direitos aos indivíduos.

Nesse contexto, no começo dos anos 2000 criam-se os Planos Nacionais de Segurança Pública, a partir dos quais são realizadas ações nacionais e políticas estaduais para diminuição dos índices de violência no país. A agenda governamental passa a programar políticas pautadas nos direitos humanos, levando em consideração a particularidade de cada local, as condições socioeconômicas e demográficas, transformando o cenário político e ideológico discutido desde a década de 1970/1980 com a luta pela democratização do país.

O que ocorre desde a implantação dos Planos Nacionais de Segurança Pública é a tentativa de romper com uma herança e cultura repressiva, e principalmente resignificar a política de segurança pública, a partir de uma visão ampliada, em que a participação da sociedade seja parte fundamental do processo de construção de mudanças na democracia.

Neste contexto, foram elaborados os três planos nacionais de segurança pública: Plano Nacional de Segurança Pública I (2001); Plano Nacional de Segurança Pública II (2003) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (2007) e adoção de Políticas de Integração Gerencial das polícias em alguns estados, como Pará, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, além disso, foi criado também o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para dar suporte financeiro às ações desta área.

De acordo com Carvalho e Silva (2011, p.62):

O PNSP estabeleceu um marco teórico significativo na propositura da política de segurança pública brasileira, cujo objetivo era articular ações de repressão e prevenção à criminalidade no país. Para dar apoio financeiro ao PNSP, foi instituído, no mesmo ano, o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Entretanto, esses avanços na formatação da política de segurança pública não produziram os resultados concretos esperados.

Para viabilização do Plano Nacional de Segurança Pública, criou-se também o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNPS), garantindo assim, recursos para investimentos na área de segurança, mediante a apresentação de projetos pelos Estados.

Carvalho e Silva (2011) esclarecem que o Plano Nacional de Segurança Pública possibilitou, pela primeira vez após o processo de democratização do país, uma reorientação estratégica, com tratamento político-administrativo direcionado a colocar a questão da segurança pública como política prioritária de governo, que até então não tinha tamanha importância. Porém, segundo os autores houve poucos avanços práticos, pois não tinham recursos definidos, nem de lineamento de metas e de processos de avaliação de eficácia, eficiência e efetividade.

Vale ressaltar que os Planos Nacionais de Segurança Pública implantados nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva marcam um rompimento com o modelo tradicional da política de segurança vigente até então.

O Plano Nacional de Segurança Pública I (2001), elaborado e implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso, pelo Ministério da Justiça, tinha como pretensão articular o sistema de segurança pública em seu conjunto (executivo, legislativo e judiciário) e entre os níveis de governo (federal, estadual e municipal), para enfrentar o elevado índice de violência e criminalidade, além dos graves problemas de segurança pública.

Alguns autores consideram o Plano Nacional de Segurança Pública I como a primeira política nacional e democrática de segurança, pautada na integração de políticas (segurança, sociais e comunidade), inovação tecnológica e articulação das três esferas de governo e dos três poderes, além da participação efetiva da comunidade.

O Plano Nacional de Segurança Pública I está descrito em quatro (04) capítulos e quinze (15) compromissos. Seus capítulos dispõem sobre: 1) medidas no âmbito do governo federal; 2) medidas no âmbito da cooperação do governo federal

com os governos estaduais; 3) medidas de natureza normativa; 4) medidas de natureza institucional.

Entre os 15 compromissos estabelecidos encontram-se: 1) combate ao narcotráfico e ao crime organizado; 2) ampliação do programa de proteção às testemunhas e vítimas do crime; 3) regulamentação da mídia x violência; 4) redução da violência urbana; 5) inibição de gangues e combate à desordem social; 6) eliminação de chacinas e execuções sumárias; 7) intensificação das ações do programa nacional de direitos humanos; 8) capacitação profissional e reaparelhamento das polícias; 9) implantação do sistema nacional de segurança pública, entre outros.

O Plano Nacional de Segurança Pública I teve por objetivo a repressão e prevenção de crimes, integrando políticas de segurança pública, políticas sociais e ações comunitárias nas três esferas de governo, federal, estadual e municipal.

Soares (2007) em seu texto “A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas” faz uma análise do Plano Nacional de Segurança I. Para o autor, a publicação desse Plano foi precoce e precipitado³², não apontava prioridades, ou mesmo uma escala de relevância de pontos fundamentais, ou seja, não tinha condições adequadas de promoção e alcance de metas, métodos e mecanismos de avaliação e monitoramento de ações.

Parafraseando Soares (2007), a Política de Segurança Pública implantada no governo FHC, marcou significativas mudanças no que concerne ao reconhecimento da responsabilidade do Estado mediante a esta política, além disso, estabeleceu o compromisso com a agenda dos direitos humanos, com ações preventivas, qualificação profissional de agentes públicos da área de segurança, e incentivo ao policiamento comunitário. Porém, segundo o autor, faltou um plano que garantisse adequada distribuição de recursos para execução das ações, orientação política, liderança e compromisso político, entre outros.

Não há como negar o rompimento que houve com os modelos do período ditatorial da Política de Segurança Pública no Brasil, porém a grande questão a ser

³²No segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi publicizado plano nacional de segurança pública, resposta imediata à sociedade, quando um jovem sobrevivente da chacina da Candelária, Sandro, sequestrou, no coração da Zona Sul carioca, o ônibus 174. A nação conheceria o primeiro plano de segurança pública de sua história democrática recente, o qual, em função do parto precoce, precipitado a fórceps, vinha a público sob a forma canhestra de listagem assistemática de intenções heterogêneas. SOARES (2007, p.83).

discutida é a aplicabilidade dos planos governamentais de Fernando Henrique Cardoso na prática cotidiana dos cidadãos brasileiros.

Algumas análises sobre a política de segurança pública no governo FHC concluem que o primeiro Plano de Segurança Nacional não correspondeu às reais necessidades e expectativas da sociedade brasileira em relação ao crime e violência.

Ainda com Soares (2007) o Plano Nacional de Segurança Pública II referente ao governo Lula foi elaborado pelo Instituto Cidadania, com a colaboração de gestores, pesquisadores, especialistas, profissionais, lideranças da sociedade dos mais variados locais do país com o intuito de trocar experiências bem-sucedidas, nacionais e internacionais.

Entre os princípios do Plano Nacional de Segurança Pública II encontram-se: 1) promover a expansão do respeito às leis e aos direitos humanos; 2) contribuir para a democratização do Sistema de Justiça Criminal; 3) aplicar com rigor e equilíbrio as leis no sistema penitenciário; 4) reduzir a criminalidade e a segurança pública; 5) bloquear a dinâmica do recrutamento de crianças e adolescentes pelo tráfico; 6) ampliar a eficiência policial e reduzir a corrupção e a violência policiais, entre outros (Relatório do IPEA/ 2003 – “Políticas Sociais: acompanhamento e análise”).

Segundo Soares (2007) o Plano começou a ser realizado, porém parte de suas ações e compromissos assumidos até então, não foram levadas adiante pelo governo, ou seja, houve descumprimento do pacto acordado para implantação do Plano Nacional. De acordo com o autor a desistência ocorreu, pois o “núcleo duro do governo” entendeu que não poderia assumir o risco de uma reforma institucional na área de segurança pública, pois poderia expor o governo a riscos políticos.

Soares (2007):

O presidente reviu sua adesão ao Plano e desistiu de prosseguir no caminho previsto, porque percebeu – na interlocução com a instância que, à época, se denominava “núcleo duro do governo” – que fazê-lo implicaria assumir o protagonismo maior da reforma institucional da segurança pública, no país, ou seja, implicaria assumir a responsabilidade pela segurança, perante a opinião pública. E isso o exporia a riscos políticos, pois a responsabilidade por cada problema, em cada esquina, de cada cidade, lhe seria imputada. O desgaste seria inevitável, uma vez que os efeitos práticos de uma reorganização institucional só se fariam sentir a longo prazo (SOARES, 2007, p.87).

Ao se consideraras análises de Soares (2007), relatório do IPEA (2003), documentos do Ministério da Justiça, entre outros, ressalta-se que as ações que não

foram realizadas pelo Estado no que concebe o Plano Nacional de Segurança Pública II, foram principalmente aquelas que causariam as mais importantes reformas, como a desconstitucionalização das polícias³³, o que significa a transferência aos Estados do poder para definirem, em suas respectivas constituições, o modelo de polícia mais apropriado à realidade local.

Outras ações de cunho mais superficial foram realizadas com sucesso, como exemplo, qualificação profissional (policiais), a política de desarmamento, a criação do Conselho Federal de Educação Policial, com independência e capacidade de avaliação, monitoramento, discussão e questionamentos de procedimentos e metodologias, entre outros.

O Plano Nacional de Segurança Pública II criado em 2003 no governo de Lula, de acordo com relatório do IPEA/ 2003 –“Políticas Sociais: acompanhamento e análise” tiveram a execução de suas ações realizadas por um Sistema Público de Segurança³⁴ (SUSP) coordenado pelos estados federados através do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) constituído de um fórum executivo e deliberativo composto por agências de segurança pública e justiça criminal.

Segundo o Relatório do IPEA/ 2003 os programas e ações do Plano Nacional de Segurança Pública são realizados pelos Estados a partir do Plano Estadual de Segurança Pública (PESP) e orientadas pelo SENASP com frente em duas diretrizes: 1) programas de reformas das instituições de segurança pública e 2) programa de redução da violência.

Ressalta-se que os Planos Nacionais de Segurança Pública I e II apresentaram limitações teóricas e práticas, principalmente no que concerne à integração de instituições e órgãos.

Não fica evidente nestes planos de ações a inclusão da esfera prisional, como se ela não fizesse parte do sistema de segurança pública. Tendo em vista que, o enfrentamento da criminalidade culmina em prisões e cumprimento de penas, esta área deve ser considerada como uma das partes fundamentais da política de

³³ Modelos organizacionais seriam definidos pelos próprios Estados (SOARES, 2007, p.90).

³⁴ Sistema Único de Segurança Pública – SUSP – Ainda hoje o SUSP é um projeto de Lei, legalmente ainda não foi implantado, mas suas ações já são pactuadas entre os estados e a União. O SUSP dispõe sobre o funcionamento dos órgãos de segurança pública. Seu objetivo é articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da justiça criminal.

segurança pública, em decorrência da sua posição nessa cadeia de ações, como processo final da segurança pública.

Os índices de criminalidade e violência no Brasil continuaram crescendo, os problemas de segurança pública eram altamente complexos e os Planos Nacionais de Segurança Pública implantados no governo Fernando Henrique e no governo Lula foram muito tímidos frente à dimensão das manifestações da violência.

Ao se considerar o crescimento da violência no Brasil, principalmente a violência homicida entre os jovens de 15 a 29 anos, e as limitações dos Planos Nacionais de Segurança Pública I e II, criou-se em 2007 o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), atuando nas três esferas de governo, e na reestruturação da política de segurança pública, incluindo o sistema prisional.

Segundo o Ministério da Justiça, o Pronasci³⁵ compreende a política de segurança pública como uma questão transversal, que demanda intervenção integrada das mais variadas áreas do poder público (união, estados e municípios) e articula ações de segurança pública com políticas sociais atuando diretamente na prevenção e repressão do crime.

De acordo com o Manual de Aprendizagem do Ministério da Justiça (Brasil, 2007):

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) destina-se à prevenção, controle e repressão da criminalidade, atuando em suas raízes sócio-culturais, além de articular ações de segurança pública com políticas sociais por meio da integração entre União, estados e municípios. As ações levarão em conta as diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) (Brasil, 2007, p.3).

Segundo o Manual de Aprendizagem (2007) o programa será executado por meio das mobilizações entre a comunidade e as polícias, nos Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM), este, por sua vez, terá o papel de articular junto aos órgãos competentes³⁶ ações integradas de combate à violência.

³⁵Os dados referentes ao Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci foram retirados do site do Ministério da Justiça – <http://portal.mj.gov.br>

³⁶Entre os órgãos competentes que trabalham em parceria e conjuntamente com o Pronasci estão: Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da Saúde e as secretarias estaduais e municipais. Serão investidos recursos por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em obras de urbanização para recuperação de espaços e melhoria da infraestrutura nas comunidades.

Os eixos de trabalho do Pronasci estão pautados em: 1) valorização dos profissionais de segurança pública; 2) reestruturação do sistema penitenciário; 3) combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

O público alvo do Pronasci concerne em profissionais da segurança pública e jovens de 15 a 29 anos a beira da criminalidade³⁷ (jovens que estão ou estiveram em conflito com a lei, presos ou egressos do sistema prisional, ou reservistas, em função do aprendizado no manejo de armas durante o serviço militar, para não serem recrutados para o crime organizado).

O Pronasci é composto por 94 medidas, que são divididas em duas frentes de Trabalho: 1) Ações Estruturais³⁸ e 2) Programas Locais³⁹. As Ações Estruturais concerne em: modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; valorização dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários e enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado. Os Programas Locais são desenvolvidos pelas próprias regiões através dos seguintes projetos: território de paz; integração do Jovem e da Família e Segurança e Convivência.

Em 2009 realizou-se a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (Conseg), promovida pelo Governo Federal, a Conferência tem origem a partir das inúmeras conferências estaduais e municipais, conferências livres, conferências virtuais, seminários temáticos, entre outros, organizadas pela sociedade civil.

De acordo com o texto-base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009), tem como objetivo geral “definir princípios e diretrizes orientadores da política nacional de segurança pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental” (Texto-base, 2009, p.17).

³⁷ Termo utilizado pelo Ministério da Justiça no documento sobre o Pronasci.

³⁸ Ações Estruturais: 1) modernização das instituições de segurança pública e sistema prisional; 2) valorização profissional; 3) enfrentamento à corrupção (laboratório contra lavagem de dinheiro, ouvidorias e corregedorias de polícia, tráfico de pessoas). Em: <http://portal.mj.gov.br>

³⁹ Programas Locais: 1) Território da Paz (Gabinete de Gestão Integrada Municipal, Conselhos Comunitários de Segurança Pública, Canal Comunidade); 2) integração do jovem à família (PROTEJO, reservista cidadão, mulheres da paz, saúde da família, formação do preso, pintando a realidade e pintando a cidadania e, farol). 3) Segurança e Convivência (urbanização, projetos educacionais, atividades culturais). Em: <http://portal.mj.gov.br>

Entre os objetivos específicos da Conseg, encontram-se: 1) fortalecer o conceito de segurança como direito humano; 2) definir as prioridades para a implementação da política nacional de segurança pública; 3) contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); 4) promover, qualificar e consolidar a participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público no ciclo de gestão das políticas públicas de segurança; 5) criar e estimular o compromisso e a responsabilidade para os demais órgãos do poder público e para a sociedade na efetivação da segurança com cidadania, entre outros.

A Conseg possui ainda sete eixos temáticos fundamentados em seus objetivos gerais e específicos conforme estabelecido no texto-base da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (2009, p.20): 1) gestão democrática: controle social e externo, integração e federalismo; 2) financiamento e gestão da política pública de segurança; 3) valorização profissional e otimização das condições de trabalho; 4) repressão e qualificação da criminalidade; 5) prevenção social do crime e das violências e construção da cultura da paz; 6) diretrizes para o sistema penitenciário; 7) diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes.

Ressalta-se nesse contexto que estas conferências representaram a possibilidade democrática de definir (ou redefinir) princípios e diretrizes fundamentais da política de segurança pública, além disso, têm o papel de tornarem-se uma ferramenta de gestão democrática para esta política pública brasileira a partir dos movimentos sociais e da sociedade civil.

Em 2010 de acordo com informações do Ministério da Justiça criou-se a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) com o objetivo de planejar e implementar a coordenação de ações e metas nas áreas de justiça e segurança pública de forma conjunta, em âmbito nacional, Ela é instrumento, portanto, de efetivação da articulação transversal dos órgãos públicos para a consecução de fins específicos e comuns.

Segundo o Ministério da Justiça/ Portal Atlas 2014, deu-se continuidade ao programa de segurança pública com cidadania no governo Dilma Rousseff, com o desafio de promover a segurança e integridade dos cidadãos. O governo atual pauta-se em quatro programas: 1) Brasil mais seguro; 2) Crack é possível vencer; 3) Plano Estratégico de Fronteiras; 4) Campanha do Desarmamento.

O Programa “Brasil Mais Seguro: pacto pela redução de crimes violentos” está entre os compromissos do Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania, tem por objetivo promover e induzir a atuação qualificada e eficiente dos órgãos públicos de segurança pública, justiça criminal e sistema prisional para reduzir os índices de criminalidade e violência no Brasil.

O programa “Crack, é possível vencer” possui uma ação integrada (Ministérios da Justiça, Ministério da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação e da Secretaria de Direitos Humanos) que envolve três frentes de atuação: prevenção, cuidado e autoridade, com o principal objetivo de reduzir os índices de consumo de drogas.

O “Plano Estratégico de Fronteiras” reúne ações destinadas ao fortalecimento da prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços, por meio da atuação integrada dos órgãos de segurança pública, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas.

A “Campanha Nacional do Desarmamento” tem o objetivo de mobilizar a sociedade brasileira para retirar de circulação o maior número possível de armas de fogo. A entrega voluntária de armas pelos cidadãos é uma orientação prevista no Estatuto do Desarmamento e hoje existem mais de dois mil postos de arrecadação contínuos.

Em resposta ao problema da violência homicida contra a Juventude, em 2012, o Governo Federal criou o Plano Juventude Viva, com o objetivo de ampliar direitos e prevenir a violência que atinge a juventude brasileira.

Ressalta-se que este programa é vinculado à Secretaria Nacional de Juventude, e à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Juventude Viva é fruto de uma intensa articulação interministerial para enfrentar a violência contra a juventude brasileira, especialmente os jovens negros, principais vítimas de homicídio no Brasil.

Segundo os dados compilados pelo Ministério da Justiça em 2012 foram gastos R\$3,5 bilhões na área de segurança pública brasileira e em 2013 foram gastos 4,2 bilhões. No levantamento realizado (Quadro 6), verifica-se que houve aumento de gastos em quatro programas do governo federal, são eles:

Quadro 6- Orçamento dos programas da área de segurança pública

	Cracké possível vencer	Plano de Segurança Pública para Grandes Eventos	Brasil Mais Seguro	Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas
012	R\$142,2 milhões	R\$ 451,4 milhões	R\$78,7 milhões	37,2 milhões
013	R\$368,7 milhões	R\$ 707 milhões	R\$359,8 milhões	58,7 milhões

Dados retirados de: <http://www.justica.gov.br/>

Segundo informações do Ministério da Justiça, em 2012 foi aprovada a lei N° 12.681, que institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas (Sinesp). Trata-se de um sistema integrado pela União, Estados e Distrito Federal para reunir dados essenciais para um melhor planejamento e avaliação das políticas públicas desenvolvidas, além de possibilitar maior transparência pelo fácil acesso às informações via *Internet* e, por consequência, proporcionar maior controle social.

A partir do Sinesp foi possível visualizar no site do Ministério da Justiça os valores gastos do orçamento de segurança Pública desde o ano de 2010 (Quadro 7):

Quadro 7- Orçamento Geral – Política de Segurança Pública

	Orçamento Atual	Valor Liquidado	Valor Pago
2010	R\$404.931.151,00	R\$207.293.348,80	R\$66.600.206,04
2011	R\$162.395.603,12	R\$195.008.783,85	R\$98.851.565,40
2012	R\$385.749.221,24	R\$370.641.954,07	R\$272.106.749,04
2013	R\$415.840.128,43	R\$356.548.839,47	R\$212.969.286,49

Fonte: <http://www.transparencia.gov.br>

Verifica-se nos dados acima um crescimento do orçamento na área de segurança pública entre os anos de 2010 e 2013, apenas no ano de 2011 que há um decréscimo do valor do orçamento, porém os dados diferem quando se compara orçamento e valor pago. Por exemplo, no ano de 2010 (menor valor pago) tem-se uma diferença entre o orçamento e valor pago de R\$338.330.944,96.

Diante de todo esse contexto, são inegáveis os avanços, contidos na Política de Segurança Pública brasileira, originados com a Constituição Federal de 1988, porém não se pode deixar de lado a problemática existente.

Neste cenário, ressalta-se que novos formatos institucionais estão sendo colocados em prática pela política de segurança pública, com ampliação de direitos, no que diz respeito à participação da sociedade civil e movimentos sociais, isso fortalece uma gestão da segurança pública democrática e garantidora de direitos. As Ações estão sendo construídas coletivamente pelo Estado e sociedade civil na busca de minimizar os altos índices de violência e criminalidade instituídos na sociedade.

4 A VIOLÊNCIA HOMICIDA E A POLITICA DE SEGURANÇA PÚBLICA EM MARABÁ

4.1 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

A urbanização na Amazônia é compreendida na atualidade como um processo complexo em decorrência da diversidade e pluralidade desse espaço, mas nem sempre foi assim, a visão que se tinha da urbanização amazônica era de que este processo se dava de forma generalista e homogênea, deixando de lado as especificidades da região.

De acordo com Leal (2010), a Amazônia ao possuir capacidade produtiva com grandes perspectivas de desenvolvimento, se transformou em um atrativo frente à necessidade do capital, com interesses em disputa desigual com vistas ao acúmulo de riquezas, e concomitante ocorre o acirramento das mazelas sociais e as várias manifestações da “questão social”.

Segundo Becker (1991) os conflitos que ocorrem na Amazônia são oriundos “das contradições intrínsecas à inserção do Brasil no sistema capitalista mundial e a reorganização acelerada da sociedade brasileira” (BECKER, 1991, p.8)

A autora compreende que a dinâmica capitalista assume um papel específico a partir de cada região brasileira. Na Amazônia sua característica é a “ausência de organizações sociais preexistentes capazes de resistir a novas apropriações, resultando no ritmo acelerado e na extensão em que se processa sua transformação, elemento que a configura como fronteira” (BECKER, 1991, p.8).

Nesse sentido Becker (1991) compreende fronteira como espaço de projeção no qual se pode implementar rapidamente novas estruturas. “a fronteira tem um tempo diferente do resto do território nacional, mais acelerado, nela se sucedendo rapidamente as inovações”. O debate sobre fronteira na Amazônia desenvolve-se em torno do significado da participação de pequenos produtores e grandes empreendimentos capitalistas e das consequências dessa participação (BECKER, 1991, p.8).

Faz-se necessário compreender que em um primeiro momento o modelo imposto pelo capitalismo para a Amazônia ocorre a partir de surtos ou os chamados

“ciclos⁴⁰” que estavam ligados diretamente a expansão da economia mundial. E no momento posterior (a partir dos anos 70) este processo ocorre através de um “novo padrão de inserção do Brasil” (BECKER, 1991, p.12) com o objetivo de reduzir a dependência do Estado brasileiro, este se associa a corporações transnacionais (processo de nacionalização/ transnacionalização) além de bancos e firmas nacionais e internacionais.

A Amazônia passa a ser vista como solução para resolver os problemas, no plano interno, de tensão social no Nordeste; e para a região Sudeste do Brasil a Amazônia dá continuidade ao crescimento e abre possibilidade de novos investimentos, recursos e mercados em tempo rápido. No plano externo, a questão dos focos revolucionários em decorrência da extensa e isolada região, o dinamismo de países vizinhos, a garantia da exploração pelo Brasil dos recursos da Amazônia e a dimensão ideológica do Estado de formação e incorporação nacional (BECKER, 1991).

A ocupação da Amazônia se desenvolve de formas diversificadas de apropriação da terra e pela organização da produção com acirradas disputas e conflitos. O Estado cria condições a partir de incentivos fiscais e créditos especiais para subsidiar a apropriação privada da terra por segmentos que detêm o capital e a capacidade de organização e, além disso, desenvolve programas de distribuição de terras para atender os interesses de grupos sociais e cooptar massas da população rural.

Segundo Backer (1991) a ocupação da Amazônia se deu de forma conflituosa, assumindo “especial violência, generalização e transparência”. Com a justificativa da morosidade da justiça nos litígios, os latifundiários em busca de soluções rápidas, recorrem ao uso da força para o alcance de seus objetivos.

A autora afirma que estes conflitos são estruturais, intrínseco ao tipo de desenvolvimento capitalista do país, pois está presente tanto em períodos ditatoriais, quanto em períodos democráticos.

O uso da força, método utilizado pelos latifundiários em outrora, ainda é usualmente praticado até hoje, mais fortemente em algumas regiões da Amazônia. Na atualidade este tipo de ação envolve outros atores como as milícias, grupos de

⁴⁰ Surtos ou Ciclos: “drogas do sertão, ciclo da borracha, frentes pioneiras agropecuárias e minerais.

comerciantes, como serão retratadas posteriormente na seção sobre a pesquisa de campo.

Observa-se a partir da autora que a estratégia utilizada para a atração de pessoas para a Amazônia realizada pelo Estado brasileiro, apoiou-se nos processos de urbanização e trabalho. O objetivo de mobilização de fluxos migratórios era atender a produção nas empresas e fazendas garantindo o lucro através de poucos investimentos. Isso ocorria principalmente por meio de tarefas, espaços e períodos de tempo determinados, no qual o trabalhador era submetido.

Segundo Becker (1991) após o golpe de 1964, pautado na doutrina de segurança nacional, a ocupação da Amazônia passa a ser prioridade máxima para o governo militar, este passa a ter como objetivo a implantação de um projeto de modernização nacional.

É no período da ditatorial na década de 1970, através da SUDAM que se tem o projeto “integrar para não entregar”. A expansão capitalista na Amazônia se intensifica, a partir dos grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, contribuindo assim com o grande fluxo migratório nas cidades amazônicas, isso ocorre também em Marabá.

A combinação existente entre passado e presente, colonização e exploração privada, dentro dessa estrutura interna dos núcleos, segundo a autora, pode ser visualizada em Marabá, pois comanda a antiga economia extrativista de castanha, além do contato das frentes pastoris, mineração e colonização agrícola. Marabá está “localizada no contato entre o Nordeste e a Amazônia, é uma das portas de entrada na fronteira e, por sua posição é sede de importantes instituições federais” (Becker, 1991, p 56).

Nesse contexto o fluxo migratório para a região do sudeste do Pará foi intenso, principalmente na década de 1970, a partir da propaganda realizada pelo Estado ditatorial para atrair pessoas. Os nordestinos, assim como os migrantes sulistas e das demais regiões do Brasil vieram em busca de trabalho.

Ressalta-se que a partir da década de 1960, Marabá passa a ter nova configuração no espaço nacional, além disso, esse período marca um novo modelo de desenvolvimento, considerando a implantação de infraestrutura, assim como, a criação de projetos extrativistas mineradores e agropecuários. Apropriando-se do

termo de Becker (1991), Marabá passa a se configurar como um espaço de fronteira.

Segundo Tourinho (apud Ribeiro 2010) o processo de ocupação territorial da Amazônia realizado pelo governo ditatorial, enquanto política de Estado coloca Marabá no centro dessas políticas (migração, projetos mineradores, etc.), estes empreendimentos impactam diretamente em sua dinâmica socioeconômica através da abertura da transamazônica e das medidas implantadas pela segurança nacional.

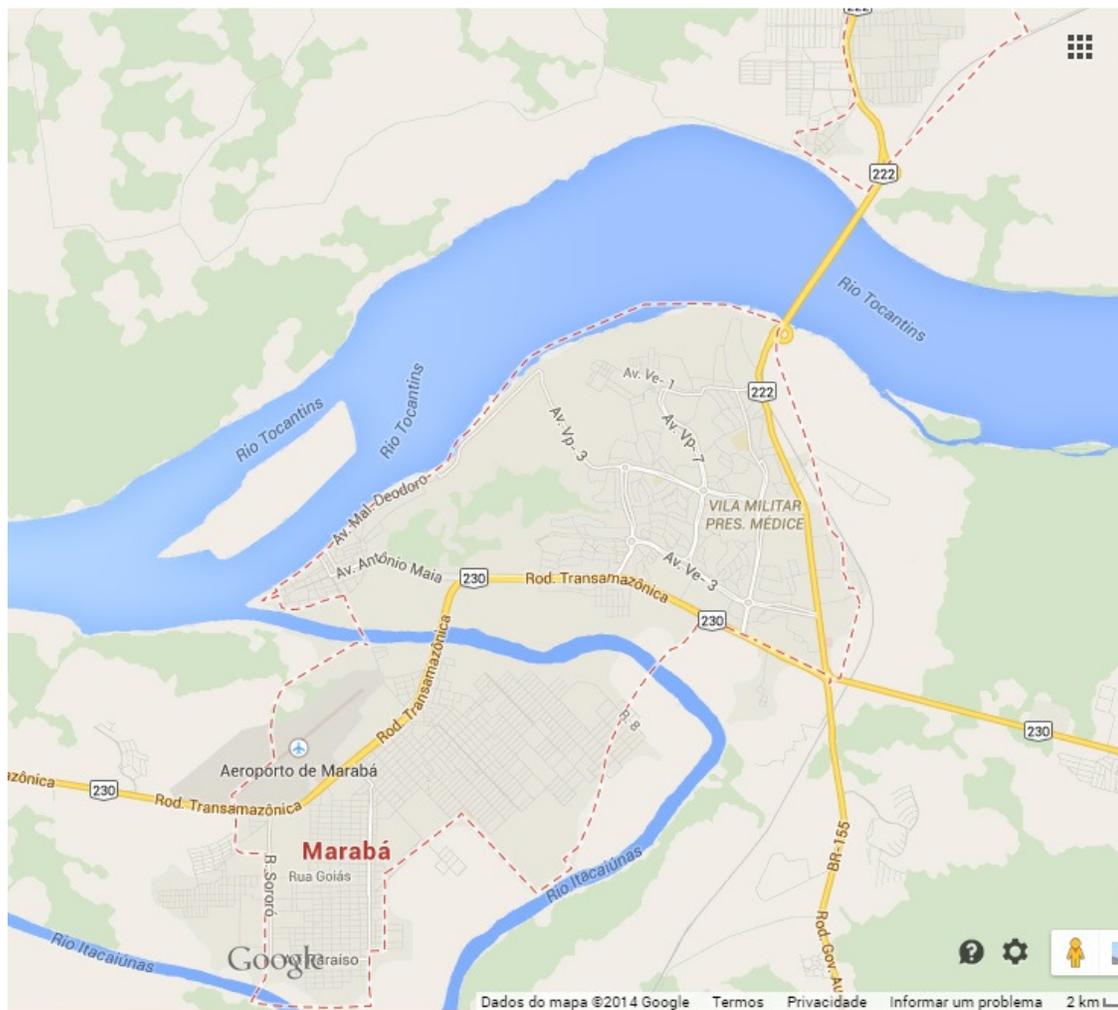
Parafraseando Tourinho (apud Ribeiro 2010) na década de 60 e 70, Marabá passa a ser área de segurança nacional e território de atuação direta do governo federal. Passa a ser base para o exército brasileiro na luta contra a guerrilha do Araguaia e com isso teve a ampliação de seu aeroporto e a instalação de destacamento militares, como o Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) que foi elevado a sede de Brigada de Infantaria de Selva.

O município de Marabá tem em sua conjuntura histórica a marca de um processo de colonização de exploração frente à necessidade capitalista. Este processo tem consequências que reverberam até hoje no cotidiano das populações locais.

Trindade Junior (2011) no texto “Cidades Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território” explana mais especificamente sobre a ocupação de Marabá. Para este autor a ocupação de Marabá foi mais intensa a partir das drogas do sertão, após este período sua exploração e desenvolvimento ocorreram através do caucho e da castanha, o que contribuiu para a formação de uma oligarquia da castanha, ocasionando na desterritorialização das populações locais.

Marabá, localizado na Amazônia oriental, por sua localização e facilidade de circulação e comunicação através dos rios, teve seu processo de formação a partir de atividades extrativistas, minerais e vegetais que possibilitou dinamismo e consolidou o seu papel, a partir da década de 60, de centro urbano e apoiador da colonização agrária.

Mapa 1- Localização geográfica do município de Marabá



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Maraba>

Foi a partir da década de 1960 que ocorreu a expansão de diversas frentes econômicas dando dinamismo econômico a região decorrendo em intensos conflitos em função da apropriação do território e dos recursos naturais. Neste momento o poder das famílias oligárquicas de Marabá passa a declinar em decorrência da perda do monopólio da terra que passa a servir de base para as atividades extrativistas ligadas ao capital de empresas estatais e privadas.

Entre as empresas que passam a fazer parte do cotidiano socioeconômico de Marabá encontra-se a empresa de mineração conhecida hoje como Vale⁴¹, além

⁴¹Vale: Mineradora global com sede no Brasil, líder em produção de minério de ferro e segunda maior produtora de níquel do mundo. Na década de 1980, o governo federal brasileiro concede à

dela observa-se a presença de outros atores sociais nesse espaço como: mineradoras, fazendeiros, madeireiros, camponeses, garimpeiros, etc. Evidencia-se, dessa maneira, um local de atração de inúmeros migrantes em busca de trabalho na região.

O autor afirma que existe uma nova dinâmica de urbanização da Amazônia que muda o padrão de organização e produção do espaço. Concordando com Backer (1991), Trindade Junior (2011) explana que são expressões da urbanização que se combinam em um mesmo ambiente urbano e que mostram diferentes formatos na dinâmica econômica, política e cultural, o que trás profundas alterações na paisagem, porém com heranças de processos anteriores de urbanização que não foram findados.

Segundo o autor cidades como Marabá passam a desempenhar importante papel econômico e político em decorrência da reestruturação da rede urbana, entretanto, a *urbanodiversidade* regional dificulta a identificação das diferentes realidades do espaço e as definições de políticas de desenvolvimento adequadas de acordo com as especificidades locais.

Ainda com Trindade Junior (2011) Marabá é considerada uma cidade média, pois assume um papel determinado na estrutura urbana regional como centro sub-regional, além disso, influencia e articula um número significativo de cidades de menor porte, servindo de mediadora entre pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extrarregionais.

Para o autor enquanto cidade média Marabá desempenha funções de mediação entre as pequenas cidades da região e as metrópoles regionais e extraregionais. Exerce forte centralidade no contexto sub-regional, pois possui grandes investimentos em decorrência de sua importância produtiva, comercial, distribuição de serviços e liderança política no sul/sudeste paraense é uma das mais importantes no *ranking* econômico do Estado.

Na atualidade Marabá desempenha um papel importante na economia, não apenas para o sul e sudeste do Pará, mas para regiões vizinhas e regiões fora da Amazônia brasileira. Ela articula e interliga diversos municípios através de suas vias

Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, através da criação do Programa Grande Carajás, a exploração de reservas de minério de ferro, ouro e de outros minerais em Carajás.

de circulação como exemplo a Transamazônica; PA-150; BR-222 e a Estrada de Ferro Carajás.

Segundo Trindade Jr e Pereira (2007) a urbanização na Amazônia, o desenvolvimento da fronteira urbana ocorreu através do controle da terra, da política migratória induzida e financiada pelo Estado e o incentivo a grandes empreendimentos fez com que esta região superasse o índice anual de urbanização do Brasil.

Ainda com os autores o modelo no qual ocorreu as políticas territoriais e econômicas na região favoreceu a reestruturação da rede urbana e os novos papéis desempenhados pelas cidades ratificando, assim a dinâmica de uma nova estrutura produtiva e do mercado de trabalho no Estado do Pará.

Silva (2006) no artigo “Fronteiras Culturais: alteridades de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá” contextualiza a migração para o sudeste do Pará nas décadas de 1970 e 1980, enquanto um processo realizado por uma população social e culturalmente heterogênea a partir de um período no qual esta região passava por grandes transformações. A propaganda da colonização adicionado a implantação de infraestrutura rodoviária, o projeto Grande Carajás, a construção da hidrelétrica de Tucuruí aceleraram este processo na região.

Segundo Silva (2006) o processo migratório para a região sudeste do Pará tinha como principal ator os grupos subalternos, estes desenvolviam relações desiguais entre si, a partir de seus grupos regionais, as relações entre os migrantes se davam a partir da solidariedade e alteridade, no qual se constituiu respectivamente relações de amizade, mas também estereótipos discriminatórios principalmente na denominação do caboclo (paraense e maranhense). A utilização de termos pejorativos e representações irônicas indicavam as relações desiguais existentes entre sulistas e nordestinos.

Sobre a questão econômica e política atual da região em decorrência do dinamismo local e o intenso processo de urbanização e expansão de frentes econômicas, Marabá apresentou redefinição da geografia e política local, as elites locais⁴² passam a favorecer um discurso de emancipação política no sentido de criação de um novo Estado. O discurso que envolve a população local enfatiza a

⁴² Elites locais são compostas pelas oligarquias tradicionais, empresários, pecuaristas etc.

melhor distribuição das arrecadações, com possibilidade de um redirecionamento do desenvolvimento econômico local.

Assim, o dinamismo socioeconômico e político na região evidenciam as estratégias que ontem e hoje visam acúmulos e consolidam permanências, disparidades mais acentuadas das desigualdades sociais somada a grandes mazelas da contemporaneidade, cada vez mais intensa em cidades como Marabá.

Nesse contexto Leal, Sá, Nascimento e Cardoso (2012) indicam que Marabá é um dos municípios paraenses que podem ser usados como exemplo, da existência de uma miséria sem precedentes e a população local ao ser expulsa da terra converte-se em um contingente humano que sobrevive de fazer carvão ao entorno da cidade. Esta realidade traz a tona uma infundável sucessão de problemas sociais como a prática do trabalho escravo, a violência entre outros.

Para estes autores os processos socioeconômicos e ambientais realizados a partir principalmente da implantação dos grandes projetos minero-metalúrgicos contribuem significativamente para deteriorar as condições de vida e trabalho das populações locais. Apresentam sentidos opostos, concomitante a lógica de exploração e o lucro advindo da expropriação dos recursos naturais e os indicadores econômicos e sociais. Quando comparam-se os municípios (responsáveis pela alta arrecadação e pelo elevado PIB do Estado do Pará) com os dados de renda da população, os resultados demonstram as reais condições de vida em que vivem estas populações locais.

Ao se tratar do PIB *per capita*, o valor correspondeu em 2010 ao total de 15.427 mil reais⁴³. De acordo com o Mapa da Exclusão Social, a região de Carajás, do qual Marabá faz parte, foi a que apresentou o maior PIB *per capita* a preço de mercado corrente no referido ano, totalizando o valor de 38.582,15 reais, superando o estadual.

Sobre este aspecto, contraditoriamente a região de Carajás foi a que obteve os maiores índices de desigualdades em 2010, apresentando o coeficiente de Gini, que mede o índice de concentração de renda, de 0,83, um valor muito próximo ao mais elevado nível de desigualdade.

Entre os municípios da região, Marabá foi um dos que se destacou pela arrecadação oriunda da extração do minério de ferro e produção de ferro-gusa. Os

⁴³ Estatísticas Municipais Paraenses 2013.

dados do IBGE indicam que Marabá em 2009 teve um PIB de R\$3.058.909 (três milhões cinquenta e oito mil e novecentos e nove reais) e um PIB per capita de R\$15.064,88 (quinze mil sessenta e quatro reais e oitenta e oito centavos). Estes dados revelam a riqueza existente no município. Contudo, contraditoriamente a estes índices encontram-se o nível de renda da população, demonstrados no parágrafo a seguir.

Ao analisar a renda dos indivíduos observa-se que 46,5% da população declaram não ter renda alguma; 5,6 % da população tem renda até ½ (meio) salário mínimo e 21, 4% da população declaram renda até 1 (um) salário mínimo. Em contrapartida a estes dados tem-se 2,5% da população de Marabá tem renda superior a 5 (cinco) salários mínimos e 0,8% apresentam renda acima de 10 (dez) salários mínimos.

Esta realidade apresenta o nível de desigualdade de renda da população, no qual 73.5% desta recebe entre 0 (zero) a 1 (um) salário mínimo e 0,8% da população possui renda acima de 10 (dez) salários mínimos.

De acordo com o Mapa da Exclusão Social, o sucesso econômico dessa região decorre do aumento das atividades produtivas, principalmente com a extração de minério de ferro pela Vale, aumento da demanda internacional de ferro e pela elevação dos preços médios dessa *commodity*⁴⁴, um crescimento econômico que não ocorre proporcionalmente no social, pois a distribuição de renda apresenta-se desigual entre os municípios que fazem parte da região.

Segundo Leal, Sá, Nascimento e Cardoso (2012) estes dados demonstram a agudeza das desigualdades sociais no que tange a distribuição de renda do município. Na contramão dos dados sobre a riqueza oriundas da extração e exploração de recursos naturais encontra-se uma população empobrecida, no qual as demandas por políticas públicas de saúde, educação, renda e saneamento, “demonstram o agravamento da “questão social” em um espaço marcado pela precariedade e/ ou inexistência de políticas públicas que atendam as necessidades de reprodução da vida social” (Leal, Sá, Nascimento e Cardoso, 2012, p.164)

⁴⁴No decorrer dos anos de 1980, diante de vários protestos, conflitos e questões judiciais, o governo federal brasileiro concedeu a CVRD o desenvolvimento de suas atividades de mineração e exploração de cobre, ouro e manganês, no município de Marabá na Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri, atualmente Flona do Tapirapé-Aquiri.

Desta forma, retomando as análises de autores como Leal (2010), Trindade e Lima (2011), em síntese o município de Marabá apresenta-se como pólo de desenvolvimento econômico do Estado do Pará e concentra as suas atividades econômicas principalmente na extração e exportação de recursos naturais, evidenciando o processo de exploração da região e o acirramento das mazelas sociais entre a população local.

Congilio e Ikeda (2013) afirmam que o desenvolvimento ocorre em condições extremas de desigualdades sociais numa correlação perversa de forças entre os atores envolvidos. As políticas públicas favorecem o grande capital através de incentivos fiscais, alterações legislativas e fiscalização ineficiente das relações de trabalho.

Assim, a economia do município está intensamente marcada pela exportação de matérias primas que hoje acompanham as tendências econômicas internacionais. Atualmente, a empresa transnacional Vale apresenta-se como a principal responsável pela exportação de minério de ferro, cobre e manganês e Marabá apresenta sua situação econômico-social atrelada às atividades desta empresa.

Logo, observa-se que o contraste evidenciado entre os indicadores sociais como o PIB e Gini na cidade de Marabá ratificam as discussões apresentadas por autores como Ianni (2004), ao evidenciar que na era neoliberal todos permanecem inseridos em um novo mapa do mundo, o *progresso* e a *decadência*. Decadência esta que pode ser visualizada no cotidiano do município de Marabá, principalmente no que se refere a violência de modo geral e em particular os índices de violência homicida que afetam diretamente a população local.

4.2 A VIOLENCIA EM MARABÁ NO PERÍODO DITATORIAL

Como já tratado neste trabalho, sobre o incentivo ao processo migratório para a região amazônica pelos militares a partir de um discurso governamental que se embasava no “grande vazio demográfico” para resolver situações de conflito no nordeste e sudeste do país.

Segundo Pereira (2013) o plano de desenvolvimento para a Amazônia fazia parte da política de segurança nacional do governo ditatorial, no qual o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estava inserido e deveria instalar 100.000 famílias de trabalhadores rurais até 1974, nos Programas Integrados de Colonização (PIC-Marabá), Altamira e Itaituba, porém este projeto não se efetivou e este número não foi alcançado e o INCRA instalou apenas 5.717 famílias no período.

De acordo com Pereira (2013) a proposta governamental era que o PIC-Marabá se estendesse por 529 quilômetros entre as cidades de Marabá e Altamira, ocupando os dois lados da rodovia Transamazônica. Além disso, previa-se a construção de agrovilas, agrópolis e rurópolis localizadas em distâncias regulares ao longo da rodovia.

O autor afirma que o município de São João do Araguaia só foi beneficiado, pela implantação do PIC-Marabá, em decorrência da descoberta pelo exército de um grupo de jovens ligados ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) no meio dos posseiros, que queria organizar uma ofensiva armada (Guerrilha do Araguaia) contra o governo central. O exército procurou aniquilar esses militantes do PC do B e a repressão recaiu também sobre os trabalhadores, deixando-os em pânico.

O projeto de colonização do Governo Federal às margens da rodovia Transamazônica foi marcado por uma forte repressão e controle do governo ditatorial aos militantes do PC do B no Araguaia e à população local. Os primeiros anos da década de 1970 foram marcados pelo controle do exército e da polícia ao longo das rodovias, além disso, instalou-se parte das tropas nos alojamentos deixados por uma das empresas que havia trabalhado na abertura da estrada em uma das vilas.

A violência, repressão e coação fizeram parte ativamente da relação entre o exército, polícia e a população de modo geral. Trabalhadores rurais, suspeitos de acolher os militantes do PC do B, foram presos e torturados pelo Exército, bem como aqueles que foram obrigados a informar qualquer movimentação dos supostos guerrilheiros. Outros, coagidos, tiveram que guiar os agentes no meio da floresta.

As forças militares que já estavam com as suas bases fixadas em Marabá, instalaram também nesta cidade o 52º Batalhão de Infantaria de Selva; o 1º Grupo de Artilharia de Companhia da Selva; o 23º Batalhão Logístico da Selva; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva e o 33º Pelotão de Polícia do Exército.

Mas os oficiais militares ficaram preocupados com os conflitos de terras e com a presença de alguns padres, principalmente estrangeiros, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins nos anos que sucederam a 1975. Eles acreditavam que o clero estava incentivando e apoiando a luta dos trabalhadores rurais pela terra. Para eles, o trabalho pastoral da igreja católica no campo era orientado pelo PC do B, porque o partido não tinha abandonado a ideia de continuar a luta armada no Araguaia contra o regime civil-militar e tinha adotado como estratégia, a organização e conscientização da população por meio das reivindicações mais imediatas dos trabalhadores rurais que era a posse da terra.

Em decorrência de conflitos entre posseiros, grandes empresários rurais e o INCRA, que tinha iniciado as demarcações de terras⁴⁵ no sul e sudeste do Pará, no qual os posseiros se sentiam prejudicados, iniciou-se um grande confronto entre a polícia militar e os posseiros resultando na morte de dois soldados da Polícia Militar e outros. O governo do Estado da época, afirmando que o fato teria ocorrido em decorrência da presença de subversivos insuflando os posseiros, encaminhou cerca de 50 policiais à área, aonde estes queimaram casas e torturaram cerca de cem pessoas. O exército interveio intensificando a coerção e repressão a população local tendo como consequência a prisão de trinta pessoas que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, além disso, padres que apoiaram os posseiros também foram presos e torturados.

O decreto estadual nº 9.203 de julho de 1975, assinado pelo governador Aloysio da Costa Chaves contribuiu de forma legal para a apropriação das terras do sul e sudeste do Pará aos fazendeiros, empresários rurais, além disso, o governo estadual em consonância com o governo federal destinou grandes extensões de terras a iniciativa privada por meio da alienação de terras públicas que estavam sob jurisdição do Estado.

O período ditatorial no município de Marabá foi marcado pela violação de direitos humanos, estes não eram reconhecidos pelos agentes repressivos que tinham suas práticas pautadas no desrespeito e sujeição da população local, pois confiavam na impunidade e morosidade da justiça.

Para Peixoto (2014) os direitos de índios e camponeses foram aviltados, estes sofreram constrangimentos cruéis e foram vítimas de barbaridades. Os

⁴⁵ Decreto Lei nº 1.164 - Identificar e regularizar terras devolutas em nome daqueles que a requeriam.

assassinatos e as chacinas ocorreram onde o rio Araguaia encontra o Tocantins, dando forma de bico de papagaio àquele território, estão vinculados ao remate da Guerrilha do Araguaia.

Peixoto (2014) afirma que:

[...] às atrocidades cometidas em 1974 tem conexão com a impunidade que sustenta a violência e os abusos que hoje assombram a região. Episódio histórico capital, o remate da guerrilha foi uma operação atroz de extermínio, com execuções e decapitações de prisioneiros. Torturas foram impostas a centenas de pessoas suspeitas de ligação com os guerrilheiros. E quem são eles, onde estão esses torturadores e executores que aparecem nos relatos dos torturados? A repressão à guerrilha foi o ovo da serpente (PEIXOTO, 2014, p.241)

Martins (1994, apud Peixoto 2014, p.242) diz que a brutal prática de repressão exercida pelo governo militar deu base para que grupos particulares agissem da mesma forma, este modelo serviu de paradigma para a ação de proprietários de terra e seus pistoleiros, ou seja, a repressão e a coerção praticadas pelo governo ditatorial militar fortaleceu e incentivou ações violentas, garantindo assim, a manutenção da ordem, este tipo de ação implicou em favorecimento da violência paramilitar e privada dos grandes proprietários de terra. Segundo o autor “Nunca na história do Brasil o latifúndio foi tão poderoso no uso da violência privada” [...].

Peixoto (2014) afirma que a violência exercida por fazendeiros e grileiros utilizada contra o camponês, foi em diversas situações tolerada e apoiada pelo Estado, associava-se o camponês a guerrilha do Araguaia, dessa forma, justificava-se o uso da violência e o emprego de milícias e forças públicas contra os posseiros.

As mais brutais formas de violência foram utilizadas nesse período contra os trabalhadores rurais, sindicalistas, religiosos, aliados a forte presença coercitiva e opressora ou tolerância e omissão do Estado.

Em conformidade com Peixoto (2014) houve uma permanência do modelo repressivo pelos agentes do estado e por agentes privados, na fronteira entre Pará e Tocantins na região do Bico do Papagaio continuou um clima de guerra de chacinas e mortes anunciadas. Segundo o autor a violência do período ditatorial nessa região ultrapassou a barreira do tempo e alcança os dias atuais. A violência é tolerada pelo Estado nas ações do judiciário.

Peixoto (2014, apud Peixoto, 2014) traz um quadro de Sérgio Sauer (2005) o qual aponta alguns índices de homicídios no Estado do Pará no período de 1971 a

2004 conforme a CPT. Segundo ele foram vítimas de homicídios 772 pessoas, entre eles camponeses e defensores de direitos humanos, destes, 574 foram na região sul e sudeste do Estado. No período que concerne de 1971 a 1985 foram assassinados 340 pessoas e entre os anos de 1986 a 2004 foram vítimas de homicídios 432 camponeses. Adicionalmente a estes dados tem-se o número elevado de impunidade, pois do total de 772 homicídios, apenas três deles tiveram seus mandantes julgados.

Peixoto (2014) afirma que: [...] a violência e a impunidade no território que foi palco da Guerrilha do Araguaia prosseguem quarenta anos depois desse evento seminal na história de Marabá e adjacências (PEIXOTO, 2014, p. 249).

A violência vivenciada em municípios como Marabá imprime a marca dos níveis mais execráveis da barbárie da atualidade é diante dessa realidade que a próxima seção traz um panorama dos índices de violência do referido município.

4.3 A VIOLENCIA HOMICIDA EM MARABÁ-PÁ

Diante desse contexto, vivenciado por regiões pertencentes à Amazônia, Marabá é um dos municípios que convive em seu cotidiano com o grau extremo da violência, assim como as mais diversas desigualdades sociais e econômicas.

O elevado número de homicídios demonstrados por órgão oficiais como o Ministério da Saúde e o Mapa da Violência referente ao ano de 2014⁴⁶, apontam Marabá na 37^o⁴⁷ posição do *ranking* nacional e 3^o no estadual, com taxa de homicídios totalizando 158.8 em 100 mil habitantes.

Em relação ao nível de crescimento da violência homicida, o número de taxa (por 100 mil) de homicídios nos municípios com mais de 10 mil habitantes informado pelo Mapa, indica que no ano de 2012, Marabá alcançou 230 homicídios com uma taxa de 94,4, alcançando a 3^a posição no *ranking* nacional entre os municípios brasileiros.

Em 2010 e 2011 esta situação foi bem pior em Marabá e em outros municípios paraenses, por exemplo, o índice referente ao ano de 2011 colocava

⁴⁶ O Mapa da Violência 2014 toma para análise os índices do ano de 2012.

⁴⁷ O Mapa da Violência (2014) apresenta o ranking nacional da taxa de homicídio, dos 100 municípios com mais de 10.000 habitantes.

Marabá entre os três municípios paraenses que superaram a marca de 100 homicídios por 100 mil habitantes, junto com Marabá encontra-se Ananindeua e Marituba, tanto os índices da população geral quanto nos índices da população jovem, apresentam taxa crescente, como demonstra o Quadro abaixo:

Quadro 8 - Municípios paraenses que superaram a marca de 100 homicídios por 100 mil habitantes, segundo a população jovem.

Ano (2011)	População Geral	População Jovem
Ananindeua	118.8	286.0
Marabá	107.2	183.4
Marituba	107.4	269.6

Fonte: Mapa da violência 2014

Ainda conforme este documento, os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos, situação que não se diferencia da realidade evidenciada em Marabá.

O perfil da vítima de homicídios em Marabá, segue o mesmo padrão deste tipo de violência no Brasil, quando se considera o sexo e a faixa etária.

Segundo estudo sobre o perfil dos homicídios em Marabá ocorridos no período de janeiro de 2010 a setembro de 2013, Silveira Junior (2013) afirma que 94,16% dos homicídios foram do sexo masculino e 33,86% tinham idade entre 18 e 24 anos e 18,25% a faixa etária equivalia a 25 a 29 anos. Conforme Quadro abaixo:

Quadro 9 - Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013, por Faixa Etária da Vítima.

Idade	Índice
0 a 11	0,53
12 a 17	7,94
18 a 24	33,86
25 a 29	18,25
30 a 34	7,41
35 a 64	30,95
>65	1,06

Fonte: Silveira Junior (2013)

Nesse contexto, observa-se que os jovens encontram-se no centro da violência com o maior índice de assassinatos em Marabá (33,86%) esta tendência faz com que se afirme que existe especificidade na mortalidade juvenil e ela se dá principalmente por causas externas.

Cara e Gauto (2010) no texto Juventude: percepções e exposição a violência, afirma que “o Brasil é o país que mais mata seus jovens” e “a história da violência no Brasil é a história do genocídio de jovens” (CARA e GAUTO, 2010, p. 178). Nesse sentido, de acordo com os autores o envolvimento da juventude com a violência é maior em regiões aonde há o processo massivo de desigualdade social.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) o índice de homicídios acima de 10,0 para 100 mil habitantes é considerado epidemia, situação que indica a permanência das contradições e desigualdades sociais que compõem a realidade vivenciada por grande parte dos municípios brasileiros.

Jornais de grande circulação no Pará, publicados em março de 2013, retratam também a problemática da violência homicida no Estado e principalmente no município de Marabá, caracterizada como uma fronteira vulnerável no sudeste do Pará, considerada uma das cidades mais violentas para a população masculina, jovem e negra.

A realidade apontada com as informações oficiais permite constatar que os altos índices de violência evidenciados demonstram que na contemporaneidade, a vítima de violência homicida tem características comuns: pessoas do sexo masculino, com faixa etária de 15 a 29 anos e negros.

Cara e Gauto (2010) indicam que a taxa de violência homicida entre a população jovem negra é bem superior à população branca. A taxa de homicídios entre jovens negros é 74 vezes maior do que a taxa entre os jovens brancos, o que demonstra que a problemática da violência homicida atinge principalmente os jovens negros.

Quanto ao perfil do delito em Marabá, segundo Silveira Junior (2013), 75,57% dos homicídios tem como causa principal ódio ou vingança. O autor afirma que o conceito de ódio e vingança pode ser traduzido também como pistolagem, questões culturais da região sudeste do Pará.

Segundo o autor (2013, p.24):

Em Marabá, não é diferente, o conceito de ódio e vingança deve ser traduzido como pistolagem. A região sudeste do estado do Pará herdou

esse conceito das gerações anteriores, durante os períodos da ocupação, como por exemplo, o ciclo da borracha, o extrativismo da castanha do Pará e do garimpo de Serra Pelada. É prática comum na região de Marabá, como se fosse um quesito cultural, e não raro testemunhar pessoas cogitando resolver seus problemas sociais por meio da pistolagem, principalmente, em questões envolvendo o tráfico de entorpecente, crimes passionais, além de situações de dívidas e problemas no setor agrário.

Quadro 10 - Percentual de Homicídios Registrados no Município de Marabá, por causa/motivo do crime, no Período de Janeiro de 2010 a Setembro de 2013.

Causa	Índice
Ódio ou vingança	75,57%
Ambição	7,49%
Execução	4,23%
Alcoolismo/embriagues	3,91%
Tráfico de entorpecentes	3,58%
Ciúme	2,93%
Fútil	0,98%
Acidental	0,65%
Rixa	0,33%
Troca de tiro	0,33%
Total	100%

Fonte: Silveira Junior (2013)

Quanto ao local da ocorrência dos homicídios em Marabá o estudo de Silveira Junior (2013) demonstra que no bairro Nova Marabá o índice foi de 37,81%, seguido da Zona Rural de Marabá com índice de 13,87%, Velha Marabá com 9,78%, bairro Liberdade com 7,45%, Cidade Nova 7,01% e São Felix com índice de 5,55%.

Silveira Junior (2013) afirma que bairro que teve maior percentual de homicídios em Marabá denominado Nova Marabá é um espaço que apresenta infraestrutura de bens e serviços de lazer, esporte, cultura e outros como bancos, hospitais, restaurantes, além de instituições públicas federais, estaduais e municipais. Este bairro vem apresentado nos últimos anos um enorme número de invasões, o que vem provocando uma desorganização espacial urbana.

Para Silveira Junior (2013, p.29):

O lócus social propício para a expansão do crime reúne elementos que incluem o crescimento acelerado e desordenado dos centros urbanos, a precarização dos serviços públicos, incluindo a segurança pública, a degradação ambiental, a degradação do sistema penitenciário e a morosidade da justiça brasileira.

Um dado importante que traz o resultado do trabalho de Silveira Junior (2013), confirmado também por esta pesquisa que ora se apresenta é a falta de informações sobre a violência ocorrida em Marabá. Os Boletins de Ocorrência

policiais não trazem informações adequadas em decorrência do não preenchimento pelos profissionais do que é solicitado.

Nesse contexto as dificuldades são enormes e não há possibilidade de se traçar um perfil das vítimas ou dos homicidas, pois os dados não são informados no momento da ocorrência.

A pesquisa de Silveira Junior (2013) indica as principais variáveis sem informação dos Boletins de Ocorrência: 98,10% dos boletins não apresentavam a informação acerca de raça e cor da vítima, 95,47% não informaram a escolaridade, 90,95% não identificaram a profissão e 44,82% não informaram a faixa etária da vítima. O mesmo acontece com as informações dos acusados 99,71% dos boletins não apresentam a escolaridade, 96,79% não indicam a faixa etária e 90,80% não tem informado sua profissão nos boletins de ocorrência policial.

Nesse contexto, a dificuldade dessas informações reflete também nas políticas de prevenção à violência no município, e principalmente na elaboração de uma política de segurança pública efetiva. Ressalta-se que nos últimos anos as taxas de homicídio em Marabá têm alcançado proporções assustadoras, o que mostra que o poder público não tem conseguido atender às necessidades pleiteadas pela sociedade. Por isso, torna-se necessária a criação e implementação de estratégias para o controle e prevenção do crime em estudo, a utilização de indicadores precisos que refletem a realidade vivenciada pela sociedade.

Para dar conta dessa realidade, o Estado juntamente com a sociedade civil organizada, desde a década de 2000 vem pensando uma política pública diferenciada, que de alguma forma possa controlar estes índices de violência homicida, porém sem grandes sucessos, tendo em vista que os dados oficiais demonstram, principalmente em regiões afastadas dos centros urbanos, o aumento destes números.

A política de segurança pública municipal desde o ano de 2012 vem tentando se adequar ao que solicita a Política Nacional de Segurança Pública e Cidadã, principalmente com a implantação do Núcleo de Gestão Integrado (NGI), através da Secretaria Municipal de Segurança Institucional que articula políticas e serviços públicos com o objetivo de minimizar a violência entre os jovens, em particular a homicida.

Ressalta-se aqui que Marabá foi o primeiro município do Estado do Pará a implantar uma Secretaria Municipal de Segurança Institucional, assim como o Núcleo de Gestão integrada, porém ressalta-se que a esta política é influenciada por pensamentos conservadores que pautam principalmente uma militarização do estado com políticas de defesa e segurança altamente burocratizadas e idealizadas não pela prevenção, mas principalmente pela coerção.

O que se deve considerar em Marabá e que ela é uma área de fronteira e tem sua história marcada pela violência e violação de direitos humanos, e está história recente se reproduz no presente. Nesse contexto a Política de Segurança Pública juntamente com a sociedade deve pautar ações de defesa intransigente de direitos humanos e não apenas ações paliativas de cunho coercitivo.

4.4 OLHARES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLENCIA HOMICIDA EM MARABÁ

Diante dos elevados números de homicídios evidenciados na sociedade contemporânea, como retratado nos capítulos anteriores, particulariza-se neste momento a partir da fala dos sujeitos entrevistados na pesquisa de campo, o município de Marabá, considerando a política de segurança pública e o crescimento da violência homicida.

As entrevistas ocorreram com sujeitos que atuam diretamente na gestão da política de segurança pública do município Marabá, como SMSPI (Secretaria Municipal de Segurança Pública Institucional), SPC (Superintendência da Polícia Civil), CRAMA (Centro de Recuperação Agrícola Mariano Antunes), Justiça Federal, assim como em organizações da sociedade civil como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), PJ (Pastoral da Juventude da Igreja Católica) e a ONG Movimento e Ação.

Sobre a SMSPI esta secretaria municipal foi criada em 2011 e esta sob sua responsabilidade alguns órgãos, entre eles: a guarda municipal, agentes de trânsito e os guardas patrimoniais. A proposta dessa secretaria é atuar juntamente com a polícia civil e militar, assim como, junto a outros órgãos para coibir a criminalidade.

O gestor entrevistado foi nomeado para gestor desta secretaria no ano de 2013, além disso, também já esteve na gestão da Superintendência da Polícia Civil

de Marabá pelo período de três anos e integrou o quadro da Polícia Militar como capitão (16 anos), coordenou também o grupo de Combate ao crime Organizado.

Quanto a instituição SPC o entrevistado assumiu o cargo de gestor do órgão em maio de 2013, porém já atua na área de segurança pública no Estado do Pará há cinco anos, desenvolvendo trabalhos nas delegacias do Estado no papel de delegado e também como diretor titular de unidade seccional do município.

O entrevistado relata que a maior dificuldade do trabalho é atender todos os municípios que estão sob jurisdição da SPC, além disso, o contingente de policiais é muito pequeno e não dá conta de atender todas as demandas da população. Ressalta-se que a desativação da Delegacia de Homicídios de Marabá também é um grande problema em decorrência da investigação e elucidação dos crimes cometidos nesse tipo de violência.

Quando solicitado documentos oficiais sobre os índices de homicídios de Marabá para a SPC, o entrevistado indicou a impossibilidade de fornecer material dos anos anteriores a 2013, pois não estava no cargo e, portanto não tem acesso aos documentos, os dados compilados referentes aos meses de maio a agosto de 2013, também não foram fornecidos.

Sobre o CRAMA esta penitenciária foi construída em julho de 1996 e foi projetada para atender a 180 presos, porém hoje sua população carcerária é quase o triplo do número de vagas. O CRAMA atende no sistema fechado, semiaberto e também atende mulheres. O entrevistado é major da polícia militar e esta na gestão da penitenciária a nove meses, porém atua na área de segurança pública há 10 anos.

O Juiz federal entrevistado nesta pesquisa atua na área do trabalho há 12 anos, em 2012 ganhou o prêmio de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e em 2013 ganhou o prêmio “João Canuto”, outorgado pelo MHUD (Movimento Humanos Direitos), que desenvolve uma série de atividades em prol da paz e dos direitos humanos. O Juiz é responsável pela criação do GAETE (Grupo Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Escravo), hoje este grupo atua em dois projetos: “Escravos nem Pensar” e “Monitoramento de Lideranças Ameaçadas de Morte na Região Sudeste do Pará e Sul do Maranhão”.

Sobre a OAB ela tem uma função institucional social designada como defesa da constituição, e de justiça social. O entrevistado é advogado e esta na gestão da

OAB desde o início de 2013, já recebeu alguns prêmios por atuar na defesa dos direitos humanos.

A PJ de Marabá se organiza através de grupos de bases em comunidades da igreja católica. Atualmente em Marabá atua nas periferias diretamente com os jovens que se encontram em vulnerabilidade social e que podem de alguma forma entrar para a criminalidade.

A ONG Movimento e Ação foi criada dentro da Universidade Federal do Pará por um grupo de jovens, este Movimento atua em duas frentes: primeiro dentro da universidade com questões referentes a demandas estudantis e a outra frente atua externo a universidade na articulação e organização de movimentos do campo e da cidade que são atingidos pelos grandes projetos na região, principalmente os mineradores. Estes projetos incidem sobre o território e expulsam as pessoas dos locais de moradia, causando inúmeros problemas, como trabalho escravo e principalmente a violência.

O objetivo desta seção é refletir, a partir dos olhares desses sujeitos sobre a política de segurança pública que Marabá vem implementando diante da situação de violência homicida que vem acometendo o município. Violência está que se faz presente há algum tempo, e que agora compilada em dados e reconhecida pelo Estado chama a atenção da sociedade brasileira, principalmente no que concerne a sua qualificação quando trás as características que se traduz aos homicídios entre os jovens, do sexo masculino e negros.

Desse modo, foram realizadas sete (7) entrevistas: quatro (4) com gestores da área de segurança pública do município e três (3) entrevistas com representantes da sociedade civil. Ressalta-se que os sujeitos dessa pesquisa, contribuíram tanto com as experiências na área da segurança pública, sendo estes gestores que atuam na implementação da política de segurança pública municipal, quanto dos sujeitos que atuam em movimentos locais de enfrentamento de situações de violação de direitos.

Realizou-se com os sujeitos da pesquisa um total de 10 perguntas que tinha por objetivo principal saber sobre a violência homicida e a política de segurança pública no município.

Para isso as questões concerniam na representatividade para o município desses índices de violência homicida entre a população jovem; a mudança para a

região a partir do reconhecimento pelo Estado deste fenômeno; a existência e a articulação de programas, projetos e ações, assim como os investimentos da área de segurança pública no município para o enfrentamento do fenômeno; a existência em Marabá de grupos de extermínio de jovens; e a atuação das polícias (militar, civil, municipal) entre a população jovem.

Durante as entrevistas, quando questionados acerca da existência de programas, projetos e ações municipais na área de segurança pública para o enfrentamento da violência homicida, a maioria dos entrevistados informaram conhecer algum tipo de ação.

As narrativas evidenciam a negação de programas, projetos e ações na área de segurança pública. Observa-se na fala dos entrevistados durante muitas vezes a existência de oscilações, ora os entrevistados dizem não conhecer programas, projetos e ações municipais que atuem no enfrentamento da violência, ora identificam com exemplos algumas ações. Ressalta-se que existe uma confusão na fala, pois não identificam programas, projetos e ações para jovens, como ações da área de segurança pública. Entendem estas ações como restritivas a coerção e repressão.

Um dos entrevistados (OAB) compreende o patrulhamento da cidade e o crescimento da frota de carros da polícia de Marabá como um tópico do programa, projeto e/ou ação municipal da área de segurança pública que faz o enfrentamento da violência.

Chama atenção o depoimento que nega a existência de ações na área de segurança pública no município. O sujeito entrevistado da SPC afirma que não conhece ações municipais, estaduais ou mesmo federais que atuem na área. Segundo ele se existe estas ações, desconhece ou mesmo não as percebe em seu cotidiano, não reflete na sociedade.

Observa-se na fala do sujeito da SPC uma contradição, pois ao mesmo tempo em que afirma desconhecer programas, projetos e ações na área de segurança pública, em outro momento da entrevista indica alguns projetos existentes no bairro da Liberdade e proximidades, localizado na periferia de Marabá realizados pelas comunidades e associações locais.

“A ação municipal eu não conheço [...] o município infelizmente deixa muito a desejar [...] do poder público municipal eu desconheço infelizmente, projeto estadual eu também desconheço, federal também, eu posso até estar desatualizada, eu não sinto, a gente não vê esse reflexo, se tem não reflete, infelizmente” (SPC, 2013).

“O que eu tenho de conhecimento são ações assim da comunidade, isso eu tenho. Já presenciei, presencio. [...] As ações, por exemplo, do bairro da Liberdade, porque engloba todo aquele núcleo ali né, Liberdade, laranjeiras, aquelas invasões do Aurélio, ali são feitos trabalhos nas associações, trabalho para os jovens mesmo, tem escolas de música, ou seja, tira esse jovem da rua, ele já não tem uma estrutura familiar boa, tira da rua e pelo menos evita que esse jovem vá se deparar ali com o crime, que é de onde começa tudo” (SPC, 2013).

É possível perceber também no discurso do entrevistado da PJ esta dissociação entre ações de cunho preventivo a exemplo o Pró-Jovem ou mesmo o Propaz como não sendo ações de enfrentamento da violência.

“Sinceramente para combate à violência na área de segurança pública eu acho que não, aqui em Marabá acho que não temos. Este tipo de programa como o pró-jovem ele não é especificamente de combate a violência, mas é um programa que atende a juventude [...] já ouvi falar naquele Propaz que é do governo estadual” (PJ, 2013).

De acordo com Souza (2008) no livro “Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana” explana que os intelectuais de esquerda não se debruçaram sobre a problemática da segurança pública e com isso houve uma hegemonia do pensamento conservador, mesmo que algumas vezes permeado de um discurso crítico pautado nos direitos humanos.

Nesse contexto, há uma pregação da ideia de militarização da vida social, que redefine papéis e posições. É possível observar no texto de Souza (2008) a legitimidade do “monopólio legítimo da violência” por parte do Estado. Existe em algumas cidades a ação conjunta de traficantes, grupos de extermínio paramilitares que disputam com as instituições estatais o poder e a “defesa da ordem”.

Observa-se a partir disso que existe uma ideia hegemônica conservadora do que seja a segurança pública no Brasil, e esta ideia pode ser visualizada nos discursos dos entrevistados dessa pesquisa quando, ao mesmo tempo em que, afirmam que as ações da segurança pública são coercitivas e repressoras, não compreendem programas, projetos e ações de cunho preventivo como fazendo parte da área.

Embora tenham ocorrido relatos do não conhecimento de ações e projetos para combater a violência em Marabá é notório ressaltar a existência de uma Secretaria Municipal de Segurança Institucional desde o ano de 2011, cujo objetivo é implementar ações conjuntas com outras instituições estatais e não governamentais de prevenção e controle da violência.

A criação desta secretaria esta disposta no Plano Nacional de Segurança Pública e Marabá foi o primeiro município (que não é sede, capital) do Brasil a implantar esta secretaria.

O depoimento do entrevistado da SMSPI afirma que existe um Gabinete de Gestão Integrada dentro da secretaria, no qual os gestores dos órgãos reúnem com a comunidade de bairro, com o objetivo de verificar as necessidades locais e atuarem juntamente para a prevenção de crimes.

Quando o gestor da SMSPI é questionado sobre os tipos de ações realizadas, ele exemplifica com o projeto “Guarda Mirim” que concerne principalmente nos meses de férias escolares, onde crianças e adolescentes ficam sob responsabilidade da Guarda Municipal, assistem vídeos, palestras, brincadeiras focais de cunho preventivo. Para o gestor entrevistado estas ações são “feitas de forma preventiva, dando oportunidade para que aquele jovem não fique ali numa situação em que não tenha nada para fazer, para então beber, drogar, traficar ou enveredar pelo crime” (SMSPI, 2013).

Este tipo de ação é interessante, pois tem um caráter educativo e pode trazer benefícios para as crianças e adolescentes, porém ressalta-se que Marabá por ser um município que apresenta uma das maiores taxas de violência homicida do país, com a predominância entre jovens negros do sexo masculino, como indicou as informações documentais tratadas em discussões anteriores, se faz necessário uma força tarefa entre o governo federal, estadual e municipal para buscar alternativas de controle desse fenômeno.

Alguns autores ratificam a problemática da violência no país, segundo Pochmann, (2004) o conjunto de mortes violentas no Brasil é a primeira causa no total de mortalidade na faixa etária de 5 a 39 anos. As mortes ocasionadas por homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos vêm crescendo a cada ano, conforme atestam diversos estudos realizados no Brasil.

Conforme Pochmann (2004) embora as mortes por homicídios entre os jovens estejam associadas a vários motivos, está associada, sobretudo, ao grau de vulnerabilidade juvenil. Para o autor a desigualdade de renda e oportunidade contribui decisivamente para a produção e reprodução da violência entre os jovens.

Sobre este dado, foi questionado se o reconhecimento pelo Estado brasileiro acerca do elevado número de violência homicida entre a juventude negra tem

provocado mudanças no contexto local, no que concerne ao enfrentamento desse fenômeno.

A maioria dos entrevistados indicou que embora o governo admita esta realidade, propondo políticas com ações voltadas para o enfrentamento dessa questão, não consegue atingir efetivas transformações no município.

Apenas dois dos entrevistados (SMSPI, OAB) acreditam que o reconhecimento desse fenômeno pode trazer mudanças para a região. Quatro dos entrevistados (PJ, Movimento e Ação, PC, Justiça Federal) inferem que este fato não trará diferença para a população local e um dos entrevistados (CRAMA) se contrapõe, ora afirma que pode trazer mudanças para a sociedade, ora nega esta possibilidade.

Nos discursos dos entrevistados que indicam que o reconhecimento pelo Estado da violência não traz mudanças para a localidade destacam-se: a ONG Movimento e Ação:

“Uma coisa é o Estado reconhecer, outra coisa é o Estado fazer, né? O Estado reconheceu que houve excessos no Massacre de Eldorado, por exemplo, em 1996, mas até hoje todos os policiais estão soltos [...]. Então não basta só reconhecer essas coisas o Estado tem que agir mais” (Movimento e Ação, 2013).

Observa-se a partir da entrevista com o representante da ONG Movimento e Ação, que ele desacredita que o Estado fará alguma coisa que minimize o fenômeno da violência em Marabá, o descrédito do entrevistado ocorre principalmente em decorrência de experiências pretéritas vivenciadas na região como exemplo o massacre de Eldorado dos Carajás.

Ressalta-se que o entrevistado apresenta neste momento da entrevista uma visão em que o Estado é detentor de poder e que as políticas públicas não são regionalizadas e financiadas pelo governo Federal.

Outras indicações apontam que: “Não significa nada, nem se dão conta disso, isso não faz parte da pauta pública municipal de Marabá” (Justiça Federal, 2013) e ainda:

“Não adianta você só falar, reconhecer um problema que e responsabilidade sua e você não fazer nada por isso [...] tem é que dar ensino de qualidade, criar políticas públicas para evitar que o jovem negro, branco, pardo, seja quem for, caia na violência” (CRAMA, 2013).

É possível verificar na fala do entrevistado da Justiça federal que ações preventivas não fazem parte do cotidiano, da pauta política de Marabá. Afirma ainda

em outro momento que a preocupação do município esta relacionada principalmente a questão econômica e financeira, a questão da exportação, entre outras coisas.

O entrevistado do CRAMA compreende que o controle da problemática da violência homicida no município ocorrerá quando outras políticas, além da segurança pública, estiverem atuando com eficiência.

No entanto, outras opiniões demonstram acreditar que o reconhecimento do Estado sobre a violência entre os jovens negros, pode gerar mudanças, pois:

“O fato do Estado reconhecer que a violência, o homicídio, é grande, seja na juventude, seja em outras etnias, negros, mestiços, já e uma forma, ele já entende que aquilo ali e uma realidade, então o fato dele reconhecer isso é a forma que ele tem de enfrentar isso” (OAB, 2013).

Desde a Constituição Federal de 1988 o Estado reconheceu a necessidade de implantar uma política de segurança pública voltada para garantia de direitos dos cidadãos. Como já ressaltado anteriormente, é apenas nos anos 2000 que as mudanças parecem se efetivar, a partir da efetivação dos Planos Nacionais de Segurança Pública, principalmente no que concerne aos direitos humanos e à participação da sociedade civil e dos movimentos sociais.

Ressalta-se que o reconhecimento oficial do Estado mediante a realidade brasileira de violência homicida entre os jovens negros, provocou inúmeras ações estatais como a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013, que estava para aprovação há mais de nove anos; a criação do Programa Juventude Viva também é um exemplo disso.

Importante ressaltar que Marabá foi o primeiro município paraense a instituir uma Secretaria de Segurança Pública Municipal, de acordo com o que estabelece o Plano Nacional de Segurança Pública Nacional com Cidadania, esta secretaria municipal atua como Núcleo de Gestão Integrado (NGI) com o objetivo de articular políticas e serviços públicos para minimizar a violência.

Embora o Estado venha realizando ações voltadas para o controle da violência homicida entre a juventude na sociedade brasileira, ainda hoje os índices são elevados e considerados pela OMS como epidemia. Mesmo com a política de segurança pública pautada na garantia de direitos humanos, permanece o enfrentamento da violência por meios repressivos e coercitivos, uma cultura herdada desde os tempos coloniais e intencionada no período ditatorial.

Segundo Almeida (2004) a violência é estrutural, sua origem encontra-se nas desigualdades sociais e interfere diretamente na dinâmica da sociedade, ou

seja, ela é intrínseca a origem da sociedade moderna. A violência é uma das manifestações da questão social.

Sobre esta realidade, todos os entrevistados advertem que a atuação da polícia frente à violência homicida em Marabá é via combate e repressão, como expressa os seguintes depoimentos:

“já tem vários casos de pessoas que foram mortas por milícias, por policiais ou ex-policiais que atuavam aqui na cidade e que eram contratados para matar a juventude, que era envolvida com tráfico de drogas ou que estava envolvida com a criminalidade [...] aqui na região a política mesmo é de bater e descer bala parece que os caras não têm informação de direitos humanos” (PJ, 2013).

“Olha, a atuação da polícia militar é a pior possível. Porque assim [...] na minha visão, não tem nenhum preparo, é um despreparo total. [...] Então, eu acho, que a atuação da polícia militar frente a essa violência é extremamente repressiva, a gente vê casos, que a gente fica abismado, de polícia, por exemplo, trucidando moradores, coloca na viatura, some com a pessoa, some e ninguém sabe onde está, para onde foi. Em Marabá, ocorrem muitos esses casos. E aí infelizmente a mídia abafa estas coisas [...]” (Movimento e Ação, 2013).

As narrativas dos entrevistados das ONGs demonstram que as ações são ainda de cunho repressivos e coercitivos. Estes discursos ratificam a violência vivenciada no município de Marabá frente a atuação da Polícia Militar. Ressalta-se que esta realidade faz parte de muitas cidades brasileiras onde o Estado através do “monopólio estatal da violência” prolifera a violência através dos “bandidos uniformizados”.

Souza (2008) afirma que “aos olhos de muitos moradores de espaços pobres e segregados, algo como “bandido de uniforme e salário”, são ainda mais temidos e odiados que os criminosos a serviço do “capitalismo criminal-informal”” (SOUZA, 2008, p. 145).

Nesse contexto retoma-se Coutinho (2008) para explicar que algumas características prevalecem até hoje na sociedade brasileira, oriundas de um Estado extremamente forte e autoritário advindas desde a sua colonização.

Considerando o debate pautado pela sociedade (ONGS, igrejas, sociedade civil organizada) questionou-se sobre os indicativos da existência de extermínio da população jovem e negra no Brasil, no qual alguns entrevistados demonstraram visões como:

“Eu tenho a compreensão de que os homicídios são grandes, já diminuíram sensivelmente, mas nós ainda não estamos no ponto de extermínio [...] mas se nós continuarmos do jeito que está, mas se ações mais contundentes

não forem adotadas com certeza haveremos de chegar a este ponto” (SMSPI, 2013).

Observa-se na narrativa do entrevistado da SMSPI uma fala pautada em um discurso institucional, que nega a possibilidade de extermínio da população jovem, do sexo masculino e negra, apesar deste mesmo entrevistado considerar as taxas de violência homicida altas, e afirmar que a continuidade deste quadro pode-se chegar ao extremo.

Interessante notar que o entrevistado faz parte da equipe principal de governo municipal e tem voz ativa na tomada de decisões, mesmo assim, não se reconhece como ator do processo e sua fala transparece que as ações são impostas de cima para baixo.

“Não tem uma situação de extermínio, eu acho que tem uma situação de grande preocupação sim, que se nada for feito a população vai ter uma situação não de extermínio, mas aumento da violência, do aumento do marginalismo, vamos dizer assim desenfreado, se nada for feito. Mais eu não vejo uma situação radical de extermínio” (OAB, 2013).

A fala do entrevistado da OAB nega a possibilidade de qualquer tipo de extermínio, e nega também que os índices já estejam elevados quando afirma que estas taxas só aumentarão se nada for feito. Ressalta-se que o entrevistado não levou em consideração as estatísticas reconhecidas pelo Estado brasileiro.

As falas da PJ e da ONG Movimento e Ação reconhecem que a realidade vivenciada pela população jovem, do sexo masculino e negro pode ser considerada como a de extermínio e uma realidade que precisa ser enfrentada:

“[...] A igreja católica a partir da Pastoral da Juventude tem travado muito esse debate do extermínio da população jovem e negra, e isso é muito forte né? Eu acho que isso realmente ocorre. Há um extermínio da população jovem e negra não só no Brasil, mais aqui em Marabá” (Movimento e Ação, 2013).

“Nós fizemos a leitura de que é um extermínio porque a quantidade de casos de mortes de jovens é grande né? E se você for avaliar como é que se dá a política que o Estado tem de segurança é de bater, é de matar a juventude negra que está na periferia, na marginalidade, e aí a gente compreende que é um extermínio” (PJ, 2013).

Acerca do extermínio entre os jovens, importante lembrar que esta situação foi tratada pela presidente Dilma Roulseff em seu pronunciamento em agosto de 2013 quando sancionou o Estatuto da Juventude. Para a presidente uma das coisas em que ela considera mais grave na atualidade é a violência vivenciada por jovens. “É o lado mais perverso” (Roulseff, 2013).

Ressalta-se que esta realidade só foi reconhecida pelo Estado e encontra-se na agenda do governo em função da luta da sociedade civil organizada, assim como ONGs nacionais e internacionais que pressionaram uma posição do governo brasileiro mediante tal situação que vem sendo vivenciada pelos jovens nos Estado e municípios do Brasil.

Diante do elevado número de homicídios entre a população jovem e negra, em cidades como Marabá, situação que lhe coloca entre as cidades brasileiras mais violentas, pergunta-se aos sujeitos da pesquisa, o que esta realidade representa para o município hoje.

“[...] é importante que nós reconheçamos que a gente tem esse problema, mas de uma forma bem ampla, não colocar apenas como uma questão de segurança pública, mas sim uma questão ampla que envolve uma série de ações, seja de plano de governo, mas também, como ações políticas, efetivas que possam diminuir a criminalidade” (SMSPI, 2013).

“A cidade como um todo não trata isso como se fosse prioritário. Então quem sofre mesmo é esta juventude que está aí nas periferias, suas famílias, principalmente quando acontece algo como um assassinato [...]. A violência não é combatida só a partir da violência policial [...] mas ela é combatida também através de políticas públicas como educação e saúde” (PJ, 2013).

“Culpado é o governo, é o governo que não fazem a política pública adequada e não cria escola, não cria creche, não cria ensino, não cria lazer [...] a população nos acusa, acha que a polícia militar, civil e federal são culpadas disso, da violência estar alta, perante a sociedade nós somos vilões” (CRAMA, 2013).

Interessante notar que em todos os depoimentos, a compreensão de que a problemática da violência só terá êxito, se for realizada em ações conjuntas com as mais diversas políticas públicas. As falas mencionam que as ações de enfrentamento da violência homicida no município não devem se limitar apenas a política de segurança pública.

Ressalta-se que os entrevistados apesar de mencionarem ações conjuntas das políticas públicas de forma geral, a fala prioriza principalmente a política educacional, como se esta fosse resolver todos os outros problemas existentes e principalmente minimizar o crescimento da violência homicida.

Importante notar os relatos que sinalizam a equiparação dos altos índices de violência letal que assolam o município de Marabá à barbárie e guerras civis existentes no restante do mundo.

“[...] se você for analisar o mapa da violência você vai ver que o índice de mortes de jovens no Brasil são superiores aos números de mortes dos

países que estão em guerras civis abertas, porque aqui a gente vive um estado de guerra camuflado” (PJ, 2013).

“[...] realmente em 2010 a situação foi muito cruel em Marabá, salve engano em 2010 foi 120 alguma coisa por 100 mil, isso quer dizer que como Marabá tem 250 mil habitantes mataram 300 pessoas em Marabá. Um absurdo é mais de um assassinato por dia, isso é uma barbárie, cena de guerra, é exatamente uma taxa superior a de guerra civil, nem em guerra civil se mata tanto” (Justiça Federal, 2013).

A ideia do entrevistado da PJ e da Justiça Federal, comparando os números de homicídios aos de guerra, é utilizado também nas falas de agentes governamentais, assim como, aparece em documentos oficiais do estado brasileiro e documentos de ONGs ligadas aos direitos humanos.

Esta equiparação dos índices de violência homicida brasileiros aos existentes em países em guerras foi primeiramente utilizada por ONGs para causar impacto no governo e em segundo utilizada pelo próprio Estado para mostrar que esta ciente da problemática e que esta trabalhando para conter tais índices.

Os números de homicídios diários ocorridos em Marabá podem ser considerados como uma grave “questão social” que precisa ser enfrentada pelo Estado. Como se destaca no depoimento a seguir:

“Só para nós termos um exemplo, o primeiro dia que aqui cheguei [...] em uma grande operação em Marabá, houveram 13 homicídios, praticamente das (06) seis horas da tarde até as (02)duas da manhã (13 homicídios). Então, a média de homicídios é variável entre (13) treze e (15) quinze homicídios/dia, aqui no município de Marabá. Agregando com os outros municípios aqui do sudeste do Pará, chega a este número de (30) trinta a (45) quarenta e cinco homicídios por dia” (SMSPI, 2013).

Observa-se no relato do entrevistado da SMSPI que os homicídios ocorreram em uma “grande operação” em um determinado período de tempo (8 horas) onde estavam presentes agentes do Estado. Não fica claro durante a entrevista se as mortes ocorreram por conta da “operação” realizada ou se apenas os agentes foram chamados para fazer os trâmites do ocorrido. Porém infere-se que as estatísticas desse determinado dia foram oriundas de operações policiais em combate ao tráfico de drogas.

A média de homicídios diários ocorridos em Marabá, declarada pelo entrevistado da SMSPI, pode ser considerada sim, como parte de um cotidiano que vivencia a barbárie. No início desta seção, quando o este entrevistado nega a

existência de extermínio da população jovem e negra, há um contraponto, quando se considera os índices cotidianos vivenciados em Marabá.

O representante da OAB faz um aparato geral identificando os crimes que ocorrem em Marabá: as estatísticas mostram que a grande questão é: “o que temos aqui é roubo por mão armada, homicídios, latrocínios, e a questão da violência banal, da violência por disputa às vezes de drogas, por conta de relações familiares, é uma violência realmente crescente” [...] (OAB, 2013).

Segundo Souza (2008):

[...] “a segurança pública” é, exemplarmente no Brasil, e de um modo insólito, dividida e disputada, de modo variável no tempo e no espaço, entre a polícia (e eventualmente também as forças armadas), traficantes armados, grupos de extermínios (“milícias” paramilitares) e vigilantes privados. E a concorrência não se dá, insista-se, no plano puramente coercitivo, mas também no da legitimidade. Tanto agentes operando na legalidade [...] como outros operando na ilegalidade (traficante de drogas e “milícias” paramilitares) geralmente aspiram a fundar o exercício do seu poder tanto na força bruta quanto no consentimento (SOUZA, 2008, p.145-146).

Aponta-se a reflexão de Neto (2010) onde retrata que o capitalismo contemporâneo esgotou as alternativas civilizatórias na contemporaneidade e isto se manifesta na barbárie da sociedade atual.

Além disso, alguns entrevistados como a ONG Movimento e Ação e a Instituição Governamental SPC indicam que os índices de violência homicida da cidade de Marabá criam sobre o município uma visão negativa, propagando a cidade como extremamente violenta conhecida por muitos como “cidade sem lei”.

“É infelizmente para o município não é uma boa representação, não é bom para o município isso, porque aqui a gente acaba sendo taxado como um município violento que não se cumpre lei, uma cidade sem lei, mas não é bem assim” (SPC, 2013).

Esta realidade não é apenas do município de Marabá, mas de vários outros municípios que tiveram crescimento e urbanização acelerados. As ideias de Adorno e Dias (2014) sinalizam que a violência está se espalhando e atinge as pequenas e médias cidades. Ela esta nos mais variados lugares, tornou-se global.

No enfrentamento deste fenômeno, algumas das ações apontadas pelos entrevistados como as mais eficientes e eficazes no município foram principalmente aquelas de cunho preventivo, a exemplo das ações indicadas pelos entrevistados tem-se: PROPAZ, PROERD, levantamento da realidade carcerária:

“Nós temos no Estado um programa que tem na capital e vai ser implantado aqui, ainda não foi, que é o PROPAZ [...]. É um programa muito bom, eficiente e eficaz [...] você já consegue uma solução, pelo menos uma prevenção através do PROPAZ” (SPC, 2013).

“Um programa de combate ao uso de drogas que eles faziam em reuniões nas escolas, então assim, foi a única política diferente que eu vi aqui [...] foi a única política que eu percebi que realmente dá algum resultado, que realmente vai ser importante para a sociedade, principalmente com os adolescentes que estão na escola”⁴⁸(PJ, 2013).

Observa-se nos depoimentos que as ações apontadas como eficientes, são ações de cunho preventivo. Ressalta-se que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania articula políticas de segurança com ações sociais e prioriza a prevenção juntamente com estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Este modelo de articulação das políticas públicas é realizado pela Secretaria de Segurança Pública Institucional de Marabá, que trabalha na junção de vários órgãos, na busca de soluções para o problema da violência entre os jovens no município.

Observa-se também na fala do representante da SMSPI que ações de cunho repressivo são consideradas como eficazes. Esta fala reproduz a ideologia governamental, como exposto:

“Penso que a prevenção é o carro chefe de qualquer ação, esta é a realidade, então nós temos que estar com a polícia de forma ostensiva, sendo visualizada com o objetivo de impedir que o jovem, ou qualquer outra pessoa, cometa um delito. Então o aspecto da prevenção para mim é o mais importante e é isso que nós procuramos fazer” (SMSPI 2013).

Observa-se nesse relato que as ações denominadas de prevenção, são compreendidas como ações coercitivas para inibir a ocorrência do crime. A ideia de prevenção confunde-se na ideia de coibir a violência e isso se dá a partir de ostensivo número de policiais nas ruas. O Estado dissemina a ideia de enfrentamento da violência urbana de forma militarizada. Existe uma cultura arcaica coercitiva e repressiva na sociedade advinda das relações socioeconômicas e culturais no qual o Brasil foi colonizado.

No decorrer das entrevistas, o olhar dos entrevistados expressou compreensões que traziam o papel sócio-histórico desempenhado pela cidade,

⁴⁸ O entrevistado da Pastoral da Juventude refere-se ao PROERD - O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência criado pela Professora Ruth Rich, em conjunto com o Departamento de Polícia da cidade de Los Angeles, EUA, em 1989. O programa tem adaptação para a realidade brasileira e é realizado nas escolas públicas por policiais militares.

assim como o processo migratório, além disso, os depoimentos indicaram que o processo migratório desarticulado de infraestrutura e serviços sociais causa graves problemas na área social.

“Marabá tradicionalmente é uma região de conflito, desde sua fundação histórica, ela foi uma região que teve muito homicídio [...] é uma cidade que atrai muita gente de fora, aqui na verdade, é uma verdadeira mistura de brasileiros. Aqui nós temos pessoas do norte, do sul, do sudeste, temos uma população geral de todas as regiões. Então muitas vezes, as pessoas vêm para cá em busca de melhores condições de vida, esperança de trabalho. E isso acaba gerando muitos conflitos, conflitos regionais inclusive, a questão da terra, a questão do emprego, a questão da educação, a questão da saúde, tudo isso gera este conflito” (OAB, 2013).

Retomando as ideias de Silva (2006) o processo migratório para o sudeste do Pará nas décadas de 1970 e 1980 foi acelerado em decorrência da implantação de infra-estrutura pelo governo, assim como a construção de programas de colonização e ocorreu em meio às transformações de grande impacto na realidade local.

Nesse contexto, é perceptível o processo de migração em Marabá, que ocorreu principalmente enquanto política de Estado, como retratado em seção anterior, assim como, a geração de conflitos em decorrência da falta de infraestrutura básica aos migrantes e principalmente pela posse da terra, considerando a política de Estado que se efetivava na época.

Estes fluxos migratórios na região amazônica são processos históricos, vêm antes até da exploração da borracha. Segundo Sá e Nascimento (2012, p.205-206), “o resultado do intenso fluxo migratório para a região amazônica produziu consequências de várias ordens, refletindo especialmente no crescimento das cidades”. Vale ressaltar que o processo migratório na região amazônica foi incentivado pelo próprio Estado, usava-se inclusive o slogan “homens sem terra para terras sem homem” para atrair homens disponíveis ao trabalho.

Os acordos definidos pelo Estado brasileiro aos indivíduos que viessem para a Amazônia, não foram cumpridos, o que traz consequências graves até os dias atuais.

Destaca-se que não é a migração que gera o conflito, mas as desigualdades sociais geradas pelas contradições do capitalismo, retoma-se a análise de Neto (2010) onde retrata que o desenvolvimento capitalista e seus diferentes estágios produzem as manifestações da “questão social”.

Outros sujeitos sinalizam para uma mudança no modelo migratório, que antes era feito por famílias, e atualmente é realizado por pessoas jovens, do sexo masculino, que chegam ao município em busca de melhores condições de vida.

“Se a gente for analisar a migração que acontecia anterior à década 70, vamos dizer assim, quando foi povoada esta região, a migração era feita principalmente pelas famílias e atualmente você vê um processo migratório diferente, a juventude que vem de outros estados pra cá, para buscar melhores condições de vida para suas famílias, muitas vezes são expulsos da cidade de onde eles vieram. Então assim, Marabá tem uma grande população jovem, [...], então se existe um grande índice de violência, principalmente mortes, você está lidando com um problema que compromete a dinâmica da cidade [...]” (PJ, 2013).

O discurso do entrevistado da PJ diz que houve mudanças no processo de migração, que anteriormente era feito por famílias e hoje principalmente por jovens. Este discurso traz uma visão romântica do processo migratório realizada na Amazônia. A busca pelos migrantes sempre foi de trabalho e estes sempre se deram através da exploração de recursos naturais da região, primeiramente através da castanha e depois através da borracha e assim pó diante. O processo migratório sempre foi caracterizado por acirrados processos de exploração do trabalhador.

As discussões tratadas por Nascimento (2009, p.43) apontam que as intervenções governamentais presentes nos últimos trinta anos na região através de planos, programas e projetos, abrem frentes de exploração de recursos naturais traduzindo-se em mudanças e intensas migrações para a Amazônia.

A cidade de Marabá é um pólo atrativo de jovens em busca de melhores condições de vida, em decorrência de empresas multinacionais inseridas nessa região, a exemplo da Vale. Recorre-se às análises de Leal (2010), sobre a Amazônia quando retrata a capacidade produtiva com grandes perspectivas de desenvolvimento, porém ao mesmo tempo o acirramento das mazelas sociais e as várias manifestações da “questão social”.

É possível identificar nos relatos dos entrevistados que as pessoas que chegam à cidade em busca de trabalho contribuem para o aumento da ingestão de álcool e outras drogas e, por conseguinte, da violência e criminalidade:

“[...] porque aqui nós temos muitas pessoas que vem do Piauí, do Maranhão, do Tocantins, então era uma camada muito pobre, uma mão de obra mal preparada elas chegam aqui nessa região com uma perspectiva de emprego, muitas vezes não encontram e ficam por aqui isso acaba gerando o problema da moradia, da ocupação desordenada, acaba gerando a questão das drogas e quando eu digo droga eu falo drogas ilícitas e

lícitas, o álcool ele também tem uma influência muito grande na população mais pobre e isso acaba gerando este conflito” (OAB, 2013).

O conteúdo da fala do representante da OAB esta imbuído por um processo discriminatório existente até hoje aos migrantes nordestinos, que sempre foram vistos de forma inferiorizada aos migrantes do sul e sudeste do Brasil.

Os nordestinos eram reconhecidos por terem mão de obra desqualificada, assim sendo desempenhavam atividades em trabalhos mais precarizado, a lês também eram dados estereótipos de beberrões entre outras características que os desqualificavam. O mesmo processo de estereotipo passava os migrantes da própria região amazônica que eram vistos como preguiçosos, e sua cultura era vista como pobre e primitiva. Aos migrantes do sudeste eram dados os melhores trabalhos e a eles cabia o papel de profissionalizar a mão de obra que vinha para a Amazônia.

Nesse contexto Silva (2006) trata sobre a construção de estereótipos discriminatórios, com conteúdos pejorativos e representações irônicas e desiguais entre os grupos regionais de migrantes. Há uma condição de subalternidade enraizada entre norte/nordeste e sul/sudeste.

Segundo os autores Mathis e Mathis (2012), a preocupação do poder público municipal não se limita apenas à quantidade de migrantes na região, mas ao perfil desse sujeito (sexo masculino, vem sozinho em busca de trabalho) que pode levar a perda de laços afetivos e vínculos familiares, este isolamento induz ao consumo de álcool e outras drogas potencializando a violência de modo geral.

Esta característica (perfil do sujeito) estava, de modo geral, relacionada ao migrante, e não a determinado grupo específico de nordestinos ou nortistas. E isto se dava em decorrência da situação em que vivia este homem quando vinha para a Amazônia.

Os entrevistados expressam compreensões acerca da relação do desenvolvimento da cidade aliada aos grandes projetos e à expropriação da riqueza da população local, situação evidenciada por Leal (2010) quando se refere à consolidação do capitalismo e o controle sobre os recursos naturais existentes, definindo a posição da Amazônia na divisão internacional do Trabalho.

Alguns dos entrevistados declaram que a implantação dos grandes projetos não foi acompanhada de políticas públicas, sociais e infraestrutura como: hospitais,

escolas, creches, moradias, trabalho para a população, causando conflitos e violência:

“A vinda destes grandes projetos para cá, para a nossa região, ele demanda a vinda de muita gente, que vem em busca de trabalho, em busca de melhores condições de vida, e quando chega aqui, encontra pouca estrutura, aí surgem as ocupações urbanas [...] São as pessoas que vem em busca desses grandes projetos” (Movimento e Ação, 2013).

A infra-estrutura disponibilizada para a migração concerne no que beneficia o grande capital, principalmente para o abastecimento e escoamento da produção, não havia a preocupação com infra-estrutura básica para beneficiar e melhorar a qualidade de vida da população residente na área.

Observa-se no relato do entrevistado da PJ a compreensão do modelo de desenvolvimento implantado na região. A questão da riqueza da região não ser revestida em benefícios para a população da localidade é clara para o entrevistado, quando ele compara o valor do PIB regional à qualidade de vida da população local.

“[...] eu tenho uma vaga impressão, de que parte da responsabilidade, além da questão social, da miséria, do desenvolvimento econômico, da desigualdade, e essa questão do desenvolvimento lá conspira a favor, porque o desenvolvimento lá é superior à taxa nacional, o PIB cresce mais, então tem riqueza, só não está sendo dividido, redistribuído, de forma que essa violência chegue nisso [...]”(PJ, 2013).

Os lucros da extração de minério não são revertidos em benefícios sociais para a população local, ratificando os dados do Mapa da exclusão Social 2012. Sá e Nascimento (2012, p.202) exprimem que: “os processos de transformação, pelas empresas multinacionais, de matérias-primas não revertem em dividendos para a população local, ao contrário, tem como consequência expropriação, aculturação e pauperização”.

Ressalta-se que a Vale publicou o seu relatório de sustentabilidade⁴⁹, no qual declarou um recurso de R\$26,9 milhões gastos em projetos sociais nas proximidades de suas instalações. Os recursos disponibilizados pela Vale dividem-se nas seguintes áreas: educação (25%), estação conhecimento (20%), esporte e lazer (19%), cultura (16%) e saúde (11%), entre outros.

O modelo de desenvolvimento regional existente na cidade de Marabá apresenta inúmeras contradições, ao mesmo tempo em que a implantação de projetos de extração mineral apresenta possibilidades de riqueza, trabalho e renda,

⁴⁹ <http://www.vale.com/PT/aboutvale/sustainability/links/LinksDownloadsDocuments/relatorio-de-sustentabilidade-2013>

atraindo centenas de pessoas para a região, atrelado a isso, surgem problemas sociais e econômicos.

Nesse contexto, enfatiza-se que a “questão social” é intrínseca à sociedade capitalista, é determinada pela relação capital x trabalho. A “questão social” não é transitória, ela é constitutiva e inerente ao sistema capitalista. O modelo de desenvolvimento da cidade de Marabá está inserido nessa lógica de acumulação do capital, e expressa as desigualdades sociais, assim como a “face contemporânea da barbárie” explicitada por Neto (2010).

Para Neto (2010) as desigualdades e privações são decorrentes da escassez produzida socialmente, resultado da contradição das forças produtivas e das relações sociais de produção. A questão social é exclusiva das relações de sociabilidade que se encontram sob o comando do capital.

Um dos entrevistados afirma que a questão de investimentos em políticas sociais não é prioridade no município, não faz parte da agenda local. A prioridade municipal são investimentos para desenvolvimento econômico.

“Não tem projeto, programa, acho que porque isso não é tema da agenda local. As pessoas estão preocupadas com outras questões em Marabá, estão preocupadas com a crise do setor siderúrgico, que gerou desempregos, estão preocupadas com a questão de saneamento, drenagem. Parece que é isso, com infraestrutura. A questão social me parece uma agenda pobre. Não significa nada, nem se dão conta disso, isso não faz parte da pauta pública municipal de Marabá” (Justiça Federal, 2013).

Os entrevistados apontam a importância de investimentos em políticas públicas sociais para o enfrentamento da violência homicida no município. Alguns deles compreendem o aparato policial como um mecanismo apenas repressivo, afirmam que não é o papel da segurança pública ações de prevenção.

Ressalta-se que o Pronasci é uma política transversal, que demanda intervenção de várias áreas do poder público, de maneira integrada, não apenas com repressão, mas principalmente através de programas preventivos.

O exemplo disso, o município de Marabá aderiu ao plano do governo federal Juventude Vida em 2014 que pauta-se em ações de prevenção que visam a redução de situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia; da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio; e do

aprimoramento da atuação do Estado por meio do enfrentamento ao racismo institucional e da sensibilização de agentes públicos para o problema.

“A gente não para de se perguntar isso. E até porque a forma como a polícia está estruturada também, a polícia é um mecanismo só repressivo, o Estado tem que atuar em outras frentes: políticas públicas. A polícia já é uma instância repressiva mesmo, para punir quem cometeu crimes. Eu acho que sei lá, nem está ao alcance dela, esse mecanismo de você atuar na prevenção, nas políticas públicas para que o Brasil não crie tantos marginais (né?)” (Movimento e Ação, 2013).

Observa-se na fala do entrevistado da ONG Movimento e Ação uma compreensão restrita do papel da polícia, este apenas como repressivo. Segundo o entrevistado o papel de prevenção deve ser desempenhado por outras políticas públicas e sociais. Este discurso é difundido pela própria polícia que não entende o seu papel na nova política de segurança pública definido desde os anos 2000.

“[...] não há uma ação específica para jovens e negros como eu lhe falei até porque isto não faz parte do trabalho das polícias. É como eu lhe falei a população em geral acha que a violência é responsabilidade da polícia, não é! Nunca foi responsabilidade da polícia. Claro que a omissão da polícia pode fazer aumentar, mas com certeza ela não vai fazer diminuir extremamente [...]. Se você colocar um policial civil e militar em cada esquina não vai resolver o problema da violência [...]” (CRAMA, 2013).

Interessante notar que nem os próprios gestores que estão a frente da efetivação da política de segurança pública no município de Marabá não compreendem o papel que deve ser desempenhado pela polícia na atualidade. O entrevistado do CRAMA afirma que: “violência não é, e nem nunca foi responsabilidade da polícia”.

O entrevistado da OAB indica que o Estado só conterá os altos índices de violência por meio de políticas públicas sociais. Em sua fala durante toda a entrevista ele ressalta a importância de se cumprir o que está na Constituição de 1988, principalmente no que é definido pelo artigo quinto que trata dos direitos individuais e coletivos. O entrevistado enfatiza, assim como outros sujeitos da pesquisa a importância da educação no processo de contenção da problemática da violência. A política social de educação é vista pelos entrevistados como “símbolo maior da erradicação dos problemas sociais”, com esta ideia deixam de lado a compreensão do cerne do capitalismo.

Diante do discurso dos entrevistados da falta de políticas sociais municipais, e que por isso os índices de violência são altos. Informa-se que o município de Marabá contém equipamentos sociais e disponibiliza serviços sociais na rede de atendimento público. Estas compreensões permitem retomar as ideias de Montaño e Durigueto (2011) sobre as funções do Estado que assume a criação de infraestrutura para garantir a produção; a integração das classes, a produção e reprodução do capital e a legitimação da ordem, para isso é necessário garantir o bens básicos para a população.

Destaca-se na área educacional, segundo a Secretaria Estadual de Educação que Marabá possui 21 escolas estaduais, onde em 2012 foram realizadas 12.522 matrículas. Existem dois programas ofertados pela Secretaria de Educação do Estado às escolas estaduais: Fundo rotativo é um recurso para manutenção de despesas relacionadas com a atividade educacional (a prestação de contas compete ao diretor da escola) e o Programa Escola de Portas Abertas, que visa contribuir para melhoria da qualidade da educação pública, abrindo as escolas nos finais de semana para atividades de educação, lazer, cultura e esporte (a prestação de contas compete ao conselho escolar).

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2013, a rede municipal continha 222 escolas e núcleos de Educação Infantil, e 69 escolas municipais do 1º ao 9º ano e Educação de Jovens e Adultos.

No que se refere à educação profissional e superior, o município possui duas universidades (Universidade Federal do Pará e a Universidade do Estado do Pará), além do Instituto Federal do Pará e do SENAI, também presente na região.

O município de Marabá é considerado de médio porte pela PNAS⁵⁰ (Política Nacional de Assistência Social), assim ele precisa ofertar minimamente serviços sociais para atender a população.

De acordo com o MDS (Ministério de Desenvolvimento Social), o município de Marabá hoje possui 3 (três) CRAS⁵¹ (Centro de Referência de Assistência Social),

⁵⁰ PNAS_ Política Nacional de Assistência Social trabalha junto com outras políticas setoriais, considera as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, a garantia dos mínimos sociais ao provimento de condições para atender a sociedade e a universalização dos direitos sociais. O público dessa política são os cidadãos que se encontram em situação de risco. Em : Disponível em: <http://www.mds.gov.br>

⁵¹ Em junho de 2014 foi inaugurado mais um CRAS, totalizando quatro CRAS em Marabá, porém a informação ainda não consta no sistema de informação do Ministério de Desenvolvimento Social.

1 (um) CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), 1 (um) PAEFE (Serviço de Atenção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos) e 1 (uma) equipe de abordagem social.

Os recursos disponibilizados via governo federal para apoio a gestão do SUAS⁵² (Sistema Único de Assistência Social) em 2014 foi de 46.403,80 reais (primeiro semestre de 2014).

Foram beneficiadas pelo programa bolsa família em Marabá no primeiro semestre de 2014, um total de 19.827 famílias, o que equivale a um valor de R\$17.577,554.

Diante desses números observa-se que o município de Marabá possui em sua infraestrutura sócio-assistencial a rede básica de atendimento a população em geral. Importante retomar aqui como esta ocorrendo a gestão de recursos e infraestrutura estatal para garantir os bens mínimos necessários a população local.

O entrevistado da Justiça Federal ressalta que a grande problemática existente no município, que faz com que o trabalho não se estruture é a descontinuidade de profissionais no serviço público federal. A entrada e saída de pessoas é uma constante, grande problemática hoje para a continuidade nos serviços prestados à população. Segundo o entrevistado, o processo de entrada e saída de pessoas na região não está restrito apenas às empresas privadas ligadas ao extrativismo mineral e vegetal, ela também se apresenta no serviço público.

“Quando se fala em Marabá tem que se falar regionalmente porque ela é uma cidade pólo [...]. O aparato federal lá é transitório, as pessoas entram no serviço público e já pensam numa forma de escapar, então isso cria certa disfuncionalidade, esse aparelho, esse sistema, especialmente do sistema de justiça, aí eu envolvo polícia, o judiciário e o Ministério Público” (Justiça Federal, 2013).

Outro problema identificado na fala de um dos entrevistados é a afirmação da desarticulação das políticas públicas e sociais no município, não existe uma integração das mesmas, pois os órgãos atuam de forma isolada.

“Se você não tiver um investimento mesmo, aqui em Marabá, se não tiver toda uma interligação entre a polícia, o poder público, entre o Ministério

⁵² SUAS_ Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social.

Público e o judiciário, a gente não consegue. É mentira de quem fala que a polícia trabalha sozinha, ninguém trabalha sozinho. Nós temos que estar todo mundo junto para poder melhorar isso, cada um tem que fazer sua parte, se cada um fizer sua parte, a gente pode diminuir muito estes índices, mas infelizmente, da forma como caminha, a gente não vê um resultado” (SPC, 2013).

Infere-se da fala do entrevistado da SPC que hoje a articulação entre as instituições governamentais não exista e por isso que os índices não diminuem. Este discurso contradiz a fala do entrevistado da SMSPI quando indica o Centro Integrado de Gestão como órgão articulador de ações governamentais no município. A fala do entrevistado da justiça federal compartilha da mesma opinião quando trata sobre a desarticulação entre as instituições.

O entrevistado da Justiça Federal declara que os órgãos públicos trabalham desarticulados, como se as coisas acontecessem por geração espontânea, o que dificulta e muito o trabalho das instituições, pois elas não se comunicam, trabalham de forma solitária. Segundo o entrevistado se as ações fossem articuladas poderia aumentar a eficiência e a eficácia dos órgãos governamentais no município de Marabá.

As falas dos sujeitos da pesquisa contrapõem-se ao que está descrito na Política Nacional de Segurança Pública e principalmente no que é informado pela prefeitura municipal sobre a articulação dos serviços públicos com o objetivo de minimizar a violência no município. Infere-se a partir das falas que as ações realizadas pelo estado no município são tímidas, ou não tem visibilidade pública.

Observa-se no relato de um dos entrevistados a afirmativa de que o município de Marabá está impedido de receber recursos federais e estaduais para implantação de programas e projetos em nível federal em decorrência de restrições municipais por prestação de contas. O discurso pauta-se na existência de um confronto políticos no município entre a gestão atual e a gestão anterior.

“É aqui tem uma questão política [...] para que estes projetos sejam liberados o município precisa não estar com o seu nome sujo, porém a gestão anterior deixou alguns problemas, algumas mazelas, no âmbito de prefeitura com restrições no nome da prefeitura. Então, hoje nós estamos impedidos de receber verbas seja do governo federal, seja do governo estadual, além da dívida pretérita do governo anterior [...]. Isso acaba engessando um pouco a coisa pública. Vários projetos já foram idealizados por nós, com base no governo federal, o que eles propuseram nós fizemos, cadastramos, mas não recebemos estes recursos em decorrência disso. Mas creio que esta situação está se resolvendo, muitas dessas restrições já foram retiradas e haveremos dentro, em breve, estaremos implementando” (SMSPI, 2013).

Sobre esta afirmativa verificou-se que em 2012 a Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, por intermédio do Departamento de Políticas Programas e Projetos, publicou o edital de seleção para os municípios, estados e Distrito Federal apresentassem propostas para execução conjunta dos projetos Mulheres da Paz e Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO no âmbito do Pronasci.

O município de Marabá habilitou sua proposta, porém em decorrência da não apresentação de documentos, como exemplo, propostas de cotação para os itens do termo de referência, o município foi desabilitado, não podendo receber os recursos disponibilizados pelo governo federal para a implantação dos projetos, de acordo com o edital por falta de documentação.

Observa-se na fala anterior a contradição nas informações prestadas, pois em um primeiro momento retrata a falta de recursos por questões políticas, de dívida do governo anterior, porém em documentos oficiais federais a afirmativa é de que a cidade não foi contemplada com recursos por falta de entrega de documentos, que não dizia respeito a prestação de contas de projetos anteriores.

O entrevistado da OAB e o entrevistado da SPC compreendem as forças de segurança pública com caráter inibidor e coercitivo, podem conter a violência, porém são insuficientes. Eles afirmam que as estruturas policiais do município de Marabá, como a polícia civil, a polícia militar, a guarda municipal, não têm contingente suficiente para dar conta da violência na cidade.

O contingente de policiais, assim como o número de vagas em presídios, sempre será insuficiente para “conter” a criminalidade. A resolução do problema da segurança pública não ocorre apenas em decorrência do quantitativo de policiais nas ruas, essa relação se dá a partir da qualidade dos agentes, assim como uma política de segurança pública diferenciada, pautada na defesa dos direitos humanos e na cidadania como esta precedida no Plano Nacional de Segurança Pública Cidadã, concomitante à efetivação de outras políticas públicas e sociais.

Para Souza (2008)

[...] segurança pública não deve e nem precisa ser reduzida a um “caso de polícia”, seja em sentido apenas repressivo, seja, mais arejadamente, em sentido “preventivo”. Segurança pública é a segurança do público – isto é, em uma acepção simultaneamente ampla e rigorosa, a segurança da coletividade, dos cidadãos -, seja em espaços públicos, seja em espaços privados de residência ou trabalho (SOUZA, 2008, p.150).

Quanto às formas de ação das polícias civil e militar alguns entrevistados da pesquisa compreendem que elas são insuficientes referenciando o tamanho do município. Entendem que as polícias são despreparadas, principalmente quanto à abordagem aos jovens, entendem que o papel desses órgãos não são de ações de prevenção e sim de repressão.

“Eu vejo a polícia federal, militar, civil, ela nunca está para defender a população, estar a favor da vida, então eu acho que ela está muito mais a favor da morte, eles representam uma violência muito maior do que a própria violência que existe na sociedade” (PJ, 2013).

A narrativa do entrevistado da PJ demonstra o sentimento da população de modo geral, no que concerne a compreensão do papel da polícia. Principalmente em bairros mais pobres este sentimento de medo da polícia faz parte do cotidiano das pessoas.

No discurso de um dos entrevistados a polícia entra em ação no enfrentamento à violência quando o Estado por meio das políticas públicas e sociais não consegue ser eficaz. Observa-se um discurso tendencioso a culpabilização dos entes privados (família), assim como, públicos (escola, igreja) pelo aumento da violência. Interessante notar na fala do entrevistado a percepção da política de segurança pública equiparando-se a uma engrenagem com outras políticas para obtenção do melhor resultado.

“O Estado erra, a escola erra, a família erra, a igreja erra. Quando todo mundo errou, sobra a polícia, que é para tirar de lá e jogar aqui dentro, ai não dá a polícia faz tudo, não existe isso. Então, para nós, a população nos acusa, acha que a polícia militar, civil e federal são culpadas disso, da violência esta alta, perante a sociedade nós somos os vilões, para nós não, isso representa uma falta de apoio, de poder, de não conseguir sozinho acabar com isso, não é fracasso, a gente não se sente fracassado, como se não tivesse o apoio das políticas públicas, justamente. Porque segurança pública, num curso que nós fizemos, na verdade é como se fosse uma engrenagem, tudo se encaixa, tem que girar harmonicamente, se não funcionar assim, não adianta que não vai baixar a violência nunca. A polícia militar impede em alguns locais, mas ela não consegue barrar a violência” (CRAMA, 2013).

Segundo Souza (2008) a segurança pública deve atuar articulada com outras políticas e estratégias de desenvolvimento sócio-espacial, conectada ao planejamento e gestão urbanas.

Nas entrevistas realizadas emergiu a questão dos “extermínios” na cidade de Marabá. Segundo os entrevistados a própria população local indica os grupos de

quem mata e de quem morre na região. Dizem que é cultural. A frase célebre entre as pessoas é “Bandido não se cria em Marabá”.

Esta frase é uma suma em alguns municípios paraenses, que tem sua trajetória marcada pela barbárie, e pelo desrespeito aos direitos humanos. Marabá é uma dessas cidades onde há a banalização da vida.

Revelou-se durante as entrevistas a existência de grupos de extermínio na cidade. Interessante enfatizar na fala do entrevistado da SMSM que o próprio Estado e conhecedor desse tipo de ação de desrespeito total aos direitos humanos no município, porém não assume a responsabilidade de coibir este tipo de situação.

“[...] Foi feito um levantamento e passamos para a cúpula do Estado e até hoje esperamos aqui uma ação efetiva sobre esse grupo que age. Alguns foram identificados inclusive, e esperamos uma ação, para estas pessoas serem presas [...]” (SMSPI, 2013).

Souza (2008, P.145) afirma que: “a “segurança pública” é, exemplarmente no Brasil, e de um modo insólito, dividida e disputada, de modo variável no tempo e no espaço, entre a polícia, traficantes armados, grupos de extermínio e vigilantes privados”. O autor discute que estes grupos disputam com o Estado o controle social através da coerção e “defesa da ordem” tentam “legitimar” suas ações a partir da aceitação social.

Os entrevistados indicam os grupos: milícias formadas por policiais e ex-policiais, grupos de comerciantes que desejam acabar com a bandidagem, grupos ligados a questão rural, posse de terras, além disso, segundo um dos entrevistados existe o crime por encomenda, ou seja, pessoas que cobram para executar alguém.

“Mas há a crença popular de que na região a pistolagem é antiga já, talvez, hoje em declínio, mas ainda existe” (Justiça Federal, 2013).

“Aqui em Marabá e em regiões, tem um grupo de extermínio que agiu ou age aqui na região, então são pessoas que recebem dinheiro para fazer execuções, por vários motivos, sejam grandes comerciantes que tem o viciado que está praticando pequenos furtos ao seu estabelecimento ou aos seus clientes, então ele opta por mandar matar, para essa pessoa não estar incomodando o seu comércio, seja o grande fazendeiro que tem sua terra invadida e que acaba criando um desafeto ou líder daqueles invasores, então, para ele a pena capital é o ideal, então ele é executado, então, são várias vertentes deste lado, mas aqui é muito extenso, na região sul e sudeste do Pará, então há grupos de extermínio por vários motivos” (SMSPI, 2013).

O que se infere da fala anterior é que o crime por encomenda é uma questão histórica, hoje se encontra em declínio no município, mas ainda está muito presente

no dia a dia da cidade: [...] Isso é uma questão muito sensível, a questão que me chegou, é que ele chamou a polícia federal para combater os grupos de extermínio dentro da própria polícia [...] (Justiça Federal, 2013).

Interessante ressaltar a naturalidade das falas dos entrevistados ao retratarem as situações de violência que ocorrem cotidianamente no município de Marabá.

A fala do entrevistado da ONG Movimento e Ação demonstra a existência de ações cotidianas realizadas por pessoas que representam o Estado. Souza (2008) trás esta discussão quando trata sobre a legitimidade do “monopólio da violência” pelo próprio Estado. Este tipo de ação sempre foi exposto a questionamentos éticos políticos.

“Há casos, de pessoas que são executadas, os próprios assaltantes, os próprios presos. Porque, qual é a justificativa que a grande mídia coloca, sempre que há uma coisa dessas, o alto de resistência, mas nunca se viu a polícia matar tanto por alto de resistência, nunca se viu tanto a polícia ter que assassinar tanto por esse motivo (né?). Toda vez que acontece um caso, em que a polícia mata alguém, se justifica como alto de resistência, o cara tava armado, o cara reagiu, mas muitas vezes a gente sabe que não é isso, aí também o clima do medo impera, muita gente tem medo de falar” (Movimento e Ação, 2013).

O entrevistado da Justiça Federal afirma que a polícia militar da região esta nas mãos de uma elite retrógrada, com características coronelistas e que são responsáveis pelos crimes de mandos.

Ressalta-se que a segurança pública no Brasil, em decorrência de sua história, principalmente no período ditatorial, sempre foi pensada e executada por grupos conservadores, então a realidade da segurança pública em Marabá é apenas o reflexo de uma política hegemônica do pensamento conservador.

“Eu procurei uma certa aproximação com o aparelho policial, com a polícia militar em especial, a polícia militar na região ela foi abandonada, ela está nos braços de uma elite local, de uma elite, não que a elite não seja boa, mas tem uma parte da elite que é retrógrada, elite do coronelismo, dos crimes de mandos e tudo mais. Eu comecei a reverter algumas indenizações para entrar com recurso para o aparelho policial, para a independência do aparelho policial” (Justiça Federal, 2013).

A fala do entrevistado da Superintendência da Polícia Civil demonstra um pesar em reconhecer a existência desses grupos no município, e afirma que nem poderia estar dizendo isso. Ressalta-se que a entrevistada faz parte do alto escalão dos gestores da política de segurança pública municipal, mesmo assim, sua fala

transparece a sensação de que não pode fazer nada para inibir a situação apresentada.

Neste sentido pode-se observar na fala do Entrevistado da SMSPI e do entrevistado SPC (gestores municipais) a mesma sensação de impotência quando trata-se dos grupos de extermínio que agem no município.

“É (respiração funda), (mas não vai sair meu nome não né!) [...] Tem um grupo específico de extermínio aqui (respiração funda), infelizmente! Eu não poderia nem estar falando isso, tinha que falar que não tem, entendeu?” (SPC, 2013).

Para Ianni (2004) a sociedade global contemporânea tornou-se o cenário de violência e com variadas formas das mesmas. Exemplifica-se a ideia de autor com a ideologia da militarização da vida social, onde o sujeito se apropria e reproduz a violência em seu cotidiano de formas mais banais.

Na fala de um dos entrevistados aparece uma particularidade nos homicídios ocorridos em Marabá: a maioria dos jovens assassinados estão envolvidos com a criminalidade (tráfico de drogas, furtos, ex-presidiários, entre outros).

“Como dito no início da entrevista, a maior parte das estatísticas demonstram quem são as vítimas de homicídios aqui especificamente em Marabá, são do sexo masculino, são pessoas jovens, geralmente com transtornos familiares, não tem qualquer estrutura, ou seja, são pessoas que geralmente não frequentam uma escola, não tem uma família, não tem uma base. [...] Eles vão partir para onde? Então, geralmente, são jovens, homens, que já tiveram passagem, a maioria, eu posso te dizer, com absoluta certeza que 99.9% são jovens, homens, que já tiveram passagem pela polícia, já foram presos, por furto, por roubo, por tráfico, porte, por qualquer outra coisa, geralmente, saem da prisão” (SPC, 2013).

O discurso do entrevistado da SPC reproduz o estigma de grupos, neste caso os jovens vítimas de homicídios, por também estarem nas estatísticas da criminalidade. Este fato da vítima enquanto autor de crimes pode desqualificá-lo enquanto sujeito de direitos. Neste caso seu assassinato torna-se invisível mediante a sociedade em decorrência do estigma que lhe é dado.

Um dos entrevistados revela que o objetivo dos grupos de extermínio em Marabá é fazer uma “limpeza”, ou seja, retirar da sociedade o jovem envolvido com drogas, ou com pequenos furtos, com a criminalidade de modo geral.

Este tipo de ação é ainda hoje utilizado por algumas minorias, que se pautam em ações truculentas, de base retrograda e de desrespeito total aos direitos humanos.

“Tem grupo de milícia aqui na cidade que exterminam juventude e também nunca se discutiu essa realidade, eu não sei nem como funciona a formação de direitos humanos da polícia militar, então assim, [...] já tem vários casos de jovens que foram mortos por milícias, por policiais ou ex-policiais que atuavam aqui na cidade e que eram contratados para matar principalmente a juventude que era envolvida com tráfico de drogas, ou estava envolvido com a criminalidade [...]. A política mesmo é de bater e descer bala” (PJ, 2013).

O entrevistado da SMSPI afirma que a forma de prevenir esses índices de violência letal no município é colocando a polícia nas ruas de forma ostensiva e sistema de vídeo e monitoramento. As medidas de combate a violência são enraizadas por ideologias de cunho repressivo e coercitivo, por isso que medidas de controle social em que as ações são militarizadas fazem tanto sucesso entre a população.

“Penso que a prevenção é o carro chefe de qualquer ação, esta é a realidade. Então, a polícia tem que estar de forma ostensiva, sendo visualizada, com o objetivo de impedir que o jovem ou qualquer outra pessoa cometa um delito. Então o aspecto da prevenção para mim é o mais importante, e é isso que nós procuramos fazer. O nosso pessoal sempre caracterizado ostensivamente, para ser visto, e o nosso sistema de vídeo, de monitoramento, informando o cidadão que a cidade está monitorada. Então, a prevenção, ela é muito melhor, porque depois que o crime acontece, o crime aconteceu não pode voltar ao estado de antes, prejuízo que por ventura ele venha causar seja de uma vida, de um bem material, e também o que pertine as despesas que o Estado vai ter para manter aquele cidadão, porque um preso para o Estado custa muito caro e com certeza não será ressocializado, o sistema não o ressocializará, ele voltará pior. Eu acho que a grande sacada que diz respeito à segurança pública é a prevenção” (SMSPI, 2013).

A “prevenção” de que fala o entrevistado da SMSPI não pode ser considerado realmente como política de cunho preventivo, pois estas ações policiais ostensivas, apenas impedem que o crime ocorra naquele espaço e tempo, transferindo-o para outro momento ou lugar. O entrevistado do CRAMA fala um pouco sobre isso:

“[...] a polícia não atua na parte de evitar que o crime ocorra, ela atua mais na prevenção, prevenção parece a mesma coisa, mas não é, quando a polícia civil investiga um tráfico, não é prevenção pois o crime já está ocorrendo. Grande partes dos homicídios são ligados ao tráfico de drogas, a polícia militar quando fica parada numa viatura, ali próximo a uma esquina, ela vai guardar uma pequena área da população, a federal quando ela combate o tráfico de armas e tudo mais, ela vai evitar que alguns crimes deixam de acontecer, mas como a formação da população é ruim, se a oportunidade que teve de delinquir, cometer crime é muito grande vai ocorrer o crime” (CRAMA, 2013).

Percebe-se que o sentimento de segurança ocorre pela presença massiva de policiais nas ruas, hoje se vive em uma sociedade de cunho punitivo, onde a

contenção é vista pela sociedade como uma das melhores formas de combate à criminalidade, esta realidade é consequência da gestão da política de segurança pública que desde sua origem foi realizada por grupos conservadores.

“A Secretaria de segurança Institucional de Marabá ela tem feito um papel importante nesse patrulhamento da cidade de Marabá, eles conseguiram uma estrutura, eles tem veículos, tem um contingente bom, e ela tem auxiliado muito a polícia civil, a polícia militar nessa questão da contenção da violência, que ela significa a presença do estado, e a presença do estado muitas vezes nessas situações de violência ela é inibidora, ela inibi, ela contém ali a violência, e também demonstra a presença do estado, seja do município, eu digo do estado nesse sentido, o município, a união, são antes do estado eu digo assim a presença do estado. Então, ela foi mais uma opção de segurança aqui para Marabá, com a guarda municipal, com o DNTU, que faz parte desse centro integrado de segurança por conta dessa questão do trânsito, ele vem trazer. É aquela questão a sociedade precisa de regras, mas não basta ter só regras é preciso que essas regras sejam vigiadas o cumprimento delas e essa força seja no trânsito, seja na polícia ostensiva, ela funciona como inibidora, para que o cidadão saiba que existem leis e eles tem que cumprir leis. Então, é importante sim essa secretaria de segurança institucional, ela tem colaborado para conter mais a questão da violência com a presença que ela tem feito nas ruas” (OAB, 2013).

Um dos entrevistados contraria a ideia anterior e diz que a polícia não resolve o problema da segurança: Bem a população acha que polícia resolve problema de segurança, onde há policial é onde tem mais segurança, mas na verdade não é. Onde tem mais policial é onde a segurança está menor (CRAMA, 2013).

O relato do entrevistado do CRAMA demonstra incompreensão do real papel que deveria ser desempenhado pela polícia. Este tipo de fala é corriqueiro dentro da área de segurança pública, o que é problemático, pois se as próprias pessoas em que estão na gestão e execução dessa política não a compreendem, estas ações poderão destoar do disposto na Política Nacional de Segurança Pública com Cidadania aumentando com isso a problemática da violência.

“Em relação ao trabalho específico, ela não age em cima de uma categoria em si, ela age no geral, ela age na parte de mais de reação, combate. A polícia militar tem alguns programas que é para evitar que jovens entrem no mundo da criminalidade, em relação às drogas, mas quando a polícia militar faz isso, ela está prevenindo para que o crime não ocorra?É! Mas não é trabalho dela.Ela está desviando policiais de uma função , muitos dizem assim: há mas não a polícia militar, ela é para evitar, mas se eu começar a fazer um trabalho que não é meu, eu vou deixar de fazer o trabalho que era para eu fazer, de estar mais presente nos locais que deveria estar” (CRAMA, 2013).

A situação do crescimento dos índices de violência em Marabá reflete diretamente no sistema carcerário do município. O CRAMA foi criado como uma

colônia agrícola apenas para receber internos que tinham progredido de pena para o semiaberto. Atualmente a realidade é bem diferente, o CRAMA possui 180 vagas para presos, mas sua lotação atual (setembro de 2013) é de 465 detentos, ou seja, quase o triplo de excedente da população carcerária, e ainda o Centro de Recuperação Regional de Marabá com 222 vagas.

Segundo Relatório da Susipe - 2014 a população carcerária paraense era de 12.612 presos, para uma capacidade de 7.522, ou seja, há um déficit de 5.090 vagas no Estado.

Segundo o entrevistado do CRAMA os presos do semiaberto (proposta inicial deste presídio em Marabá) ficam em uma cozinha e em uma marcenaria que foram desativadas para serem transformadas em cela e, além disso, existe a presença de mulheres o que é proibido pela Lei de Execução Penal.

“O CRAMA é uma cadeia ímpar! É diferente de todas as carceragens do Brasil (eu acho). Porque por lei mulher tem que ter carceragem própria, o diretor tem que ser feminino, todas as alas tem que ser feminina, homem só pode em caso de local técnico, enfermeiros, médicos. O único lugar que pode ter homem em carceragem feminina é aqui. O CRAMA foi construído para ser uma carceragem agrícola, só para semiaberto, mas houve uma mutação, vamos dizer assim, hoje nós temos fechado, semiaberto e feminino. Hoje nós temos os três, só falta de menor” (CRAMA, 2013).

Interessante notar na fala do entrevistado do CRAMA um sentimento de sucesso ao falar que o CRAMA é uma “cadeia ímpar”, pois na ideia dele não existe nada igual. Esta fala demonstra a realidade vivenciada nos presídios brasileiros, no descumprimento da Lei de Execução Penal e desrespeito total aos direitos humanos.

De acordo com a Lei de Execução Penal n° 7210 de 1984 em seu artigo 5° “os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

Segundo o entrevistado, o presídio de Marabá possui estrutura precária e deveria ser desativado. Sua fala demonstra uma contradição, pois ao mesmo tempo em que fala com orgulho, sobre o modelo implantado hoje, o qual acolhe mulheres e homens e atua com sistema fechado e semiaberto, o entrevistado sinaliza a estrutura precária do presídio, mas diz também que o Estado não tem como abrir mão dessas vagas:

“Estruturalmente é precária, a verdade eu acho que não deveria ter. Devia ser desativado, tanto o CRAMA, quanto o CRM, eles não têm estrutura para aguentar preso hoje. Infelizmente o Estado não tem condições de abrir mão dessas vagas, até por questão de humanidade, porque se abrir mão dessas

vagas, vai pegar todo mundo aqui e mandar para carceragem de outra cidade e a Lei de Execução Penal - LEP diz que o preso tem que cumprir sua pena o mais próximo de sua família, então, estaria todo mundo longe. Então, o Estado por diversos motivos, não tem como desativar” (CRAMA, 2013).

Em decorrência dessa situação de calamidade no sistema carcerário em Marabá a Susipe esta construindo dois presídios: 1) Centro de Reeducação Feminino, com 86 vagas e 2) Central de triagem masculina com 292 vagas.

Segundo relatório da SUSIPE/2014, 64,43% dos custodiados tem idade entre 18 e 29 anos, além disso, 82,89% declararam-se negros ou pardos. A realidade paraense não é muito diferente do restante das outras Unidades Federadas no que concerne à faixa etária e à etnia.

As falas de alguns dos entrevistados retratam também esta realidade:

“Bem, saiu nas estatísticas algum tempo atrás que a população carcerária do Pará era cerca de 70% de jovens e principalmente negros, no Brasil parece que a media é 60% e ai assim, é preocupante, você vê qual o caráter da justiça, como está estruturado o poder judiciário, como esta estruturada a polícia, que são instituições para defender elite e ai perpassa por outras questões como a falta de oportunidade para esta juventude” (PJ, 2013).

“Infelizmente a maior parte dessa população, desses homicídios que ocorrem, pelo menos nos levantamentos que a gente faz, das estatísticas a maioria são homens, em idade, uma faixa etária de 15 a 23 anos, 24 anos e a maioria é envolvida com crime, a maioria dos crimes de homicídios” (SPC, 2013).

“O nosso preso mais velho que nós temos aqui tem 65 anos, a grande maioria são jovens, se é considerado jovens até 30 anos, a grande maioria é isso. Se consideramos negro, a cor da pele, é bem mesclado não tem uma determinância de negro, dê uma olhada na população você verá que é uma mistura só,[...]a nossa grande predominância é jovem, mas em relação a cor da pele não tem uma predominação”(CRAMA, 2013).

Mesmo a população carcerária sendo predominantemente jovem, não existe, segundo o entrevistado do CRAMA, ações específicas para esta demanda, segundo ele as ações são realizadas para todos os presos, porém contraditoriamente, logo em seguida ele diz que o investimento é feito principalmente na área educacional. Considerando a estrutura atual do presídio de Marabá, não existem condições de infra-estrutura para realizar uma política educacional adequada e que atenda as demandas existentes.

“Bem, especificamente entre os jovens não temos nenhuma ação, temos no geral, no geral, o que seria? Hoje o CRAMA está entre as três carceragens do Brasil em número de presos em sala de aula. No Pará nós somos a única cadeia que tem ensino médio, então, o que nós fazemos para tentar

fazer a reinserção do preso né? É através de estudo, educação. Nós já tivemos presos que conseguiram passar no vestibular, tivemos presos que hoje é advogado, um que passou no ENEN e conseguiu bolsa integral. Nós temos presos também que faz curso técnico fora da carceragem, o trabalho que tem aqui é específico em cima da educação, mas não é específico para os jovens, tá? É para toda a população carcerária que deseja estudar” (CRAMA, 2013).

Do total da população carcerária paraense, 5,69% são analfabetos, 8,97% são alfabetizados e 57,41% têm ensino fundamental incompleto, ou seja, o que demonstra que mais de 70% da população carcerária paraense tem baixa escolaridade. Confrontando com estes dados temos apenas 7% dos presos inseridos em atividades educacionais.

As falas dos sujeitos desta pesquisa retratam os seus olhares sobre a violência homicida e a política de segurança pública vivenciadas no município de Marabá.

Estes olhares e percepções estão, muitas vezes, embasados em fundamentos burgueses e reacionários. Porém, como ser diferente, considerando que desde sua origem a política de segurança pública brasileira foi pautada na hegemonia de um pensamento conservador? Como não fazer um discurso estatal de conservação do *status quo*?

As contradições existentes nas falas dos entrevistados, tanto os representantes do Estado, quanto os representantes da sociedade civil, são recorrentes. Estas contradições apenas reproduzem o que se vivencia hoje no modo de produção capitalista, explícito em cidades amazônicas como Marabá, que possuem grande desenvolvimento econômico aliado à extrema pobreza, o que leva aos grandes números de violência homicida existentes hoje na cidade.

Souza (2008) afirma que o modelo o qual vivemos na atualidade é “criminógeno” pautase e dissemina valores individualistas e competitivos. Segundo o autor:

Ao despertar um refrável desejo de consumo em muitos ou quase todos, ao mesmo tempo em que propicia somente a poucos a chance de satisfazer seus desejos de modo legal; ao incutir e disseminar valores individualistas e competitivos, colocando o “eu” muito acima do “nós”, o “ter” acima do “ser”, a propriedade acima da vida; a engendrar uma “indústria cultural” que se alimenta da criminalidade violenta (entre outros eventos dramáticos e dramatizáveis) e, ao regurgitar informação sobre crimes violentos (jornais, televisão) e disseminar narrativas sobre a violência (filmes, jogos), em ambos os casos de um modo acrítico e superficial, reforça os valores a pouco mencionados e retroalimenta a própria violência; [...] E é nos marcos desse modelo social grandemente “criminógeno” que os perpetradores de vários tipos de criminalidade não – (diretamente) violenta,

em especial os “crimes de colarinho branco”, são largamente poupados dos aspectos mais brutais do braço repressivo e punitivo do Estado em sua função policial, de “garantidor da lei e da ordem” (SOUZA, 2008, p.148, 149)

Novamente retorna-se às reflexões de Ianni (2004) sobre a passagem do século XX para o século XXI quando afirma que as sociedades nacionais e a sociedade global tornaram-se um vasto cenário de violência. “A violência como componente constitutivo da fábrica da sociedade nos tempos modernos, sempre envolvendo os jogos das forças sociais e a dinâmica das formas de sociabilidade” (Ianni, 2004, p. 201).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo qualitativo sobre Violência Homicida e a Política de Segurança Pública brasileira no Brasil e em Marabá sob o olhar dos sujeitos que atuam na área de segurança pública no referido município, permite algumas reflexões sobre a realidade social apresentada.

Este estudo trouxe indicações de algumas características locais que evidenciam a forma mais grave e a barbárie do fenômeno no município de Marabá. Apesar de Marabá estar entre os municípios paraenses com maior arrecadação do Estado, com um PIB per capita de R\$ 15.427,00 (quinze mil, quatrocentos e vinte e sete reais), confronta-se a esta informação, segundo os dados secundários da pesquisa, um quadro de desigualdade social, a partir de indicadores como Coeficiente de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano, população abaixo da linha de pobreza, que desvelam as escassas garantias de direitos humanos, assim como a inacessibilidade a políticas públicas e sociais pela população de Marabá.

A contradição entre desenvolvimento econômico e aumento das mazelas sociais aponta para a perversa lógica do capital, em que existem interesses em disputa desigual com vistas ao acúmulo de riquezas a partir da exuberância de recursos naturais da Amazônia. Para Neto (2010) há um esgotamento civilizatório que se manifesta na barbárie da sociedade atual, nas formações econômico-sociais tardo capitalistas.

Marabá é uma área de fronteira este é um elemento importante no que concerne sua formação histórica e processo migratório, pois teve diferentes elementos de construção do espaço territorial. Ela desempenha importante papel como rede urbana na Amazônia na atualidade isso se configura através da produção mineral, cultura de grãos, atividade madeireira e criação de gado, as modernas commodities, sejam os pilares da ocupação atual.

A região da qual Marabá faz parte é marcada por uma violência com elementos históricos e culturais. O grau máximo da violência, a qual leva a morte, é apenas uma das expressões da “questão social” que estão presentes no município, pois a cidade é referência nacional também em trabalho escravo e violência rural ligada a questões agrárias. São as contradições postas pelo mundo capitalista na sociedade de classes, em que as relações sociais são determinadas historicamente.

Ressalta-se aqui que a violência vivenciada hoje em Marabá vem desde sua formação socioeconômica e mais especificamente no período ditatorial onde o processo de violência foi mais evidenciado. Marabá conhecido por muitos como “Terra sem Lei” tem arraigado em sua gênese uma violência marcada pela propriedade e pelo aviltamento de direitos da população local estabelecidos pelo Estado e por alguns grupos minoritários de poder.

O período ditatorial foi considerado um dos momentos mais violentos da história brasileira, e também de Marabá os índices eram difíceis de serem contabilizados, pois as ações eram clandestinas, não havia uma política de segurança pública, esta se pautava na defesa do Estado, na segurança nacional.

O período ditatorial foi marcado pela brutalidade das elites e dos militares às populações locais. Os agentes repressores tinham suas praticas pautadas no desrespeito, sujeição e violação dos direitos da população local, pois confiavam na impunidade e morosidade da justiça. Para Peixoto (2014) os direitos da população local foram aviltados, estes sofreram constrangimentos cruéis e foram vítimas de barbaridades.

Foi possível destacar no estudo que o crescimento dos índices de violência homicida entre a população jovem, negra, do sexo masculino e pobre é uma realidade que se apresenta de forma geral na sociedade brasileira e que vem de longas datas e também de outros países. É o que demonstra o teórico Muchembled (2012) quando indica que este fenômeno não é característica apenas da sociedade contemporânea ele vem desde o século XIII, no qual as variáveis de sexo e idade também eram constantes nos crimes de homicídios.

Marabá também vivencia esta realidade, pois de acordo com os dados do presente estudo a violência homicida também tem características comuns, tanto de quem morre, quanto de quem mata: são jovens, negros, do sexo masculino e pobres.

Ressalta-se aqui como característica da violência em Marabá que os homicídios são em sua maioria realizados pelos próprios jovens, considerando neste caso o acusado que encontra-se preso, além disso, os maiores índices de criminalidade ocorrem no bairro Nova Marabá, localizado no centro e com infraestrutura adequada de serviços privados e públicos, contrapondo a ideia de

alguns autores que afirmam que os maiores índices de violência encontram-se nos bairros periféricos.

A partir das falas dos sujeitos da pesquisa de campo observou-se que, além dos homicídios ocorrerem entre os próprios jovens (vitimas e acusados) os assassinatos ocorrem também por grupos de extermínio, milícias formadas por policiais, e principalmente grupos de comerciantes da cidade que desejam a “limpeza” do centro comercial, pois os jovens transeuntes, que de alguma forma causam medo em decorrência do envolvimento com drogas, ou mesmo por pequenos furtos e assaltos, apavoram e afugentam a clientela. Esta realidade vivenciada no município evidencia a barbárie do município de Marabá.

No que se refere aos aspectos de prevenção e enfrentamento do crime e da violência, a Política de Segurança Pública brasileira implantada com a Constituição Federal de 1988 vem, desde então, tentando colocar em prática, planos, projetos e ações que minimizem os índices de violência urbana nas grandes, médias e pequenas cidades brasileiras.

Ressalta-se que esta política sempre teve em sua gestão grupos conservadores e isso ocorre principalmente pela negação dos teóricos de esquerda fazerem parte desta política, pois a relacionavam ao processo ditatorial. Isso significou para a sociedade uma política retrógrada e conservadora. Os avanços obtidos nesta política foram consequências dos movimentos sociais ligados aos direitos humanos.

Na década de 1990, ocorreram alguns avanços na política de segurança pública brasileira, principalmente a partir da Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena que originou os *Programas Nacionais de Direitos Humanos I e II* e, posteriormente, em resposta aos altos índices de violência que demarcavam a sociedade, a criação da *Secretaria Nacional de Direitos Humanos*.

No entanto, apesar da implantação de órgãos para tratar sobre a política de segurança pública no País, a década de 90 foi marcada pelo aviltamento de direitos sociais e as reformas institucionais. Neste campo só foram priorizadas e efetivadas em 2000, pois foi em decorrência do crescimento generalizado da violência que elas passam a fazer parte da agenda governamental.

Este período é marcado pela implantação dos Planos Nacionais de Segurança Pública considerando a integração das políticas públicas e as

particularidades regionais, condições socioeconômicas, inovação tecnológica, participação das três esferas de governo, assim como a participação da comunidade.

Os programas e ações realizados nos governos de Fernando Henrique Cardoso, Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff são ações de cunho mais superficial direcionados a ações de qualificação profissional, política de desarmamento, infraestrutura, criação de conselhos federais para avaliação, monitoramento, entre outros.

É relevante pontuar também sobre as ações na esfera prisional, pois não fica claro nos planos de segurança pública apresentados, as ações de reforma do sistema prisional, estas não são incluídas como prioridade governamental.

Nesta perspectiva, o que se observa na análise da Política de Segurança Pública é que as ações e compromissos assumidos pelos governos federais não são efetivados, há o descumprimento de pactos acordados, principalmente no que se refere a ações que causariam reformas de base, como por exemplo, a desmilitarização da polícia militar.

Compreende-se que as ações da política de segurança pública não são eficientes no alcance de seu objetivo, pautadas na prevenção e enfrentamento do crime e da violência. O que confirma este fato são os elevados números de violência homicida que atinge diretamente a sociedade.

Observa-se com este estudo que Marabá não apresenta uma política de segurança pública efetiva, suas ações são paliativas e concerne na perspectiva de enfrentamento através da coerção. A política de segurança quando trata a perspectiva de prevenção com mais policiais nas ruas, câmeras de vídeo para monitorar a violência, isso apenas ratifica a ideia de enfrentamento por meio coercitivo e punitivo, pois estas ações não previnem a violência apenas descentralizam-na e a mudam de lugar.

Nesse contexto, a olhar dos sujeitos entrevistado nesta pesquisa que atuam na política de segurança pública municipal, assim como os sujeitos representantes da sociedade civil no município de Marabá, sintetiza alguns pontos fundamentais para a compreensão da política de segurança.

As falas esboçam e trazem a tona uma violência histórica que ocorre desde a criação do município a partir de sua função socioeconômica que desde sua origem

esteve relacionada a exploração de recursos naturais e hoje com a presença do grande capital que transforma a cidade em mera exportadora de *commodities*, aviltando toda a riqueza regional, e expropriando da população local os dividendos.

Além disso, os sujeitos afirmam que o crescimento da violência urbana, assim como outros tipos de problemas para a cidade é conseqüência do grande fluxo migratório. Esta é uma fala bem comum não apenas entre os entrevistados, mas pela população local, e traz arraigado um processo discriminatório e de culpabilizar o outro pelos problemas locais, sem considerar o germe estrutural da sociedade capitalista.

É interessante notar que tanto os gestores da área de segurança pública municipal como os representantes da sociedade civil, defensores de direitos no município de Marabá retratam a violência homicida na cidade de forma muito semelhante, evidenciando a insuficiência de políticas públicas e sociais direcionadas não apenas para este tipo de violência específica, mas sim, o descaso do Estado para com o município como um todo. Para eles a falta de políticas públicas e sociais contribui para o aumento da criminalidade e da violência entre os jovens de 15 a 29 anos.

Outra fala constante entre os entrevistados é a política educacional como a política principal capaz de dar conta dos problemas regionais, sem considerar aspectos relevantes como a função socioeconômica e a reprodução do sistema capitalista no município.

Os depoimentos apontam também que as ações da segurança pública devem atuar conjuntamente às demais políticas públicas e sociais com o objetivo de garantir direitos sociais básicos à população local.

Além disso, alguns entrevistados relatam que ações preventivas são as mais eficientes e eficazes, apesar de compreendê-las de forma contraditória e defini-las como, maior contingente de policiais nas ruas, abertura de presídios, câmeras de vídeos de monitoração.

Nas falas dos sujeitos destaca-se que a maioria desconhece a existência de projetos e ações municipais preventivos para o enfrentamento da violência homicida, ou mesmo programas e projetos de outras áreas, como exemplo, a assistência social, para a juventude local.

Outro fato importante contido nas falas, tanto os gestores de instituições da área de segurança pública, quanto os representantes da sociedade civil, é a homogeneidade quando reconhecem a política de segurança pública apenas a partir de medidas coercitivas, repressivas e punitivas, além disso, colocam a política educacional como se ela fosse dar conta de toda a problemática existente no município, entre outros.

O processo democrático rompeu com práticas utilizadas no regime ditatorial pelos agentes do Estado, porém observa-se até hoje nas ações policiais, práticas cristalizadas de cunho coercitivo, repressivo e punitivo herdados da ditadura. Além disso, os índices de violência homicida são tão altos, que alguns estudos apontam que a violência vivenciada na atualidade é maior que os crimes realizados no período ditatorial.

Nesse contexto, conclui-se que a problemática da violência homicida é uma questão complexa e necessita de ações sistêmicas e integradas não apenas da área de segurança pública, mas sim uma força tarefa de todas as políticas públicas e sociais, além de movimentos sociais para pactuar as ações para o enfrentamento da violência.

Ressalta-se, portanto, que apesar de todos os problemas na efetivação da política de Segurança Pública brasileira seus avanços a partir da Constituição Federal de 1988 são indiscutíveis.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA

ADORNO, Sérgio, DIAS, Camila. **Monopólio estatal da Violência**. In: Crime, Polícia e Justiça no Brasil. (org) Renato Sergio de Lima, José Luiz Rattton e Rodrigo Ghiringhelli. São Paulo: Contexto, 2014.

ADORNO, Sérgio. **Crime e Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Jornal de Psicologia-PSI. Abril/Junho, 2002.

ADORNO, Sérgio. **Exclusão Socioeconômica e Violência Urbana**. Porto Alegre: Sociologias. ano 4, n°8, julho/dezembro. 2002, p.84-135.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Solidariedade ameaçada e a redefinição do serviço público**. In: A reinvenção do social: poder local e a política de assistência social em Belém. NEVES, R.H.N ET AL (orgs). Belém: Paka-Tatu, 2004 (p.39 a 60)

ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência e Direitos Humanos no Brasil**. In: Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro: Praia Vermelha, n° 11, 2004. p. 40-68.

ANDERSON, Perry. **Balanço do Neoliberalismo**. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANDRADE, Mariana Alves de. **De Marx a Mészáros: a inseparável relação entre o Estado e a reprodução do capital**. In: Maria Cristina Soares Paniago (org). Marx, Mészáros e o Estado. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012. p. 11-27.

BARDIN Laurence. **Análise de Conteúdo**; tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **O significado sócio-histórico dos direitos humanos e o serviço social**. Palestra apresentada na mesa: conflitos globais e a violação de direitos humanos. Conferência mundial de serviço social da federação internacional de trabalho. Salvador/Bahia: 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 3° Ed. Biblioteca Basica de Serviço Social. Vol.2. São Paulo: Cortez, 2007.

BECKER, Bertha Koif. **Amazônia**. Série Princípios. 2 ed. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução a análise do discurso**. 3° Ed. Ver. Campinas, São Paulo: Editora da Unicampi, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**: Lei n. 2848, de 07 de dezembro de 1940: institui o código penal brasileiro, Rio de Janeiro. Brasil. Código penal Brasileiro (1940). Alterado pela Lei n. 9.777 em 26.12.98. http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf. Acesso em: Outubro de 2013.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, Brasília. 2008. Brasil. Lei de Execução Penal (1984).

BRASIL. **Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania**. Ministério da Justiça. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. Texto Base. **1º Conferência Nacional de Segurança Pública**. Brasília-DF, 2009.

BRASIL. **Manual de Aprendizagem**. Ministério da Justiça. Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2009/11/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-garante-igualdade-social>. Acesso em Agosto de 2012.

CASTELO, Rodrigo. **A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição a crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, 2007, p.21-35.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8º Ed, São Paulo: Saraiva, 2013

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. 2 ed. ver. e atual. São Paulo: Cortez, 2008.

CARA, Daniel. GAUTO, Maitê. Juventude: percepções e exposição a violência. www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo-2010/educacao-MII/25f/juventude-percepcoes.pdf. Acesso em: agosto/2014.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de. SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. **Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios**. R. Katál, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011.

COSTA, Artur Trindade. LIMA, Renato Sérgio de. Segurança Pública. In: LIMA, Renato Sérgio de. RATTON, José Luiz. AZEVEDO Rodrigo Guiringhelli de. (orgs). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 482-490.

DINIZ, Elis. **Globalização, Reforma do estado e Teoria Democrática Contemporânea**. São Paulo. Revista em Perspectiva, 2001.

DORNELLES, João Ricardo W. **Globalização Neoliberal, Direitos Humanos e a Violência na Realidade Contemporânea**. In: FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda (Orgs). Direitos Humanos e Serviço Social: Polêmicas, Debates e Embates. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Konder Leandro, 2º Ed. São Paulo: Expressão popular, 2010.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes. Política, Isolamento e solidão: praticas sociais na produção da violência contra jovens. In: SALES, Mione Apolinário, MATOS, Maurílio Castro de matos, LEAL, Maria Cristina (Orgs). Política Social, Família e Juventude: uma questão de direitos. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 81-104.

HUNGRIA, N. **Comentários ao Código Penal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1955.

<http://www.mds.gov.br/aceso-a-informacao>. Acesso em Junho de 2014.

<http://www.susipe.pa.gov.br/content/> Acesso em Setembro de 2014.

IPEA. Políticas Sociais: Acompanhamento e Análise. N°7, Agosto/2003.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEAL, Aluísio Lins. **Uma Sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José R. e MARQUES, Gilberto (orgs) Revista de Estudos Paraenses. Edição Especial – IDESP. Belém, IDESP, 2010

LEAL, Aluizio Lins. SÀ, Maria Elvira Rocha de. NASCIMENTO, Nádia do Socorro Fialho. CARDOSO, Welson de Sousa. **Produção Mineral no Estado do Pará e Reflexos na (Re) Produção da Miséria: Barcarena, Marabá e Parauapebas**. Revista Políticas Públicas. São Luis: vol 16, n. 1, Jan./Jun 2012. p.156-167.

LIMA, Renato Sérgio de. **Segurança Pública e os 20 anos de Constituição Cidadã**. In: LIMA, Renato Sérgio de. Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011. p.27-36.

LIMA, Renato Sérgio de. SINHORETTO, Jacqueline. **Qualidade da democracia e polícias no Brasil**. In: LIMA, Renato Sérgio de. Entre Palavras e Números: violência, democracia e segurança pública no Brasil. São Paulo: Alameda, 2011. p.129-152

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro Primeiro, volume I, 25ª edição. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

Marx, Karl. **A questão Judaica**. Tradutor: Artur Morão, Portugal,1989. In:www.lusosofia.net. Em: 26 de fevereiro de 2013.

MATHIS, Adriana Azevedo; MATHIS, Armin. In: GOMES, Vera Lucia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Antonia Cardoso (orgs). **O Avesso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2012, p. 177-200.

MELO, Edivânia.**Os limites objetivos da política parlamentar no sistema do capital**. In: Maria Cristina Soares Paniago (org). **Marx, Mézáros e o Estado**. São Paulo: Instituto Lúkács, 2012. p. 29-58

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo Sérgio castanheira, Sergio Lessa. 1ª Ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência: um Velho-Novo Desafio para a Atenção a Saúde**. Revista Brasileira de Educação Médica. V 29, nº1. Rio de Janeiro: janeiro/abril 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Conceitos, Teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde.** In: INJAINÉ, Kathie (org). Impactos da violência na saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lucia. **Estado, Classe e Movimento Social.** 2° Ed. São Paulo: Cortez, 2011. Biblioteca Básica do Serviço Social; V.5.

MORFINO, Vittorio. **A sintaxe da violência entre Hegel e Marx.** São Paulo: Revista Trans/Form/ Ação, 2008. P.19-37.

MUCHEMBLED, Robert. **Historia da Violência: do fim da Idade média aos nossos dias.** Abener Chiquiere (trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso. **O paradoxal desenvolvimento do Estado do Pará: Efeitos no social.** In: SHERER, Elenise (org) **Questão social na Amazônia.** Manaus: Ed. EDUA, 2009, p.39-64.

NETO, José Paulo. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985).** São Paulo: Cortez, 2014.

NETO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal.** 5° Ed. São Paulo: Cortez, 2012. Coleção questões da nossa época; v.44.

MARX, Karl. **O leitor de Marx.** José Paulo Netto (org). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

NETO, José Paulo. **Uma face contemporânea da Barbarie.** III Encontro Internacional "Civilização ou Barbárie" Serpa, 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010.

NETO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** 4° Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 3° Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. **A Guerra que veio depois da Guerrilha.** Acervo, Vol. 27, nº1. Rio de Janeiro: jan/jun 2014, p.239-253.

PEREIRA, Potyara A. P. **Políticas Sociais: Temas & Questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Colonização e Conflito na Transamazônica em tempos da ditadura civil-militar brasileira.** Clio Revista de Pesquisa Histórica. N°31.2, Recife, 2013.
<http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/viewFile/359/196>.
Acesso em: 28/09/2014

PINZÓN, J.B. **EL HOMICÍDIO.** Bogotá: Editorial Temis, 1971.

POCHMANN, Marcio. **Juventude em busca de novos caminhos no Brasil.** In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). Juventude e sociedade: trabalho,

educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto cidadania. 2004, p.217-241.

RIBEIRO, R. **As Cidades Médias e a Reestruturação da Rede Urbana Amazônica: a experiência de Marabá no Sudeste Paraense**. 2010. XX f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3° Ed. 14 reimp. São Paulo: Atlas, 2012.

SÁ, Maria Elvira Rocha de; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. In: GOMES, Vera Lucia Batista; VIEIRA, Ana Cristina de Souza; NASCIMENTO, Antônia Cardoso (orgs). **O Averso dos direitos: Amazônia e nordeste em questão**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2012, p. 201-224.

SILVA, Idelma Santiago de. **Fronteiras Culturais: alteridade de migrantes nordestinos e sulistas na região de Marabá**. Revista Espaço Plural. Ano VII, n°15. 2° semestre, 2006.

SILVEIRA JR, Roberto Silva da. **Homicídio em Marabá: a desinformação da informação na construção do perfil da vítima, do agressor e do delito**. Biblioteca de Pós Graduação do IFCH-UFPA, Belém – Pará: 2013. Em: <http://www.ppgdsmc.ufpa.br/docs/dissertacoes/Disserta-Roberta-Silveira-Junior.pdf>. Acesso em agosto de 2014.

SOARES, Luis Eduardo. **A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas**. Revista Estudos Avançados, vol.21, n° 61, São Paulo: 2007, p.77-97.

SOARES, Luiz Eduardo. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo**. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs). Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Instituto cidadania. 2004, p.130-159.

SOUSA, Edson Luis André. GOLDIMEIER, Paula. **Juventude em tempos de violência**. Rev. Mal-Estar Subj. v.8 n.4 Fortaleza dez. 2008. Em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1518-1482008000400007&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de setembro de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TRINDADE JR, Saint Clair Cordeiro da. **Cidade Médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades a fragmentação do território**. R. B Estudos Urbanos e Regionais. Vol.13 n°2, novembro 2011.

TRINDADE JR, Saint Clair; PEREIRA, J. C. C. **Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental**. In: SPOSITO, M. E. Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-42.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Peiropolis, 2011a.

TRINDADE, José Damião de Lima. **Os direitos humanos na perspectiva de Marx e Engels: emancipação política e emancipação humana**. São Paulo: Alfa Omega, 2011b.

United Nations Office On Drugs And Crime- UNODC. **GLOBAL STUDY IN HOMICIDE 2013**.(United Nations publication, Sales No. 14.IV.1)

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Os Novos Padrões de Violência Homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Brasília, DF. Ministério da Justiça, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, Brasília, DF. Ministério da Justiça, 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2014**. Os Jovens do Brasil: Instituto Sangari, Brasília, DF. Ministério da Justiça, 2014.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social; Ver. Sociologica. USP, São Paulo, p.5-41, 1997.

ZIZEK, Slavoj. **A Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boi tempo, 2014.

APENDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1- Qual a missão institucional desta instituição?

2- Marabá encontra-se entre uma das cidades brasileiras que possui os maiores índices de violência homicida entre a população jovem. O que isso representa para o município hoje?

3- A violência homicida entre a juventude negra é reconhecida pelo Estado Brasileiro. A Presidente Dilma em uma de suas declarações no início do segundo semestre de 2013, fala sobre este fenômeno. O reconhecimento do Estado muda a realidade, o enfrentamento deste fenômeno?

4- Existem programas, projetos e ações municipais na área de segurança pública para o enfrentamento deste fenômeno? Se positivo quais são?

5- Existe articulação entre os programas, projetos e ações das secretarias municipais?

5- Existe investimento direto do governo federal e do governo estadual na área de segurança pública ou em outras políticas públicas direcionadas para o enfrentamento da violência entre a juventude negra no município de Marabá?

7- As entidades representativas da sociedade civil falam em extermínio da população jovem e negra no Brasil, na visão da Secretaria este cenário de extermínio é real?

8- Existe em Marabá grupos de extermínio?

9- Como é a atuação das polícias (militar, civil, municipal) frente a violência homicida entre a população jovem?

10- Qual a sua compreensão sobre a política carcerária do município?

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE VOZ

Eu, _____
_____, brasileiro, _____ (estado civil), _____
(profissão), portador da carteira de identidade n.º _____,
entendendo a importância que a pesquisa intitulada **A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMICIDA NO MUNICÍPIO DE**, entendendo especialmente os métodos que serão usados para a coleta de dados, assim como, estou ciente da necessidade da gravação de minha entrevista, **AUTORIZO**, por meio deste termo, a pesquisadora **LAURA MICHELE SERRÃO LIMA GOMES** a realizar a gravação de minha entrevista sem custo financeiro de nenhuma das partes.

Vale ressaltar que não há desconfortos ou riscos previsíveis para o voluntário, mediante a autorização da gravação da entrevista.

A **AUTORIZAÇÃO** desta entrevista só foi concedida mediante o compromisso da pesquisadora acima citada em garantir-me os seguintes direitos:

- 1-Poderei ler a transcrição de minha gravação;
- 2-Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a Dissertação de Mestrado da pesquisadora e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, eventos científicos, jornais e livros;
- 3-Minha identificação não será revelada em nenhuma das vias de publicação das informações geradas;
- 4-Qualquer outra forma de utilização dessas informações, diferentes das acima especificadas, somente poderá ser feita mediante minha autorização.
- 5-Os dados coletados referente à pesquisa serão guardados sob a responsabilidade única e exclusiva da pesquisadora LAURA MICHELE SERRÃO LIMA GOMES;
- 6- Serei livre para interromper minha participação na pesquisa a qualquer momento, podendo solicitar uma cópia da gravação e transcrição de minha entrevista, sendo que os dados que foram coletados até esta data, continuarão válidos e poderão ser utilizados na pesquisa, como dados antigos, conforme a data da interrupção, por ser de fundamental importância para o estudo em análise.
- 7-Esta AUTORIZAÇÃO será válida até a data da conclusão dos estudos, momento em que será apresentada dissertação de mestrado.

Marabá, _____ de Setembro de 2013.

Participante da Pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Eu Laura Michele Serrão Lima Gomes, responsável pela pesquisa: **A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA HOMICIDA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ** estou fazendo um convite para você participar como voluntário deste estudo.

Esta pesquisa pretende analisar os altos índices de violência homicida entre a população jovem no município de Marabá. Os programas, projetos e ações da política de segurança pública que estão sendo efetivadas no município de Marabá para diminuição da violência homicida entre os jovens. Acreditamos que esta pesquisa seja importante para subsidiar e dar alternativas para ações governamentais com o intuito de diminuição das taxas de violência no município.

Para a realização desta pesquisa será utilizado como método, à coleta de dados por meio do instrumental da entrevista não estruturada (entrevista em profundidade), ou seja, serão realizadas perguntas abertas, por meio de uma conversa guiada, com a pretensão de obter informações detalhadas sobre a temática. Vale ressaltar que as entrevistas serão gravadas e que a participação do entrevistado é voluntária, sem custo financeiro para nenhuma das partes.

Os dados coletados serão usados exclusivamente para gerar informações para a Dissertação de Mestrado da pesquisadora e outras publicações dela decorrentes, quais sejam: revistas científicas, eventos científicos, jornais e livros;

Não há desconfortos ou riscos previsíveis para o voluntário. Os benefícios esperados com o estudo são a diminuição dos índices de violência homicida entre a população jovem, mediante a efetivação de programas, projetos e ações pelo poder público municipal.

Durante todo o período da pesquisa o voluntário tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com a pesquisadora.

O voluntário tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos

voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação (confidencialidade).

Autorização:

Eu, _____
_____, RG _____, idade _____ após a
leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de
conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas
dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha
participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer
momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também
dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos
possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e
esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresse minha
concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Assinatura de uma testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e
Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo.

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE